

WALENA BRASIL

Mulheres, desenvolvimento local e sucesso
As feirantes em Belém (PA) e as políticas públicas de geração de renda

Belém
2007

WALENA BRASIL

Mulheres, desenvolvimento local e sucesso

As feirantes em Belém (PA) e as políticas públicas de geração de renda

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ligia T. L. Simonian.

Belém
2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação

B823e

Brasil, Walena.

Mulheres, desenvolvimento local e sucesso : as feirantes em Belém (PA) e as políticas públicas de geração de renda / Walena Brasil ; orientada pela Prof.^a Dr.^a Ligia T. L. Simonian. – Belém, 2007.

116 f. : il.

Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento.

Copyright @ 2007 by Walena Brasil

WALENA BRASIL

Mulheres, desenvolvimento local e sucesso

As feirantes em Belém (PA) e as políticas públicas de geração de renda

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ligia T. L. Simonian.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Ligia T. L. Simonian
Orientadora (NAEA/UFPA)

Prof. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro
Examinador interno (NAEA/UFPA)

Denise Machado Cardoso
Examinadora externa (CFCH/UFPA)

Julgado em: ____/____/____

Parecer: _____

Ao Zemá, pelo apoio, carinho e sabedoria.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão às várias pessoas que me deram sua ajuda, seu apoio e o que de melhor me poderia ter sido oferecido durante os anos dessa pesquisa. Será impossível mencionar todos e todas, mas, embora haja omissões, sou agradecida àqueles que aqui estão mencionados, que cumprem o papel de revelar aos outros que a construção deste trabalho é um processo coletivo que tive o privilégio de preparar. Desse modo, sou especialmente grata a:

- todas as mulheres feirantes de Belém, uma fonte rica de inspiração e com quem ao longo de meses pude desenvolver o ofício de pesquisadora. Foram elas que me permitiram a entrada no seu espaço de trabalho, dividindo comigo suas inquietações de mulheres;
- à Prof.^a Dr.^a Ligia Simonian, orientadora desta pesquisa, pela disponibilidade, paciência, carinho e competência, por apontar os caminhos teórico-metodológicos, valorizando e ajudando a construção da perspectiva de análise por nós adotada. O início desse contato já dista alguns anos e a ela devo a crítica intelectual, fundamental a minha formação acadêmica;
- ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), por oferecer um curso relevante e oportuno que me proporcionou a descoberta de uma nova Amazônia nas estimulantes discussões em torno de questões fundamentais para a região;
- aos meus professores do mestrado, em especial à Prof.^a Dr.^a Edna Ramos de Castro, que permitiu minha participação no Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163, na cidade de Santarém, bem como pela troca de experiências e conhecimentos transmitidos nas aulas, em que me preocupava em acompanhar apesar das dificuldades. Dessas inquietações produzi a continuidade das pesquisas em gênero e desenvolvimento, precisamente sobre o papel das mulheres na Amazônia;
- faço especial agradecimento ao Prof. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro, Coordenador do Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento e meu permanente examinador em todas as instâncias percorridas nessa instituição; a ele agradeço as conversas e críticas estimulantes que ampliaram minhas idéias acerca da realidade amazônica.
- à Prof.^a Dr. Denise Machado Cardoso, examinadora externa, que sempre se colocou à disposição em me ajudar com bibliografias, opiniões e empenho durante a banca de qualificação;
- à Coordenação do Mestrado, principalmente pela ajuda na obtenção da bolsa de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, com o empenho

do coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PDTU, Prof. Dr. Armin Mathis. Agradeço, em extensão, ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa;

- aos meus amigos do Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), turma de 2005, pela convivência afetuosa e pela companhia na viagem maravilhosa rumo ao desconhecido. Esse foi um grupo incrível e fraterno que possibilitou o debate de idéias que mantereí vivos na lembrança;

- ao Rubens, meu admirável e competente revisor pela determinação com que corrigiu todos os meus trabalhos acadêmicos;

- às funcionárias e aos funcionários do NAEA: Nazaré e Celina, com agradecimentos particulares; a Marcelo, que sempre me socorreu com distinção, tentando suprir meus incipientes conhecimentos tecnológicos; a Albano e Bené, pelo carinho que sempre me receberam; a Sueli, Regiane e Gláucia, profissionais que me dispensaram a maior atenção; a toda a turma da biblioteca, Ana e Valdenira e, finalmente, a dona Graça e Ângela, que tanto conforto proporcionam a todos que ali trabalham;

- no âmbito da administração municipal, agradeço ao apoio recebido do Projeto FV Sol, na pessoa do seu Diretor de Crédito, Sr. Adilton Luiz Coutinho, por me disponibilizar acesso aos documentos do órgão e demais apoios recebidos; agradeço, ainda, a Secretaria Municipal de Economia - SECON, através do Sr. José Stênio e Sr. Guilherme, pelos dados valiosos a mim repassados;

- agradeço, em especial, com barulhos de felicidade, a minha querida “prata da casa”, meus filhos Alexandre, Leonardo, Fabrízio, Danilo e José Maria Filho, que me fazem mãe e deitam seu apoio fundamental, o que não posso deixar de considerar uma honraria; finalmente agradeço ao Zemá, amigo, companheiro e eterno mestre, sempre postado com seus aplausos na primeira fila da minha platéia.

Estou pronta para futuras jornadas de pesquisas porque aprendi muito com todas as pessoas e instituições a que agradecei. Como me furtar de continuar em tão gratas companhias? Contudo, eles não compartilham das lacunas encontradas nesse trabalho. Estas são de minha inteira responsabilidade. Aqueles que não se encontram diretamente nominados peço desculpas e espero que se considerem igualmente homenageados.

Me faça compreender, pela força de sua razão, sobre que alicerces construiu as grandes vantagens que julgas ter sobre as outras criaturas. Quem o fez acreditar que esse admirável movimento da abóbada celeste, a luz eterna das luminárias que giram tão alto sobre sua cabeça, os maravilhosos e terríveis movimentos do oceano infinito foram estabelecidos e continuam lá há tantos séculos para seu serviço e conveniência? Pode-se imaginar alguma coisa mais ridícula do que essa miserável e desgraçada criatura que nem se quer é dona de si mesma, exposta às injúrias de todas as coisas, intitular-se senhora a imperatriz do mundo, do qual não tem poder de conhecer a menor parte, quanto mais de governar o todo.

(Montaigne)

RESUMO

A presente pesquisa tem como propósito analisar as políticas públicas de geração de renda para mulheres, da Prefeitura Municipal de Belém, através de estudo de caso do projeto Fundo Ver-o-Sol. A escolha dessa temática deve-se ao interesse de continuar pesquisas anteriormente desenvolvidas e analisar as mudanças que ocorrem com as mulheres em processo de geração de renda e seu potencial transformador de realidades sociais. A pesquisa tem como objetivo geral analisar como são formuladas e implementadas as políticas públicas de gênero pela prefeitura de Belém. Especificamente pretende-se identificar e descrever os métodos e instrumentos políticos sociais adotados pela prefeitura para a política de geração de renda do projeto FV Sol e compreender como a interação entre os atores influenciam o seu processo de trabalho e as possíveis mudanças na vida cotidiana dessas mulheres. A opção de pesquisa pautou-se por uma metodologia dialética, específica das Ciências Sociais, baseada na observação da realidade com ênfase nas contradições e mudanças da sociedade. Desse modo, o público alvo constituiu-se das mulheres feirantes de Belém em sua forma de produção complexa e também singular do ponto de vista social e cultural. A pesquisa trabalha com uma abordagem interdisciplinar que permite interpretações fundamentais sobre a relação mulheres, gênero e desenvolvimento.

Palavras-chave: Gênero. Mulheres. Políticas públicas. Feiras livres. Belém (PA)

ABSTRACT

The present research has as intention to analyze the public politics of generation of income for women, of the city of Belem, through study of case of the Project Ver-o-Sol. The choice of this thematic must it the interest be continued research previously developed and to analyze the changes that occur with the women in process of income generation and its transforming potential of social realities. The research has as objective generality to analyze as they are formulated and implemented the public politics of gender for the city of Belém. Specifically it is intended to identify and to describe the methods and instruments social politicians adopted in the city for the politics of income generation do Project Ver-o-Sol and to understand as the interaction between the actors influences its process of work and the possible changes in the daily life this women. The research option based for a methodology dialectic, specific of Social Sciences, based in the comment of the reality with emphasis in the contradictions and changes of the society. In this way, the central public consisted of the salesmen of Belem in its form complex and also only production of the social and cultural point of view. The research works with a boarding to several discipline that it allows to basic interpretations on the relation women, gender and development.

Keyword: Gender. Women. Public politics. Free fairs. Belem (Para/Brazil).

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1:** Perfil sócio-econômico das mulheres entrevistadas, p. 68
- Gráfico 2:** Estado civil da população pesquisada, p. 70
- Gráfico 3:** Número de filhos da população pesquisada, p. 71
- Gráfico 4:** Classe social da população pesquisada, p. 72
- Gráfico 5:** Renda pessoal da população pesquisada, p. 73
- Gráfico 6:** Companheiros que contribuem para o orçamento familiar, p. 75
- Gráfico 7:** Nível de escolaridade da população pesquisada, p. 76
- Gráfico 8:** Situação no mercado de trabalho das entrevistadas, p. 77
- Gráfico 9:** Atividade profissional das entrevistadas anterior ao financiamento, p. 78
- Gráfico 10:** Avaliação do projeto FV Sol sob a ótica das entrevistadas, p. 80
- Gráfico 11:** Como a população entrevistada conheceu o projeto FV Sol, p. 81
- Gráfico 12:** Treinamento e fiscalização, p. 82
- Gráfico 13:** Busca de qualificação nas atividades, p. 86
- Gráfico 14:** Influência do financiamento na renda da família, p. 87

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1:** Localidades de aplicação dos questionários, p. 67
- Tabela 2:** Naturalidade das entrevistadas, p. 68
- Tabela 3:** Participação de outras pessoas na contribuição familiar, p. 74
- Tabela 4:** Atuação profissional das mulheres entrevistadas nas feiras, p. 83
- Tabela 5:** Demonstrativo sobre o Projeto FV Sol (1998-2005) na gestão de Edmilson Brito Rodrigues, p. 101
- Tabela 6:** Principais atividades dos participantes do micro-crédito, p. 104
- Tabela 7:** Número de operações por sexo dos empreendedores, p. 105
- Tabela 8:** Número de operações por tipo de empreendimento, p. 105
- Tabela 9:** Número de operações por ramo de atividade, p. 106
- Tabela 10:** Número de operações por finalidade de crédito, p. 106
- Tabela 11:** Número de operações por valor financiado, p. 106
- Tabela 12:** Número de operações por geração de emprego, p. 106
- Tabela 13:** Tipos de crédito, p. 106
- Tabela 14:** Inadimplência acumulado até dezembro de 2006, p. 106

LISTA DE SIGLAS

BANPARÁ – Banco do Estado do Pará
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento
CMCF - Conselho Municipal da Condição Feminina
CNS – Conselho Nacional de Saúde
DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos e Estatística Sócio-Econômica
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FV Sol – Projeto Fundo Ver-o-Sol
FUNDEF – Fundo de manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e de valorização do Magistério
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FUNSOL – Fundo de Solidariedade de Brasília
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC Portosol – Instituto Comunitário de Crédito de Porto Alegre
ICMS – Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PROGER - Programa de geração de Emprego e Renda
PIB – Produto Interno Bruto
PMB – Prefeitura Municipal de Belém
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SECON – Secretaria Municipal de Economia
SEMAJ – Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos
SINDICARNE – Sindicato do Comércio Varejista de Carne
SPEVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM – Superintendência da Amazônia
UFPA - Universidade Federal do Pará
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 METODOLOGIA.....	19
1.1.1 Pesquisa bibliográfica e documental	24
1.1.2 Pesquisa de campo	25
1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	25
2 REVISÃO CONCEITUAL: POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO LOCAL E GÊNERO	27
2.1 REVISÃO CONCEITUAL QUANTO À CIDADANIA.....	27
2.2 GÊNERO E DESENVOLVIMENTO.....	30
2.3 GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	39
2.4 A IMPORTÂNCIA DO MUNICÍPIO.....	44
2.4.1 A mulher no município	47
3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: BELÉM DO PARÁ E AS FEIRAS POPULARES	51
3.1 AS FEIRAS DE BELÉM: O CENÁRIO DA PESQUISA.....	53
3.1.1 A Feira do Ver-o-Peso	57
3.1.2 O Complexo de São Brás	60
3.1.3 A Feira da 25 de Setembro	60
3.1.4 A Feira da Cremação	61
3.1.5 A Feira de São Benedito	61
4 TENDÊNCIAS QUANTO AO UNIVERSO DA PESQUISA: MULHERES E GERAÇÃO DE RENDA NAS FEIRAS DE BELÉM	63
4.1 UMA ABORDAGEM COM O QUESTIONÁRIO ENTRE AS FEIRANTES EM BELÉM.....	66
4.2 O PERFIL DA POPULAÇÃO ENTREVISTADA.....	67
4.3 RESULTADOS DA PESQUISA; A MULHER FEIRANTE EM BELÉM, SUA CULTURA E CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	88
5 PROJETO FUNDO VER-O-SOL: CRIAÇÃO, DESDOBRAMENTOS E SITUAÇÃO NO PRESENTE	90
5.1 A POLÍTICA DE MICRO-CRÉDITO DO FV SOL.....	91
5.2 O ANO DE 2006 NO PROJETO FV SOL.....	104
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	113
ANEXO	

1 INTRODUÇÃO

Nas lutas contemporâneas da Amazônia, a presença das mulheres é um fator inquestionável, conforme mostram as análises da história recente da região. Sua participação como ativas protagonistas se faz sentir nos espaços políticos, sociais, culturais e econômicos, contribuindo para a construção de um dos mais expressivos capítulos da história da Amazônia. Embora nos recentes planos de desenvolvimento para a região elas estejam sendo pouco consideradas, por outro lado, é indiscutível que “[...] as mulheres são sementeiras do desenvolvimento” (SIMONIAN, 2001, p. 34). Suas preocupações são, de acordo com Castro (2001, p. 20), “[...] objeto de discussão nos inúmeros encontros de mulheres, varando as diversas regiões da Amazônia”. De fato, só há pouco tempo o papel feminino no desenvolvimento regional passou a ser reconhecido no âmbito internacional.

Deste modo, as políticas públicas, assim como os projetos de natureza não governamental têm deixado a desejar quanto aos resultados esperados, em geral perpetuando uma desigual distribuição de recursos e de participação nos planos de desenvolvimento. O campo de estudos de gênero consolidou-se no Brasil no final dos anos 1970, onde a incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas é, no entanto, uma temática ainda hoje pouco explorada.

Em meio ao debate em torno de alternativas ao padrão dominante de desenvolvimento urbano da Amazônia, que nas últimas décadas resultou em altíssimos custos sociais, econômicos e culturais, surge então, uma proposta inovadora, conforme demonstram as pesquisas realizadas nos últimos seis anos, que inclui as mulheres, de forma diferenciada, no processo de geração de renda na cidade de Belém. É uma política pública da Prefeitura Municipal de Belém – PMB, construída “de baixo para cima”, que tanto na sua origem, quanto na sua lógica escapa à racionalidade do mercado. O Projeto Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol – FV Sol é parte integrante do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER desenvolvido pela Secretaria Municipal de Economia – SECON. O mesmo foi criado pela iniciativa do prefeito Edmilson Brito Rodrigues, em 1996.

O primeiro contato com a temática de gênero ocorreu durante a elaboração do trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará – UFPA, o que posteriormente continuou na monografia de especialização realizada no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA com um enfoque antropológico. Para o mestrado continuou-se a estudar o tema e, por conseguinte, suas políticas públicas, porém, dentro de

modo mais amplo e dialético. Nesse sentido, formulou-se o projeto com estudo de caso no FV Sol da prefeitura de Belém.

O estudo de caso FV Sol, metodologicamente falando, permitiu transitar de um problema social mais geral, para uma análise institucional local. Em especial levou a refletir sobre o atual momento de retomada das políticas públicas de geração de renda na PMB. Por tanto, não se trata de uma discussão tão somente do projeto FV Sol, mas de uma análise local que pode, de alguma maneira, sinalizar futuras discussões.

A pesquisa de campo do estudo de caso serviu de instrumento básico para levantar dados importantes para o trabalho, como àqueles levantados nas feiras de Belém. O universo dessa pesquisa levou a restringir os questionamentos ao segmento de mulheres feirantes de Belém, o que passou a ser potencialmente rico em informações, permitindo compreender melhor o funcionamento do processo de micro-crédito concedido pelo projeto FV Sol às mulheres de baixa renda de Belém.

O estudo do cotidiano das mulheres feirantes desenvolveu-se com a preocupação de realizar entrevistas por meio de questionário (em anexo), mas feitas da maneira mais natural possível, procurando sempre acrescentar *links* aos elementos já anteriormente coletados em outros contatos, na tentativa de conhecer mais sobre o assunto. Observar acontecimentos e fatos que marcam a vida cotidiana dessas mulheres dentro do processo de geração de renda foi determinante para perceber o nível de envolvimento com o projeto da prefeitura de Belém, o FV Sol.

As mulheres do meio urbano nessa cidade, assim como as camponesas ou indígenas têm lutado por uma participação real nos projetos de integração regional, mesmo considerando as adversidades do processo de exclusão de que são vítimas. Muitas se organizam para transformar e comercializar seus produtos ou inserirem-se nos serviços, quase sempre informais, do processo de geração de renda. Todavia, no que diz respeito às muitas contradições com a qual se deparam, ficam evidentes os avanços na relação mulher/desenvolvimento (SIMONIAN, 2001), que apontam uma mudança lenta e gradual no padrão de desenvolvimento da Amazônia com perspectivas ao futuro.

De todo modo, embora apresentem uma condição subordinada nos espaços produtivos (MANESCHY, 2001), as mulheres ousam colocar em prática mudanças nas suas condições de vida tendo, para isso, que enfrentar uma multiplicidade de fatores socioeconômicos, assim como considerar o choque com a ordem ideológica vigente e com a escassa oportunidade no mercado de trabalho. Simonian (2001, p. 55) observa que [...] “o que mais sobressai, em uma

apreciação a respeito, é a persistência das mulheres”. Por essa ótica, entende-se que a busca de alternativas de produção de renda por parte das mulheres se faz de maneira contínua.

Esta pesquisa pretende contribuir com análises que possam iluminar processos relativamente recentes como é o Projeto FV Sol, ou seja, a incorporação da questão de gênero por políticas públicas e programas governamentais. Ao analisar essas políticas e programas governamentais a partir da perspectiva de gênero, pretende-se ir além da identidade de políticas e programas que atendam as mulheres. Procurou-se, ao adotar o conceito de gênero, chamar atenção para a construção social e histórica da mulher e para as relações sociais entre os sexos, as quais são marcadas na sociedade brasileira por uma forte assimetria.

Um dos principais enfoques do Projeto FV Sol é possibilitar micro-créditos para atividades populares. Dentre estas, a ênfase tem sido em confecções, alimentação, mercearias, artesanato e pequenos serviços, o que envolve 36% da População Economicamente Ativa. Segundo o Departamento Intersindical de Estudos e Estatística Sócio-Econômicos – DIEESE seria esta a população menos visível ou dedicada a atividades informais. Paralelamente, a essa análise do público alvo, o banco se propôs a praticar uma política de subsídios para os empréstimos que visam um público diferenciado.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar como são formuladas e implementadas as políticas públicas de gênero para geração de renda pela PMB. Assim, tomou-se como estudo de caso o Projeto FV Sol, implantado pelo Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER da SECON. Como espaço de observação, privilegiou-se as feiras livres de Belém por serem locais de grande concentração de mulheres trabalhadoras incentivadas pelo projeto FV Sol. Além disso, essa realidade, em sua perspectiva histórica, revelou-se rica em informações sócio-econômicas que permitiram a análise mais abrangente dos dados necessários à pesquisa, à medida que essas mulheres se apresentam de maneira bastante articulada entre si.

Especificamente, pretendeu-se identificar e descrever as modalidades, os métodos e os instrumentos políticos sociais e administrativos adotados pela prefeitura para a política de geração de renda do Projeto FV Sol. Ainda, analisou-se por parte das mulheres feirantes que tiveram crédito aprovado, o grau de aceitação e satisfação em relação às políticas sociais diferenciadas da prefeitura. Tentou-se compreender, também, como a interação entre elas e a participação no projeto de financiamento influencia o processo de trabalho e as possíveis mudanças na vida cotidiana dessas mulheres.

A formulação do problema da pesquisa implica na busca de respostas para alguns questionamentos no mínimo desafiadores: as mudanças no processo de formulação e implementação das políticas municipais de geração de renda influenciaram o êxito do Projeto FV Sol, que foi o eixo da dinâmica dessas políticas? Um programa de geração de renda da prefeitura de Belém é compatível com as propostas da Agenda Amazônia 21 (2000), que procura traçar uma linha mestra de estratégia de desenvolvimento do município? Como essas alterações estratégicas que a PMB utilizou no Projeto FV Sol irão interferir na formulação dos demais programas sociais do município de Belém? E como estão influenciando após o início da administração atual?

Para a compreensão dos nexos existentes entre gênero e geração de renda formularam-se as seguintes hipóteses: o governo municipal acerca de uma década, deu início a um novo processo de formulação e implementação de políticas públicas de gênero para geração de renda em Belém, dentro de um modelo de desenvolvimento sustentável, social e econômico; o novo processo desencadeou mudanças locais com amplas implicações na população alvo, favorecendo estratégias de geração de renda; a criação do Projeto FV Sol, apresentou elevado grau de sustentabilidade, influenciando na formulação de outras políticas públicas de gênero pelo poder municipal; um modelo de desenvolvimento de políticas sociais de geração de renda baseado em um conceito inovador – o da inclusão da mulher de modo diferenciado – pode construir referências para um modelo de políticas sociais em outros órgãos municipais que discutam níveis de participação; mesmo em momentos de rupturas, as mulheres tendem a dar continuidade aos processos anteriormente iniciados com apoio financeiro do FV Sol.

Na pesquisa, tentou-se a busca de respostas para um questionamento quanto aos enfoques sobre desenvolvimento local e suas conseqüências político-sociais. Considera-se igualmente importante, o cenário atual das políticas públicas de gênero no município e os princípios, regras e objetivos que criaram o FV Sol. Como se pode observar na produção teórica pertinente à problemática (ALVAREZ, 2001; CASTRO, 2001; COSTA, 2001; MANESCHY, 2001; SIMONIAN, 2001) e nas experiências empíricas observadas ao longo das pesquisas, combater as desigualdades sociais sem compreender como estas impactam diferentemente homens e mulheres acaba por perpetuar relações discriminatórias de gênero. Assim, a formulação de novas políticas públicas por parte da PMB que promovem a igualdade de gênero no trabalho é, sem dúvida, ímpar no estado.

Entretanto, tais políticas precisam evoluir definindo melhor a relação entre os atores no sentido de evitar o retorno da antiga cultura patriarcal, discriminatória e excludente,

responsável pelos modos desiguais de apropriação das riquezas e serviços coletivos da região. De acordo com Castro (2001, p. 26):

[...] as dificuldades de rompimento com as elites tradicionais locais, e a participação ainda incipiente de atores historicamente excluídos do processo decisório, apresentam-se como obstáculos à superação da crise de governabilidade e de legitimação das políticas municipais mais ou menos inovadoras.

Desse modo, o que se quer destacar é a necessidade dos projetos estarem voltados diretamente para as especificidades das mulheres.

Outras questões emergem na pesquisa e podem ficar como desafios para futuros estudos de políticas públicas relacionadas ao tema. Nas 57 entrevistas realizadas com as mulheres feirantes superou-se muitos obstáculos, entendeu-se ricas falas em seu conteúdo, assim como outras não foram entendidas em profundidade, o que fez perceber-se a complexidade da problemática ora analisada. Foi como se a pesquisadora estivesse continuamente na situação de etnógrafa, envolvida no ambiente, na sua organização social e no processo dinâmico de sua cultura. E certamente, estas são marcas dessa pesquisa que permanecerão.

1.1 METODOLOGIA

Por tratar-se de um trabalho cujo principal interesse é estudar as políticas públicas e as ações voltadas para o processo de geração de renda das mulheres beneficiadas pelo projeto FV Sol, em Belém, fez-se necessário, numa primeira fase, o estudo de obras pertinentes à temática. Nesta direção, procedeu-se a revisão da literatura nacional e estrangeira sobre a Amazônia, desde política e atuação do Estado, assim como àquelas relativas ao estudo de caso e da ética. Formou-se uma compreensão a partir da revisão bibliográfica considerando-se os critérios para a seleção dos locais e das mulheres entrevistadas. Entende-se, ainda, que uma pesquisa social não pode ser definida de modo estanque, pois ela é dinâmica por natureza, e evada de contradições e de conflitos que permeiam seu caminho.

Ao construir a estratégia de pesquisa observou-se, ainda, uma metodologia dialética específica das Ciências Sociais que se baseia na observação da realidade social, dando ênfase às contradições, aos conflitos, às mudanças e ao movimento histórico (MINAYO, 1994). Desse modo, exige-se o domínio de diversas disciplinas numa proposta de abordagem interdisciplinar. A questão básica seria não eliminar a observação das transformações e das tensões sociais que por ventura se apresentassem ao pesquisador, assim como, a observação do papel do Estado como sendo um instrumento que reflete as contradições e as lutas geradas

pelos conflitos sociais. No caso das políticas públicas de geração de renda para mulheres, tal metodologia contribuiu na medida em que as mulheres sempre foram relegadas ao esquecimento na divisão do trabalho e nas formas sociais de produção.

Desse modo, considera-se o papel da pesquisa em Ciências Sociais como da maior importância para o desenvolvimento da Amazônia, porque segundo Simonian (2005, p. 7), “[...] se a pesquisa é produzida seguindo os cânones das CH e da Antropologia, por certo implicará em muitas possibilidades de uso para a população envolvida”. Como se pode perceber, a observação participante é um instrumento privilegiado para a interpretação do processo social a partir das pessoas envolvidas. Nesse sentido, a proposta antropológica busca superar aspectos onde se entende que a pesquisa nos tempos atuais induz, ainda, a uma discussão do conceito de sustentabilidade, assim como o de ética e demais conceitos trabalhados.

A metodologia desenvolvida orientou-se também pelo que diz Borda (1981) quanto às sutilezas da prática de campo, a qual não deve perder de vista a ética e o equilíbrio entre ação e reflexão. Segundo ele, uma das principais responsabilidades do pesquisador é articular o conhecimento concreto com o conhecimento geral e, ainda, considerar as necessidades básicas dos indivíduos. Para garantir essa eficiência, “[...] tem-se adotado um ritmo específico no tempo e no espaço que vai da ação à reflexão e da reflexão à ação em um novo nível de prática” (BORDA, 1981, p. 55). Deve-se, portanto, manter uma sincronização entre a reflexão e a ação no trabalho de campo nunca perdendo de vista o difícil equilíbrio intelectual.

Desse modo, a pesquisa de campo surgiu como elemento central para que a operacionalização de conceitos e a aplicação de estratégias não caíssem no vazio como nos mostra Simonian (2005). O contato do pesquisador com a realidade observada em campo, no ato de “ver, ouvir e escrever”, como posto por Oliveira (1996), é fundamental na produção das evidências que ajudam a interpretar a realidade. Outra idéia defendida por esse antropólogo é a “observação participante”, principal característica do trabalho de campo.

Além dessa observação, foi possível consultar e identificar trabalhos, relatórios, materiais de revistas especializadas e estatísticas que, direta ou indiretamente, contribuíram para o entendimento da questão tratada. No entendimento de Minayo (1994, p. 249), “[...] tudo é construído, inconcluso e superável”. Todo esse entendimento contribuiu para uma melhor análise da realidade que envolve as mulheres, muitas das quais trágicas e ocultadas da sociedade, proporcionando a visão de impasses e avanços quanto às políticas públicas e sustentabilidade dos processos de desenvolvimento.

Nessa direção, este trabalho exigiu a observação direta da realidade investigada, orientadas por conversas informais, entrevistas e questionário. Com essa etapa ampliaram-se as possibilidades de percepção das contradições tanto das mulheres como dos setores públicos que definem as políticas e ações de micro-crédito no município, como ficará claro nas análises seguintes. Também fez parte da metodologia de trabalho o estabelecimento de metas a serem alcançadas em curto prazo, uma vez que foram sumariamente importantes os conhecimentos de longo prazo, adquiridos anteriormente em outras pesquisas.

De fato, para o pesquisador, as informações compreendidas segundo os cânones das CH permitem a recuperação da memória social e histórica, assim como das questões atuais. O desafio na questão aqui proposta para pesquisa deve-se ao fato de que as políticas públicas de geração de renda para mulheres vêm a ser pouco consideradas. Isso ocorre, principalmente, dentro dos processos de mudanças globais por que passa o mundo nas últimas décadas, e em particular a Amazônia brasileira.

Reconhece-se como parte dos métodos de pesquisa a questão da ética que tem se mostrado uma preocupação recente em todas as áreas do conhecimento. Muitos são os autores que não dedicam atenção ao problema e não incluem considerações ao tema. Na medicina, o debate encontra-se mais avançado a partir da década iniciada em 1970, muito por conta dos riscos mais evidentes que a pesquisa pode representar para os pesquisados (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO, 2006). Nas Ciências Humanas, alguns autores como Simonian (2005) e Cardoso (1986) costumam ressaltar as implicações da ética para os pesquisadores, para as instituições e para as populações envolvidas.

É a partir desse olhar que algumas universidades brasileiras já possuem normas muito claras sobre as questões éticas. Começam a surgir comitês e a se exigir que pesquisas que envolvam entrevistas com seres humanos, em todas as áreas, sejam aprovadas pelos respectivos comitês. Na elaboração de um estudo de caso relacionado à pesquisa, inúmeros pontos devem ser considerados, envolvendo aspectos legais, morais e éticos. É preocupante ver que pesquisadores iniciam pesquisas, fornecem dados, expõem sua produção acadêmica e por fim, vêem seu trabalho desconstruído por não se adequarem às leis, normas e diretrizes vigentes. Essas normas, no Brasil, são reguladas pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde – CNS (BRASIL, 1996), que vem sendo aplicada e reconhecida pela academia através de seus comitês de ética, inclusive em outras áreas do conhecimento.

Uma outra questão considerada diz respeito à eficiência do pesquisador que não se desvincula da ética, porque como aponta Simonian (2005, p. 7), “[...] a pesquisa pode subsidiar laudos ou perícias antropológicas, a elaboração de projetos de desenvolvimento, de material didático,

dentre outros produtos”. Nessa perspectiva, a observância da questão ética contribuiu para a construção desses produtos, assim como o fortalecimento das identidades socioculturais envolvidas no processo de desenvolvimento. A ética não nos é dada pela natureza, é uma construção de ações concretas que sempre envolve a participação do outro. Quem exercita a ética é o conjunto dos cidadãos que fazem parte de uma comunidade em um processo de interação entre todos. Ao desconsiderar-se o outro, não há ética possível.

Assim, ao retomar o presente trabalho, importa esclarecer que a investigação foi baseada no estudo de caso do projeto de micro-crédito da prefeitura de Belém, FV Sol, direcionado principalmente às mulheres de classes mais carentes, que estão entre as maiores beneficiadas. A esse respeito Yin (1994, p. 32), observa que “um estudo de caso é uma investigação empírica que trata um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos”. E no contexto das mulheres feirantes de Belém ficou evidente que os limites e o equilíbrio das políticas institucionais são obscuros; e não sendo claramente definidos, foram e são passíveis de procedimentos que deixam a desejar.

A escolha da estratégia metodológica esteve vinculada ao fato de que um estudo de caso se atém a esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões (YIN, 1994). São estudos cada vez mais utilizados como ferramenta de pesquisa porque propiciam visões sobre suas várias fases, ou seja, planejamento, coleta, análise e apresentação dos resultados. Isso, então, aplica-se bem a análise que se desenvolveu no FV Sol.

Assim sendo, um estudo de caso pode esclarecer como as políticas públicas se processaram, qual o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados alcançados. O mesmo pode ser dito quanto às novas estratégias seguidas após o encerramento temporário do banco. Portanto, para a realização da pesquisa será considerado esse hiato tendo o FV Sol como parâmetro de uma política solidária que vem mostrando bons resultados.

A persistência na busca de novas descobertas sugere que o empreendimento científico mudou o rumo dessas descobertas. As pesquisas que são orientadas por um novo paradigma devem ser um meio de induzir mudanças nesses mesmos paradigmas que as orientam (KUHN, 1975). Entende-se, então, que este é um dos objetivos da Ciência, porque novas descobertas se juntem às antigas de modo a nunca mais serem as mesmas.

O importante, todavia, é que a descoberta não é o fundamental, o que é fundamental é entender que é um erro achar a descoberta tão importante (KUHN, 1975). Segundo o autor, “[...] existe algo de errado na imagem da ciência que concede à descoberta um papel tão

fundamental” (KUHN, 1975, p. 80). Nesta perspectiva, uma pesquisa científica é um processo contínuo, histórico e dialético, que considera o passado, acrescenta o presente e busca novos fatos e eventos para o futuro.

Ao refletir-se a realidade do processo de geração de renda para as mulheres em Belém foi necessário analisar-se as situações históricas, culturais, estruturais e circunstanciais dessa realidade. Então se fez um levantamento em documentos sobre as os meios e as ferramentas utilizadas quando da implantação das políticas, tais como *folders*, cartilhas etc., tendo em vista revelar os problemas surgidos entre a teoria e a prática. Para tanto, procedeu-se segundo os parâmetros do conhecimento que dirige a conduta na vida diária (BERGER; LUCKMANN, 1973). Pelo entendimento de Berger e Luckmann (1973, p. 36), “[...] devemos começar pelo esclarecimento da realidade, tal como é acessível ao senso comum dos membros ordinários da sociedade”.

Um dos propósitos da pesquisa foi saber como essa realidade aos olhos do senso comum pode ser influenciada pelas construções teóricas dos intelectuais. “Cada pessoa tem um modo de observar as evidências e cada instituição uma maneira de formular políticas que muitas vezes não estão condizentes com a realidade para a qual é dirigida” (BERGER; LUCKMANN, 1973, p. 35). Por conseguinte, o contato humano entre o entrevistado e o entrevistador se torna um fator de grande relevância porque cada pesquisador tem seu próprio olhar, o que ajudará a formar uma análise única da pesquisa¹.

Tal como argumenta Yin (2001), a investigação das evidências coletadas em campo, principalmente para estudos de caso, tem que fazer parte das estratégias analíticas, porque proporciona vantagens ao pesquisador. Toda metodologia requer estratégias, definição do método e do objeto, enquanto elementos essenciais para a Ciência, pois, como posto por Simonian,² tudo tem solução por ocasião da construção da pesquisa, posto que até os dados negados e as dificuldades encontradas se tornam evidências a serem consideradas.

Um dos grandes desafios desse estudo foi encontrar ferramentas metodológicas que auxiliassem a busca de uma resposta ao problema formulado no projeto. A principal dificuldade residiu na diversidade sócio-cultural entre a instituição propositora das políticas públicas de geração de renda para mulheres, ou seja, a PMB através do FV Sol, e a realidade concreta das mulheres frente ao encerramento temporário das atividades do banco entre os anos de 2005 e 2006.

¹ Anotações realizadas na disciplina Metodologia Científica, em 05 dez. 2005.

² Anotações realizadas na disciplina Metodologia Científica, em 05 dez. 2005.

O princípio norteador das políticas institucionais pode ser entendido como elemento padrão para a avaliação da realidade. Todavia, as evidências já acumuladas em outros momentos, apontam falhas dessas políticas tanto na formulação quanto na sua implementação (BRASIL, 2004). Segundo Oliveira, (1996) o que deve ser considerado é a *intersubjetividade*, é a forma que se articulam os sujeitos de modo a alcançar um objetivo comum que contribua para o processo de desenvolvimento.

Neste ponto, é de se ressaltar o entendimento de que em um processo de intervenção social existem desafios difíceis de alcançar. Assim, considera-se que a sociedade é dinâmica e a realidade a ser pesquisada está eivada de uma cultura preconceituosa sobre as mulheres, tecidas no cotidiano do grupo familiar e da sociedade como um todo. Este é um estudo relevante no debate sobre a Amazônia porque, de certo modo, as mulheres provocaram e provocam, ainda, mudanças importantes nas suas vidas e na realidade da região, as quais precisam ser reconhecidas politicamente.

1.1.1 Pesquisa bibliográfica e documental

A pesquisa teve por base ampliar os conhecimentos relativos à sustentabilidade do desenvolvimento local, à gestão e às políticas públicas, ao gênero e à cidadania. A discussão crítica dos conceitos e categorias nos induz a pensá-los não como uma alternativa ideológica, mas a aprofundar o caráter político e as dificuldades de construção de políticas públicas. Por isso, as diferentes teorias que abrangem aspectos diferenciados nos revelam o inevitável conhecimento no avanço das ciências e na objetivação do saber.

A pesquisa bibliográfica foi apoiada por fontes primárias, analisadas no Arquivo Público do Pará (ARQUIVO, 2006) onde foram consultadas as documentações relativas a possíveis projetos municipais desenvolvidos em outros períodos, e através de fontes jornalísticas. Novamente a antropologia forneceu subsídios teóricos para esse tipo de análise que, em se tratando de documentos e outras referências representadas e escritas em outra época, implicam atentar-se não só para o que está escrito como para o que não está escrito, assim como para quem escreveu e em que contexto foi desenvolvido.

A pesquisa também se utilizou da Biblioteca Pública do Pará, Arthur Viana, mais precisamente a Secção de Obras do Pará (BIBLIOTECA, 2006), para a verificação de diversas abordagens por outros autores sobre o conhecimento da problemática em análise. Esse procedimento permitiu compreender porque indivíduos e grupos de interesses se

posicionam de formas diferentes, em épocas diferentes. Tal compreensão permitiu a análise das transformações sociais e suas conseqüências.

1.1.2 Pesquisa de campo

O trabalho de campo constituiu-se numa etapa essencial da pesquisa qualitativa que a rigor não poderia ser realizada sem ele. Os sujeitos investigados foram mulheres feirantes que firmaram contrato de financiamento através do FV Sol. Ao lado da observação participante a entrevista foi a técnica mais usada nessa etapa. Nela obtiveram-se dados de natureza secundária e primária referentes a fatos, idéias, opiniões, condutas e comportamentos das pessoas entrevistadas. Nesse processo pudemos averiguar as implicações sociais, políticas, culturais e econômicas do contexto para se formar critérios de avaliação.

Outro instrumento utilizado foi o questionário, aplicado nos locais da pesquisa setorial assim como nos bairros selecionados e que atenderam as necessidades do estudo. Esses questionários são compostos de perguntas semi-estruturadas que combinam perguntas fechadas e abertas. As pessoas entrevistadas colaboraram com suas experiências e declarações, mas por aspectos éticos procurou-se obedecer ao que recomenda a Resolução nº 196/96.

1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este trabalho está constituído de cinco capítulos, além da introdução. Nesta apresenta-se o problema formulado para o estudo, as hipóteses e os objetivos geral e específico, assim como a metodologia usada na pesquisa, específica das Ciências Sociais e baseada na análise da realidade que observa as contradições, as transformações e os movimentos históricos. Discutem-se, ainda, as indicações da metodologia utilizada que permitirá comprovar ou refutar os questionamentos aqui sugeridos, assim como a bibliografia que fundamenta a pesquisa. As questões ora problematizadas são conseqüências de pesquisas desenvolvidas desde 1996,³ sendo que o seu prosseguimento por certo possibilitou mais conhecimento e, eventualmente, contribuirá para o aprimoramento das políticas em discussão. Nesse sentido, não é intenção esgotar o problema proposto, sendo que muitas questões ficaram a ser analisadas dentro da realidade das mulheres alvo das políticas públicas da PMB.

³ Precisamente, quando da obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará – UFPA e, depois, do curso de especialização desenvolvido no Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – NAEA.

O segundo capítulo traz a revisão conceitual que sustenta esta pesquisa privilegiando o campo de análise sobre cidadania, perspectivas de gênero, desenvolvimento, gestão e políticas públicas. Dar conta dessa diversidade de questões para explicar o processo de desenvolvimento por que passam as mulheres, foi árdua tarefa. Embora feitos através da interdisciplinaridade, observou-se o rigor metodológico para a pesquisa.

Na seqüência, o capítulo 3 apresenta a caracterização da área estudada, ou seja, as feiras livres na cidade de Belém, onde se entrevistou as mulheres incentivadas pelo projeto FV Sol, desenvolvido pela prefeitura de Belém. Desse modo, mostra-se um histórico das feiras desde o ano de sua criação até as transformações ocorridas ao longo do tempo. O conhecimento das questões relativas a essas áreas permitiu uma visão diferenciada do seu cotidiano, assim como o entendimento do modo como às mulheres lidam com o meio ambiente do qual participam ativamente e conhecem a maneira sustentável de preservá-lo.

O capítulo quatro, por sua vez, apresenta a pesquisa de campo desenvolvida nas feiras livres de Belém, nas dependências do projeto FV Sol e na Secretaria Municipal de Economia – SECON, privilegiando uma perspectiva crítica na tentativa de resgatar os elementos essenciais de suas contradição. Desse modo, a discussão contempla a análise sócio-econômica da população entrevistada, as demandas por políticas do setor e os aspectos relativos às preferências das entrevistadas.

No capítulo cinco faz-se o estudo do projeto FV Sol, desde o ano de sua criação até os dias atuais, As conclusões decorrentes das investigações do processo de geração de renda das mulheres incentivadas pelo projeto FV Sol dentro das políticas públicas da PMB indicam que, embora existam avanços na relação gênero, mulheres e desenvolvimento, eles ainda são relativamente recentes e necessitam de ações governamentais mais eficazes no trato da questão.

Por fim, no capítulo seis são traçadas as considerações finais com base nos principais pontos apresentados no trabalho decorrente das investigações, tentando mostrar aspectos favoráveis e negativos para investigações futuras que, contribuam para o processo de geração de renda das mulheres incentivadas pelo projeto FV Sol dentro das políticas públicas da PMB. Com relação ao modelo de gestão do FV Sol, que promove o desenvolvimento local, os estudos apontam para a necessidade de consolidação das políticas da instituição.

2 REVISÃO CONCEITUAL: POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO LOCAL E GÊNERO

2.1 REVISÃO CONCEITUAL QUANTO À CIDADANIA

A compreensão do lugar da mulher na área econômica no interior do quadro social e político de Belém do Pará requer, primeiramente, uma reflexão em torno do conceito de cidadania, o que por certo permite entender de modo mais preciso o papel da mulher na sociedade. A visão clássica de cidadania foi colocada por Marshall (1967), autor inglês que, em sua interpretação, inicia-se com a conquista dos direitos civis que se constituem nos direitos necessários ao exercício da liberdade individual como o ir e vir. Por conseguinte, obtém-se a cidadania política, que são direitos de participar do poder político tanto diretamente quanto indiretamente pelo exercício do voto (MARSHALL, 1967). Finalmente, dar-se-á a conquista da cidadania social, que é o conjunto de direitos e obrigações que possibilita a participação igualitária de todos os membros de uma comunidade.

Além da ampliação dos direitos há também, de acordo com o autor, uma incorporação maior de parcelas da sociedade aos direitos, isto é, o acesso de um número cada vez maior de pessoas aos programas estatais de proteção e de bem-estar social. Portanto, direitos de cidadania assegurados pelo Estado estão diretamente associados à incorporação de uma parcela maior da sociedade ao sistema estatal de proteção social.

Então a construção dos diversos programas de cunho social ampliou-se. Operou-se, assim, uma transformação no sistema, a partir do desenvolvimento lógico e da evolução natural das instituições comprometidas com a proteção social. Tais mudanças imprimiram sentido e evolução, fundindo medidas e programas que passaram a tomar corpo único com responsabilidade própria. Por isso diz Marshall (1995 p. 97) que: “Adotamos a expressão Estado de Bem-estar Social para denotar a nova entidade composta de elementos já conhecidos. A responsabilidade derradeira total do Estado pelo bem-estar de seu povo”. A afirmação acima se refere à adoção pelo Estado de novas medidas e políticas sociais para a ampliação de uma nova cidadania.

Como se pode observar, esse é um processo extremamente lento e complexo. No caso brasileiro, esta seqüência não foi observada, porquanto os direitos civis e políticos foram implantados de uma só vez, e de cima para baixo (PINHO, 2003). No entanto, os direitos civis eram precários na medida em que se convivia com a instituição da escravidão e a existência de direitos políticos sem a devida evolução dos direitos sociais, resultando em um desenvolvimento falho da cidadania política (PINHO, 2003). Esta é uma situação peculiar da

sociedade brasileira, uma vez que os direitos sociais foram implantados antes dos direitos políticos que vão ser conquistados nos anos 1930, durante a ditadura do Estado Novo.

O que parece ficar claro é o fato de que o direito à cidadania, no Brasil, sempre foi mais iniciativa do Estado (CARVALHO, 1992) do que da própria sociedade, a qual ficou com a capacidade propositiva bastante diminuída. Ainda segundo Carvalho (1992, p. 53), “[...] essa falha, permeia, ainda hoje, a sociedade de alto a baixo”. Cardoso (1992), por sua vez, destaca o fato de que a convivência duradoura com a escravidão resultou em uma deformação da cidadania mantida até os dias atuais. Nessa mesma linha, Weffort (1992 *apud* PINHO, 2003) entende que a escala de desigualdade a que chegou a sociedade brasileira é de tal monta que a noção de igualdade, que implica na idéia de cidadania, não tem como se realizar no conjunto da população. Ainda no entender de Weffort (1992 *apud* PINHO, 2003, p. 43), “[...] cidadãos são os que têm capacidade de se organizar. São aqueles que têm recursos materiais mínimos”.

Outros autores trabalham a cidadania com visões diferenciadas que apontam outros aspectos, como Matta (1987, p. 63), ao argumentar que no Brasil, apesar de toda a idéia de modernidade, ainda são recriadas verdadeiras aristocracias da desigualdade, favorecendo “[...] a ausência de confiança na vida pública, onde relações pessoais têm mais peso que as leis”. Maria Vitória Benevides (1994), todavia, vai buscar raízes na revolução burguesa de 1789 sobre a idéia de cidadania, sustentando que já no século XVIII a noção moderna a respeito estava comprometida com a igualdade (BENEVIDES, 1994 *apud* PINHO, 2003). Para o caso brasileiro, a autora sustenta que a cidadania ficou constituída de modo ambíguo tanto para a visão das esquerdas quanto para a visão das direitas⁴.

Nas perspectivas do modelo de cidadania no Brasil, ficam claras algumas questões que estão ligadas às bases históricas. O processo de exclusão que não se dá na lei e sim na prática; a presença da fome; a falta de direitos sociais assegurados; os estereótipos sexuais; a violência e a discriminação das minorias são alguns exemplos que conduzem à idéia de que a cidadania é impossível no Brasil. Neste quadro, os direitos humanos devem ser entendidos, também, como direito das mulheres entre os quais se incluem os princípios de igualdade e solidariedade que poderão construir as linhas mestras de uma política válida para o presente.

A cidadania social constitui um meio poderoso de alcançar a integração social em face às desigualdades criadas pelo mercado, pois cria igualdade de oportunidades e reduz as profundas diferenças entre os membros de uma sociedade. Tende ainda, a aperfeiçoar seus

⁴ Ainda de acordo com Benevides (1994 *apud* PINHO, 2003), para as esquerdas a cidadania é apenas aparência de democracia dado que discrimina cidadãos em classes de cidadania reforçando a desigualdade. Para os setores de direita, a cidadania sempre se torna uma ameaça porquanto implica idéia de igualdade, o que convenhamos, é indesejável.

talentos e a empregar seus melhores esforços, mesmo diante das disparidades de renda. É possível, portanto, extrair do pensamento de Marshall (1967) um critério de avaliação da política social e de sua contribuição para a cidadania: trata-se de saber se a política social contribui ou não para mitigar as desigualdades permanentes, fortalecendo e prestando assistência aos mais necessitados. A partir dessa perspectiva, cria-se uma relação de cidadania social com a democracia, e daí, com os direitos civis e políticos. Ainda de acordo com o entendimento de Marshall (1967), os direitos civis deram poderes legais cujo uso foi drasticamente prejudicado por preconceitos de classe e falta de oportunidades econômicas.

A questão da cidadania remete ainda a polêmicas, como a que se dá na opinião de Santos, que utiliza a categoria *cidadania regulada* para explicar certos aspectos básicos da política social do Brasil (SANTOS, 1979 *apud* REIS, 1994). Segundo o mesmo Santos (1979 *apud* REIS, 1994), essa expressão explica certo ingrediente autoritário de controle por parte do Estado. Por sua vez, suas raízes encontram-se na regulamentação das profissões, na carteira profissional e no sindicato público que formam os três parâmetros no interior dos quais se passa a definir a cidadania.

Os desdobramentos históricos no que diz respeito ao papel do Estado impuseram à sociedade brasileira um legado de conformações que, de certo modo, se tornaram permanentes. Isso é bem verdade à medida que é através do Estado que a sociedade espera a formulação das políticas sociais e, assim, fica-se acomodada esperando essas iniciativas. O modelo de cidadania que era historicamente outorgado pelo Estado vem sendo desconstruído por autores que sustentam que a cidadania é uma conquista da sociedade e não um ato de outorga por parte dessa mesma Instituição.

A política social que emana do Estado não é, segundo Santos (1997, p. 35), “[...] o conjunto de atividades ou programas governamentais destinados a remediar as falhas do *laissez-faire*”. Com esse pensamento, Santos (1997) dá um salto de qualidade na construção teórica ao analisar a natureza da política social e do Estado. Vê que é através da justiça, da equidade e da ética que se devem analisar políticas diferentes daquelas que as observam economicamente. E o que isso quer dizer segundo Santos (1997)? Para o autor, uma política social sempre é transformada em uma *escolha trágica*, porque sua definição anuncia um elenco de problemas em que todos se apresentam como prioritários. Nem por isso deve-se deixar de formular programas, ou tentar “ordenar” essas *escolhas trágicas*. Elas são de ordem superior, uma metapolítica que justifica esse ordenamento.

A reforma das instituições, sobretudo no Brasil, tem seguido um curso que não modifica a base elementar do jogo, ou seja, a mudança na forma de equacionar a pobreza. O

que se tem visto são mudanças nas relações de trabalho, o que tem a ver com a marginalidade e a desfiliação das instituições. Castel (2000) interroga essas relações de trabalho tomando a França como parâmetro, e questiona como se constitui o salário e a categoria dos trabalhadores para entender as mudanças por que passa o Estado. Para o autor, este, enquanto promotor da coesão social, deve dar respostas àquilo que significa “ser protegido”.

E, ao se fazer uma analogia com Santos (1997), verifica-se que o Estado remedia o *laissez-faire*, mas “[...] não é o único e sim uma das instâncias capazes de intervir para procurar resolver essas situações [...]” (CASTEL, 2000, p. 19). O Estado pode resolver a flexibilização salarial que conduz ao processo de exclusão, juntamente com outros atores em cena, e considerar que o mercado não produz por si mesmo o elo social, ao contrário, ele o destrói (CASTEL, 2000). Deve-se, por isso, encontrar um equilíbrio entre a produção de riquezas (mercado) e a proteção daquele que a produz (trabalhador).

O ponto geral a ser salientado é, portanto, a existência de contradições ao longo desses processos sociopolíticos. Verifica-se isto à medida que se pretende que a cidadania não seja regulada pelo autoritarismo do Estado. E, por outro lado, segundo Reis (1994), critica-se posições assumidas pelo Estado que consagram diferenças que vêm do mercado.

2.2 GÊNERO E DESENVOLVIMENTO

O estudo acerca dos fundamentos sociais do desenvolvimento sustentável no âmbito municipal permite e exige um diálogo interdisciplinar. Neste sentido, é de se tentar uma análise para compreender as desigualdades, a exclusão e a pobreza. Eles sustentam-se nos mesmos princípios básicos do desenvolvimento, com critérios de políticas públicas, de justiça distributiva e de universalização de cobertura dos serviços.

De acordo com a compreensão de Guimarães (1993, p. 55), esses critérios de sustentabilidade aplicam-se:

[...] em função da sustentabilidade social, aos critérios de igualdade de gênero, reconhecendo-se como um valor em si mesmo, e, portanto, acima de considerações econômicas, a incorporação da mulher na cidadania econômica (mercado), política (voto) e social (bem-estar).

Mas, os entraves são muitos, principalmente a pensar-se nas trajetórias das mulheres e em contextos de relações de gênero. Dessa análise, pode-se retirar o contexto em que se formam as políticas de desenvolvimento regionais, de que modo o Estado contribuiu para a sua formulação, que geralmente se dá de forma diferente da realidade da região.

A questão das relações sociais de trabalho se processa de forma muito lenta, ficando perpetuadas pelas relações de poder. É o que Marx (1946) chama de “[...] metáfora do trabalho livre”. No que diz respeito às relações de gênero e à divisão social do trabalho, o reconhecimento da mulher estava sobremaneira atrelado ao poder dos homens porque, caso contrário, extinguiria um vasto campo do seu domínio sobre elas, atingindo a estrutura do sistema político na medida em que a liberdade de direitos para a mulher implicaria em novas demandas por direitos sociais. Estava, assim, garantido o plano formal e simbólico para a reprodução das desigualdades necessárias ao funcionamento de uma sociedade cuja inspiração era a liberdade econômica.

Para Viezzer (1989), as relações sociais de dominação e submissão da mulher podem ser entendidas de acordo com o pensamento de Marx e Engels, segundo o qual elas são relações mútuas que se estabelecem entre homens e mulheres para a produção e para a reprodução das condições materiais de existência. Ainda com base em Viezzer (1989), quando se fala de relações sociais de gênero está se falando das relações entre os gêneros masculino e feminino, relações essas que ocorrem como um modo particular de relações sociais. Conclui-se, então, que elas são um tipo especial das relações sociais por causa da subordinação do gênero feminino ao masculino.

A situação da mulher do ponto de vista da dominação é solidificada por crenças, as quais mostram que a mulher pertence ao espaço doméstico e que essa prática é “um fenômeno natural”, assim como a “inferioridade feminina”, que está de tal maneira assimilada pelas mulheres de maneira a assumirem uma posição inferior ao homem. A supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, mais notadamente contra as mulheres negras e pobres (SAFFIOTI, 1987). A identidade social, segundo a autora, é construída através da educação que se recebe sendo, portanto, socialmente construída.

Neste ponto, é de se perguntar sobre o poder das mulheres. Segundo Rosaldo (1979), a primeira questão que surge nos estudos antropológicos sobre a mulher é “[...] se há sociedades nas quais a mulher é publicamente reconhecida como igual ou mais poderosa que o homem” (ROSALDO, 1979, p. 19). Em contraste a essa visão de teorias do século XIX abordada por escritores como Bachofen (1861) e Morgan (1851, 1877), ambos citados pelo mesmo Rosaldo (1979), a visão antropológica atual suscita observações em que “[...] a maioria e provavelmente todas as sociedades contemporâneas, seja qual for sua organização familiar ou modo de subsistência, são caracterizadas por algum grau de domínio masculino” (ROSALDO, 1979, p. 19). A autora conclui que embora alguns autores contemporâneos discutam a existência de sociedades igualitárias, como Leacock (1972 *apud* Rosaldo, 1979), atualmente

não é visível uma sociedade onde a mulher possua poder publicamente reconhecido e autoridade superior à do homem.

De todo modo, as mulheres vêm avançando quanto às conquistas em termos de espaços políticos. A respeito, pesquisas de Simonian (2007a) sugerem que assim como no passado, contemporaneamente as mulheres lutam por oportunidades no campo político, isto para além daqueles caracterizados pelo social e pela relações de trabalho. Na Amazônia, por exemplo, essas atrizes sociais vêm se envolvendo com processos organizativos como de associações, secretarias da mulher, grupos de mulheres, no mais das vezes acerca de atividades voltadas para a geração de renda. E isso se entende, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2005), principalmente, porque elas são de fato quem respondem pela sustentação de uma parcela grande dos lares e das proles.

Ainda nas sociedades contemporâneas, o patriarcado é exercido em vários modos de subordinação como no campo econômico, por exemplo. As ocupações destinadas às mulheres pelo sistema de produção capitalista estão comumente associadas ao mercado informal de trabalho, ou a atividades que o capitalismo não tem interesse em explorar, como o emprego doméstico. De acordo com Saffioti (1987, p. 50), “[...] muitas formas de trabalho clandestino são exercidas em maior número pelas mulheres uma vez que não estão cobertas pela legislação trabalhista porque não tem carteira profissional assinada”. No seio da família, a dominação patriarcal é observada em praticamente todas as atividades, muito por conta de serem afazeres tidos como “coisas de mulher”, que configura não só o patriarcalismo como, também, um sistema de exploração.

Quando se trabalha a questão da dominação e submissão nas relações entre gêneros, percebe-se que a sociedade está organizada para aceitar a execução dos papéis sociais atribuídos a partir das diferenças biológicas e não a partir das diferenças culturais e psicológicas. Conforme Ferreira (1999), a percepção da perspectiva de gênero fornece meios de decodificar os significados culturalmente atribuídos ao homem e a mulher, possibilitando compreender as complexidades da questão. Qualquer mudança que venha para alterar a relação posta e estabelecida entre os gêneros masculino e feminino exige profunda compreensão das instituições sócio-políticas, porque a dominação se reproduz em detrimento das mulheres, o que conduz e vincula a outros problemas como a exploração econômica.

No contexto histórico das teorias de gênero, encontram-se evidências sobre os modos associativistas e coletivos das mulheres que vão se refletir na recente história de organização nos processos de desenvolvimento dos quais elas são protagonistas. Tilly (1986) faz uma análise sobre a proletarização e os modos de organização produtiva das trabalhadoras na

França do século XVIII, onde mostra as lutas por melhores salários, ressaltando as greves e punições pela organização de manifestações. Aborda, ainda, o conceito de *ação coletiva*, presente nos atuais modelos de enfrentamentos da maioria das mulheres que passam pelo processo de geração de renda como abordado neste projeto.

Neste ponto, vale a pena observar que, no que diz respeito à *ação coletiva*, ela é definida por Tilly (1986, p. 283) como sendo “[...] a iniciativa de um grupo com objetivos e finalidades comuns atuando para seus interesses, em qualquer nível governamental”. A proletarização se torna, portanto, um vetor rumo ao desenvolvimento e que se dá a partir das ações coletivas. Os padrões de proletarização, segundo a autora, estariam ligados, sistematicamente, aos modelos de ação coletiva. De todo modo, a integração da mulher no processo de sobrevivência no passado guarda semelhanças com o atual papel por elas desempenhado, principalmente no modo associativo/cooperativo de se organizar.

A história tem mostrado que nas teorias e políticas do desenvolvimento, todos partem do pressuposto de que as sociedades se desenvolvem historicamente iguais como se fossem fases subseqüentes. O desafio de uma análise social é, segundo Sorj (2000, p. 12), “[...] construir modelos explicativos capazes de simplificar a realidade social sem obliterar fenômenos sociais fundamentais”. Assim sendo, uma teoria ou análise não deve encerrar, em sua tese, verdades que não considerem as disparidades regionais. Uma perspectiva pluralista pode contribuir para uma análise da realidade, mas não se deve perder de vista a riqueza do processo social peculiar de uma dada região.

Ao confrontarem-se as afirmações acima com a história do papel das mulheres nas sociedades, observa-se que a discussão de gênero é geralmente associada a uma perspectiva que não corresponde à realidade desejada, seja na elaboração e implementação de políticas públicas ou ainda nos planos de desenvolvimento que são formulados para a região. De fato, seus problemas são “[...] objeto de discussão nos inúmeros encontros de mulheres, varando as diversas regiões da Amazônia” (CASTRO 2001, p. 20). Todavia, as políticas institucionais, assim como, os projetos de natureza não governamental têm deixado a desejar quanto aos resultados esperados, em geral perpetuando as desigualdades nos planos de desenvolvimento.

Embora o Estado Nacional brasileiro conserve a perspectiva nacional, na concepção de Sorj (2000, p. 18), o mesmo é eivado de práticas patrimonialistas, pois “[...] fundou-se basicamente na sua capacidade de gerar crescimento econômico com descaso pelas dimensões sociais e locais [...]”. Como Monteiro (2007) verificou na Amazônia, e mais precisamente no Pará, “um simples projeto de desenvolvimento sustentável para a região deve romper com a replicação regional de tecnologias e técnicas”. Um dos grandes problemas vividos pelas

mulheres diz respeito ao pouco investimento em políticas que considerem as diferenças e que permitam elaborar um programa duradouro de vantagens competitivas para o desenvolvimento regional.

Sorj (2000) mapeia a sociedade brasileira contemporânea sustentando a convivência complementar e conflituosa existente de sete instituições, dentre as quais se encontra o *Estado, a lógica institucional e a cidadania*. O Estado brasileiro, com suas origens enraizadas na colonização, traz como prática a racionalização externa do crescimento econômico sem considerar os interesses locais. Isso possibilitou que os problemas da desigualdade e da concentração de renda fossem tratados sem a importância devida e que se evidenciam ante as análises sobre desenvolvimento no país. Embora o Estado Nacional brasileiro conserve a perspectiva nacional, na concepção de Sorj (2000, p. 18), o mesmo é eivado de práticas patrimonialistas, pois “[...] fundou-se basicamente na sua capacidade de gerar crescimento econômico com descaso pelas dimensões sociais [...]”.

Os experimentos democráticos na América Latina passam, segundo Sola (1999), por um processo de resignificação. Por sua vez, este tem na *democracia delegativa* (que apresenta veios eleitoreiros) uma de suas marcas, o que permite abrir possibilidades do não cumprimento de políticas institucionais. Tal desdobramento é possível à medida que com esta modalidade de democracia não é exercida a fiscalização esperada em todo o processo de *democracia representativa*.

A respeito, O'Donnell (1991, p. 141) argumenta que “[...] há muito pouco processo – se é que há algum – no sentido de alcançar instituições de representação e controle sobre os representantes”. De fato, é freqüente notar que os avanços nas formulações legais de programas voltados para a mulher se dão muito lentamente, ou muitas vezes, morrem ao nascer, muito por conta da não fiscalização por parte da sociedade civil no cumprimento das leis e metas. Isso é reflexo da forma delegativa de democracia vivida no Brasil. Há, ainda, na concepção de O'Donnell (1991), uma carência crônica de autoridade política democrática no Brasil.

A Amazônia forjou-se sob uma sociedade de estruturas hierárquicas verticais e práticas de mandonismo e servidão influenciada, em grande parte, pela igreja católica, como sustenta Coelho (2000). As duas instituições mais confiáveis para os brasileiros são segundo sua pesquisa, a família e a igreja. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (1996), a mulher é chefe de família em 47,25% dos lares brasileiros, o que permite construir uma relação entre a mulher porque esta é um dos pilares de confiança nas instituições brasileiras, conforme a referida pesquisa. Dessa relação, pode-se retirar que 34,46% das

mulheres possuem o ensino fundamental incompleto. Sua confiança na igreja aumenta e conseqüentemente perderá a confiança nas instituições políticas, principalmente do legislativo, que alcança um nível de apenas 7%, conforme ainda a pesquisa de Coelho (2000). E ao citar Coelho (2000), é de atentar-se que sua pesquisa não contemplou gêneros, mas pode-se estabelecer um *link* para retirar essas conclusões.

O que importa destacar no debate sobre gênero e desenvolvimento é que é possível o estabelecimento de um nexos entre a formulação e a implementação das políticas para mulheres, e a percepção por parte da sociedade civil organizada da importância do acompanhamento e fiscalização dessas políticas, pelas quais ambos têm responsabilidades. A política deve ser identificada com a questão social e não mero assistencialismo porque, como atribui Coelho (2000, p. 68), “[...] a política como ação plural está na sociedade e não no Estado”. Esta é antes de tudo a questão crucial presente: a sociedade espera pelo Estado e este se locupleta com a possibilidade de dominação, o que vêm a resultar em um círculo vicioso.

Note-se que somente a menos de uma década a cidade de Belém vem apresentando um processo de desenvolvimento local no que se refere às políticas públicas de gênero para a inclusão das mulheres. Mesmo assim, a administração vem sendo reconhecida no âmbito nacional por essas políticas, a exemplo, das que são desenvolvidas pelo FV Sol. Embora a criação do Conselho Municipal da Condição Feminina – MCF, em Belém, situe-se nos anos iniciados em 1970, a sua atuação era precária reproduzindo as formas patriarcais e excludentes dos seus gestores. A ruptura definitiva com o patriarcado constitui-se, então, o pré-requisito para pensar uma sociedade justa e sustentada.

Ao se verificar os possíveis avanços na formulação das políticas públicas locais de gênero, considerando-se que este é um estudo eminentemente urbano, que se depara com a fragilidade das mesmas. Neste sentido e como aponta Dowbor (1998), 80% da população brasileira vivem em cidades. Uma reflexão sobre desenvolvimento local/relações sociais no contexto urbano conduz, antes de tudo, a pensar o entrelace de questões que se articulam contemporaneamente no cenário das cidades. Nesta direção, os problemas herdados do passado crescem, o que é associado às “novas questões” que, em geral, são agudizadas pelo modelo econômico vigente.

Esse quadro reflete, de certo modo, as conseqüências advindas do hiato que se estabelece entre formulação e implantação das políticas públicas de gênero pela PMB. No caso das políticas de geração de emprego e renda, o primeiro passo é garantir a igualdade de acesso às oportunidades de trabalho, oferecendo capacitação para a atividade produtiva naquelas já tradicionalmente exercidas por homens, mas que nada impede as mulheres de exercerem-nas.

No âmbito dessas idéias, Simonian (2001) mostra a capacidade de organização política das mulheres em projetos de desenvolvimento. Esta insistência mostra-se, também, nos estudos de Maneschy (2001) e Álvarez (2001), referentes à pesca artesanal como atividade produtiva desenvolvida por mulheres na cidade de Vigia e na ilha de Mosqueiro, em Belém.

Nesse contexto, procura-se então analisar, a pluralidade de lógicas que atinge de forma diferenciada as políticas, uma vez que há comprovado potencial para sua implementação e desempenho por parte das mulheres. Essa diversidade também será alvo de análise, uma vez que favorece a articulação de diferentes formas de luta por direito por parte das mulheres, fazendo da cidade um espaço social de construção da cidadania. Analisou-se a sustentabilidade das políticas públicas de gênero visando ao desenvolvimento local numa perspectiva globalizada. A respeito e segundo Guimarães (1993, p. 50), “[...] os que se inscrevem nessa corrente apontam, além disso, a insustentabilidade social do modelo atual de desenvolvimento em situação de crescente exclusão [...]”. E como se percebe, não se pode aceitar nenhuma formulação de políticas públicas sem compreender o esgotamento de um paradigma e modelo de desenvolvimento socialmente perverso e politicamente injusto.

Nos estudos quanto à sustentabilidade das políticas públicas trabalhou-se como referência alguns autores como Ferreira (1998), que analisa a busca de alternativas de sustentabilidade das políticas públicas no poder local, onde considera as áreas urbanas como privilegiadas para a geração de emprego e renda. Ainda, o mesmo autor sugere que se pode articular prefeituras diversas com a intenção de se resolver problemas comuns. Junte-se a isso, a burocracia moderna fundamentada nos princípios da impessoalidade, neutralidade e racionalidade, o que se constitui em base sobre a qual se erguem os novos fundamentos da moderna administração pública.

Outros estudiosos analisam essa descentralização do poder das mãos do governo, a participação política das comunidades e o modo precário de comunicação. Por exemplo, O’Donnell (1991, p. 30) diz que “[...] outras instituições mais fortes e atuantes, tomam o lugar daquelas, juntamente com vários padrões de acesso e altamente desagregado ao processo de tomada de decisão e implementação de políticas públicas”. Ainda de acordo com esse pensamento, Mathis (2001, p. 24) sustenta que “[...] a sociedade é o sistema social mais amplo, composto pela totalidade das comunicações. Não existe comunicação fora da sociedade”. E, por sua vez, Reis (1994, p. 17) revela a falta de ajustamento às leis e regras formais e institucionais que existem no país que, por vezes, enfraquece as instituições.

Essa situação contribui de modo contrário ao processo de implementação de políticas públicas, como seria o caso da não regulamentação dos artigos da Lei Orgânica do Município

de Belém (BELÉM, 1990) que se referem à mulher para respaldar as mudanças. Ainda segundo Reis (1994, p. 17), “[...] no último século, o Brasil é mesmo provavelmente o país que mais cresceu em todo o planeta. A crise se evidencia em uma estrutura social singularmente perversa e desigual”. E, ao analisar-se essa estrutura, pôde-se tomar os dados do último censo do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000) quanto à taxa de escolaridade feminina.

Como se sabe, esse é um importante indicador, não apenas para confirmar a situação educacional, mas do ponto de vista das condições sociais da região. E, embora a situação educacional das mulheres responsáveis por domicílios tenha apresentado melhorias significativas no período de 1991/2000, as desigualdades educacionais verificadas entre as grandes regiões do país favorecem uma continuidade de desigualdades espaciais que são responsáveis pelas discrepâncias entre as regiões. Assim, segundo dados oficiais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000), a média de anos de estudo das mulheres responsáveis pelos domicílios em Belém é de 7,1 anos, enquanto em Florianópolis, essa média é de 9,2 anos.

Dowbor (1987) fornece embasamento teórico quando discute a reprodução social, propondo uma gestão descentralizada que aumente a participação da comunidade no processo decisório. Os estudos de Ianni (1983) conduzem a preocupação com a natureza dialética do desenvolvimento, em que não se perde de vista o movimento da história para explicá-lo, porque se pensa esse fenômeno de acordo com a visão particular de cada um. Outras fontes de análise permanente são os relatórios sobre o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH no Brasil,⁵ produzidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e pelo IPEA, como, também, os do IBGE, todos ferramentas de importância na avaliação e comparação no desenvolvimento das regiões.

Na questão de gênero, os estudos voltaram-se para dentro do processo de inclusão social da mulher no contorno da globalização. A categoria gênero, como um dos principais elementos articuladores das relações sociais no contexto urbano conduz ao reconhecimento da validade das leituras propiciadas pela antropologia. Buscou-se um entendimento do cotidiano da sociedade urbana a partir de Cardoso (1986) e Durham (1986), o que possibilitou uma consolidação da reflexão inicial dos problemas investigados. Estas autoras sugerem uma

⁵ O IDH é um avanço para as análises em relação ao Produto Interno Bruto – PIB porque toma em consideração dados sociais dos 5.507 municípios brasileiros, fornecendo índices quantitativos nas análises que vão nos dar uma posição quanto ao paradigma do desenvolvimento humano em três indicadores: renda, escolaridade e esperança de vida (BRASIL, 1996).

comparação com o método histórico, pois como Durham (1986, p. 38) enfatiza, “[...] muito trabalho do pesquisador é feito através de documentos e arquivos mortos e se assemelha intrinsecamente àquele que o antropólogo realiza com sujeitos vivos”.

Dentro desse processo, Oliveira (1996) também contribuiu de forma importante para as pesquisas quando nos ensina a “olhar, ouvir e escrever”, ações que se constituem em etapas da observação participativa do pesquisador na interpretação e na textualização das conclusões. Com Matta (1987, p. 85), apreendeu-se sobre a relativização, quando diz que “[...] as sociedades tribais estão fundadas na troca igualitária de experiências humanas. Podemos realmente aprender e nos civilizar com elas”. Ainda no tocante aos estudos sobre gênero, Simonian (2001, p. 54) adverte que “[...] apesar das muitas contradições encontradas, é indiscutível a existência de avanços na relação mulheres/gênero/desenvolvimento na Amazônia brasileira, principalmente nos últimos anos”. Entende-se, assim, que homens e mulheres ainda que possam partilhar a mesma condição de classe, podem, também, partilhar uma igualdade social.

Paralelamente à contribuição antropológica sobre mulher e desenvolvimento, observa-se a abordagem histórica na produção acerca dessa relação. A evolução industrial do século XIX iniciou uma enorme mudança no modo de trabalho das mulheres que deixaram a produção artesanal rumo às atividades industriais manufaturadas. E, pelo entendimento de Tilly (1986), a divisão sexual do trabalho em áreas industriais na França nesse século era severa. Nesse contexto, as mulheres só poderiam trabalhar em serviços domésticos, indústria de peças de roupas femininas ou em seus próprios lares na produção de alimentos e artesanato.

Nessa divisão do trabalho, nota-se a criação por parte das mulheres de *redes de solidariedade* e *associações* que permitiam maior propensão a ações trabalhistas e organizações em comitês. Também, observa-se retaliações, como ainda se pode verificar nos dias atuais, quanto a ocupação por parte das mulheres em postos de trabalhos masculinos. Paradoxalmente, conforme Tilly (1986), a divisão do trabalho parece ter encorajado as mulheres no sentido de participar ativamente nas forças produtivas por conta das diferenças salariais. Essa evidência histórica sugere que as mulheres proletárias tendem a atuar coletivamente com mais frequência enquanto o processo de transformação avança para a sua conscientização política.

Enquanto cientista social, Bourdieu (1983, p. 28) analisou o processo de construção de gênero. Suas abordagens vêm desde seus primeiros estudos, onde defende que “[...] todo conhecimento descansa em uma operação fundamental de divisão: a oposição entre o feminino e o masculino”. Todavia, Bourdieu (1983, p. 58) trabalha com a ordem social masculina dizendo que: “[...] a ordem social masculina está tão profundamente arraigada que

não requer justificção: impõe-se a si mesma e é considerada [...]” natural, “[...] graças ao acordo quase perfeito e imediato que obtém de estruturas sociais tais como a divisão social do trabalho”.

2.3 GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Parte da fundamentação teórica que trata dos pressupostos atuais de formulação de políticas públicas (PUTTNAM, 1996; O’DONNELL, 1991) está sendo produzida por estudiosos europeus, os quais tomam como base as experiências recentes dos governos desses países e são designadas de *policy network*, como se tem no exemplo de Puttnam (1996). Autores recentes consideram que esse termo é usado para descrever as modernas elaborações de políticas públicas enfatizando que essa formulação pode ser entendida como parte de acordo ou arranjos político-institucionais descentralizados, que emergem de uma complexa constelação de atores e recursos.

A formulação de políticas públicas requer a participação de vários agentes no processo como indica de maneira sugestiva o termo *network*, mostrando o envolvimento de grande número e ampla variedade de agentes (públicos e privados), de diferentes níveis e funções no governo e na sociedade. Pode-se considerar que o aspecto central de uma abordagem abrangente para a elaboração das políticas públicas consiste na possibilidade de participação de agentes sociais usualmente alijados do processo, e da interdependência que se estabelece entre os agentes sociais que participam das redes (do governo, da iniciativa privada e dos trabalhadores). Pelo que se depreende dos autores acima citados, é novo o consenso sobre a necessidade dessas participações para que as políticas atinjam os resultados pretendidos.

Esse quadro reflete uma situação bastante específica que ainda não se desfez de princípios não modernos no fluxo das decisões políticas na esfera do Estado. Quebrar essa estrutura significa o controle das ações governamentais por parte da sociedade e estabelecer o *accountability* como um grande desafio. Como posto por Goetz, Miller e Razavi (1999), as instituições teriam que ter a capacidade de incorporar uma perspectiva igualitária, principalmente as ONG que desenvolvem projetos com mulheres. Para essas autoras, o *mainstreaming* constitui-se numa realidade em que as instituições incorporaram o conceito de equidade entre gêneros que permitiria o desenvolvimento da igualdade sobre as decisões para a elaboração de políticas.

Compreender-se políticas públicas como estratégia de desenvolvimento implica entender mudanças sociais que têm como princípio a igualdade social, sendo, portanto, um processo

dinâmico, permanente e contínuo. No Brasil, a expressão “política pública” começa a ser mais aceleradamente discutida a partir da década de 1970, substituindo o espaço antes ocupado pelo planejamento estatal. De acordo com Ferreira (1999), uma política pública tem como finalidade produzir impactos diretos sobre o bem-estar dos cidadãos.

A formulação dessas políticas deve ser, portanto, um processo de permanente construção de diálogos entre os poderes legislativo, executivo e judiciário, assim como exposto acima, por grupos de interesse e de pressão, como as organizações não-governamentais, os partidos políticos, os sindicatos, os cidadãos e as cidadãs comuns no processo de organização social. Segundo Cardoso (2006), “uma ação governamental resulta de um processo que surge a partir da formação de questionamentos, mas até chegar a ser implementada como política pública há um percurso que se inicia em sua formulação [...]”, (CARDOSO, 2006, p. 33). Por outro lado, as metas e objetivos serão melhor alcançados quanto maior for o grau de participação dos formuladores das políticas.

As políticas públicas, em sentido mais restrito, e as políticas sociais, em sentido mais amplo, mostram que a ação do estado, de acordo com Ferreira (1999), tem um caráter mais compensatório e redistributivo como instrumento do controle de antagonismos que se estabeleceram na sociedade a partir das crises do capitalismo. Draibes (1989), ao analisar os resultados do *Welfare States* no Brasil afirma que o caráter clientelista é o aspecto que mais fortemente afeta sua dinâmica. Entretanto, como destaca a autora, o grau de participação popular nos diferentes processos de decisão é um fator positivo na formulação das políticas públicas.

Solla (1999) sublinha a importância do Estado quando trata de regiões que necessitam de estruturas amplas. A mesma argumenta que o Estado, sendo o ator principal, age como moderador, questionando se sua reforma contribuiu para a democracia. Nesses termos, como posto por Malloy (1992 *apud* SOLLA, 1999), o Estado hoje sustenta que a vulnerabilidade dos processos de democratização conduziu à crise de legitimação do Estado e do *Welfare States* no Brasil.

Os países da América Latina, e o Brasil, particularmente, “[...] embora com ritmos e intensidades diferentes, estão sofrendo uma profunda crise de seus estados” (O’DONNELL, 1991, p. 127). Essa crise perpassa pelo conjunto da burocracia, pela efetividade de sua lei e pela plausibilidade de suas afirmações. As teorias democráticas costumam supor que a ordem social é homogênea e corresponde ao ideal de “igualdade perante a lei”. Ao considerar-se a questão da mulher, que perante o Estado de Direito não usufrui a liberdade social, política e econômica que garantem a formação democrática do Estado moderno, essa suposição não tem

efetividade similar em todo o território nacional, principalmente se for observada a estratificação social existente.

Nessa situação, “[...] os Estados se tornam ostensivamente incapazes de promulgar regulações efetivas da vida social em seus territórios e em seus sistemas de estratificação” (O’DONNELL, 1991, p. 129). Ainda conforme O’Donnell (1991), parte do Nordeste brasileiro e toda a Amazônia brasileira seriam regiões “neofeudalizadas”, sendo exemplo de evaporação da dimensão pública do Estado. De outro lado do sistema institucional, está a sociedade civil, demandante de direitos sociais, ou seja, daqueles direitos referentes à participação dos cidadãos no poder e na distribuição da riqueza produzida socialmente.

A partir dos anos 1990, o Brasil assiste a um processo de mudança na gestão pública do ponto de vista da afirmação da cidadania. Fatores múltiplos contribuíram para esse desdobramento, como a redemocratização após a superação do regime autoritário de 1964, ensejando maiores buscas pela cidadania; a crise econômica pela qual não só o Brasil vivenciou, mas o mundo todo, legando inevitáveis reflexos sociais, econômicos e políticos, principalmente aos municípios, que se viram compelidos a buscar alternativas à sua gestão. E finalmente, como resultante, ocorreu a emergência e o crescimento dos chamados governos democráticos populares. Nestes, como ressaltado por Pinho (2003), a sociedade se torna, de maneira geral, reivindicadora da ampliação de programas cujo compromisso maior resida na afirmação da cidadania enquanto plataforma de gestão.

As lutas e o empenho das mulheres trabalhadoras na Amazônia vêm sendo ampliados, tendo, inclusive, atingido esferas internacionais como aponta Simonian (2001). Embora sua presença venha sendo cada dia maior nos espaços públicos, acadêmicos e políticos, muito ainda está por ser feito. Apesar de dados relevantes ainda não dá para comemorar, porque de acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (2006 *apud* INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007), a diferença salarial entre homens e mulheres vem caindo muito lentamente, apenas 0,12% ao ano, tendência verificada nos últimos dez anos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000).

De fato, esse é um avanço, todavia, muito lento. Nessa velocidade de redução e de acordo com o IPEA, as mulheres terão que esperar 75 anos para verem seus salários se igualarem aos salários masculinos, ou seja, esse grande acontecimento está previsto para o ano de 2081. Ao considerar que a vida profissional útil varia entre 35 e 50 anos, 75 anos de espera será uma eternidade. Certamente os dados dessa realidade não são uma justificativa, mas uma discriminação contra as mulheres, fato esse que não ocorre somente em nosso país.

A Amazônia é hoje pauta das discussões de inúmeras instituições tanto nacionais quanto internacionais, embora o governo federal esteja tentando um novo discurso para definir sua postura frente à região, e a sua atuação política mostre evidências de que a Amazônia deixou de ser prioridade para o governo federal (MATTHIS, 2001). Entretanto, alguns fatores são absolutamente imprescindíveis quando se pensa na criação de uma agenda municipal na região. Os dirigentes municipais e a sociedade civil devem conjuntamente legitimar uma estratégia de desenvolvimento do município independente do grupo político a que pertença à prefeitura (FENZL, 2001). As discussões e debates devem ser baseados em indicadores e a agenda deve obedecer a orientações previamente estabelecidas.

Quando se trata de mudança de comportamento está se falando de novas práticas em relação à gestão da coisa pública, onde estados e municípios passem a não desempenhar um papel acessório no tocante à execução de políticas públicas, e sim um papel propositor e realizador de políticas sustentáveis (DOUROGEANNI, 1993). O governo municipal, na maioria dos casos, não encontrou ainda as condições instrumentais e metodológicas para implementar as iniciativas da Agenda 21 Local/Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável, sobretudo pela capacidade institucional atrofiada que detém como herança do regime militar (SANTOS, 1997). Como consequência, os municípios no Brasil vêm revelando uma incapacidade e indisposição crônica para o planejamento e para a gestão estratégica.

Além disso, as sucessivas mudanças no cenário fiscal não favorecem bons desempenhos dos municípios, cujas responsabilidades vêm sendo progressivamente ampliadas e os recursos, na mesma medida, diminuídos (SANTOS, 1997). A falta de vontade política e de definição da questão fiscal, ambas objetos de intensas discussões no Congresso Nacional, são outros fatores que contribuem para uma relativa falta de iniciativas inovadoras da instância municipal na implementação de políticas sociais. Por outro lado, a sociedade civil não se encontra ainda suficientemente organizada para uma efetiva participação social, precisando necessariamente mobilizar-se para viabilizar as iniciativas voltadas à redução das desigualdades sociais.

Ao se fazer uma análise anterior da formação econômica e social brasileira, que requer várias abordagens, observa-se a complexidade dessa formação e as *desigualdades regionais* que resultam de um processo histórico e suas perturbações. Para Almada (1984, p. 15), “[...] a América Latina é um legado da dominação colonial”. No século XIX, tem-se o início da diferenciação da formação econômica e social no Brasil, surgindo nas regiões a divisão social do trabalho. É desse período a formação das “relações de correspondência” entre modalidades de relações como de hierarquia, de patriarcalismo, de dominação e de domesticidade, entre

outras, em que nada é “solto”, pois tudo depende da socialização dos homens e das mulheres que vivem em uma sociedade capitalista dominante.

Essas novas práticas e abordagens e o novo papel do Estado mostram que se tem por base algumas exigências de organização no mundo de hoje, que requerem adaptação institucional e participação de toda a sociedade. De acordo com Cardoso (2006), “as políticas públicas emergem a partir das necessidades dos grupos sociais. Essas necessidades, problemas, conflitos e crises provocam o surgimento de demandas [...]” (CARDOSO, 2006, p. 35). Isso é importante para o processo de tomada de decisão na elaboração de políticas públicas. O êxito dessa proposta exige esforços conjuntos dirigidos no sentido de impulsionar a capacidade criativa de organização e participação social dos diversos atores locais, e abandonar as modalidades centralizadoras de gestão e elaboração de políticas.

Neste momento, a PMB está discutindo a superação das questões acima mencionadas. De um lado ela trabalha políticas sociais específicas de inclusão, com caráter de promoção e não apenas de proteção social, à medida que refletem as peculiaridades culturais inerentes aos seguimentos em desvantagem social como, por exemplo, o micro-crédito para mulheres de baixa renda. Por outro lado, essa Prefeitura tem procurado desenvolver políticas que são simultaneamente políticas de desenvolvimento, porque se a política social não se confundir com uma política de desenvolvimento passará a ser política assistencialista, que se alimenta da pobreza produzida pelo modelo econômico atual. Tal como posto por Franco (2000), é preciso considerar que o desenvolvimento tem como um de seus fatores fundamentais a geração de renda e a multiplicação do número de proprietários produtivos.

Belém é uma metrópole da Amazônia que sofre os impactos da implantação “de cima e de fora” dos grandes projetos do governo federal, e que, de acordo com o PNUD (1996), 42% da população do estado do Pará está abaixo da linha de pobreza. Todavia, tendo como uma das linhas prioritárias do governo que se iniciava no ano de 1997, o município de Belém formulou uma política social diferenciada de geração de renda que possibilitou uma reação frente à realidade local, em que se evidenciam os índices de pobreza expostos. Esse projeto denominado FV Sol foi desenvolvido a partir de experiências bem sucedidas na Colômbia, Peru, Chile e Equador, mas principalmente a partir de experiências brasileiras como a Instituição Comunitária de Crédito – ICC PORTOSOL, de Porto Alegre, e Fundo de Solidariedade – FUNSOL, de Brasília.

2.4 A IMPORTÂNCIA DO MUNICÍPIO

A idéia de empreender uma análise sobre o município decorre do fato de que a proposta é de natureza institucional e urbana. Nestes termos, é pertinente uma análise não só do município de interesse da problemática, mas um entendimento dessa instância política como um todo. Isso porque o município se transforma na arena mais apropriada para o exercício das práticas democráticas onde, de um lado o cidadão exige o atendimento de suas necessidades; de outro lado, o município requer do cidadão a prática de suas responsabilidades civis.

Há de se dizer que o município é o governo do cotidiano, onde a partir da redemocratização ele se torna propício para se pensar a revitalização das instituições municipais. É comum que ocorram ações de outros níveis governamentais em âmbito local, mas que, muitas vezes, apresentam-se desvinculadas das necessidades e prioridades municipais (RESTON, 1991). De fato, esse tipo de ação contraria as modernas práticas de planejamento onde o importante é que as populações tomem consciência de sua realidade, discutam seus problemas e, acima de tudo, viabilizem soluções. Nessa direção há que se ter a preocupação de discutir com as lideranças locais para que as ações se tornem mais adequadas e possam melhorar a infra-estrutura e a produtividade local.

A partir dos anos 1990 os ajustes econômicos realizados em quase todo o mundo “[...] destacaram a importância do subnacional ante o nacional e o transnacional” (FICHER, 2002, p. 12). O atual momento histórico em que a democracia é a tônica em todos os setores da vida nacional é propício para a revitalização dessas práticas nas instituições municipais. Lembra a autora que o desenvolvimento, até meados de 1940, era encarado como “[...] um processo seqüencial e interdependente por meio do qual, a sociedade seria transformada numa sociedade moderna [...]” (FICHER, 2002, p. 18). Hodiernamente, sabe-se que o desenvolvimento local integrado e sustentável é uma prática que teria de chegar aos poderes locais e às cidades fomentando um desenvolvimento equilibrado em termos territoriais.

O município tem suas atribuições fundamentais expressas na Constituição Federal e a sua representação é o *locus* prioritário para a prática da cidadania. Ao atender a todas as suas preocupações, o município deve destacar as relações entre a condição social da mulher cidadã e o poder local. Mesmo assim, ainda permanece como prática comum em muitas dessas instâncias político-administrativas a inexistência de execução e identificação das prioridades, onde não se discute com as lideranças locais e comunitárias no sentido de verificar que medidas são mais adequadas para melhorar a infra-estrutura e os sistemas produtivos do município. Para Dowbor (1987 p. 36):

[...] a realidade, todavia, é que somente soluções globais e simplificadas tendem em transformar-se em força social, pois análises mais complexas e que levem em conta mais fatores diluem-se em torno das sutilezas e especificidades do processo analisado: resultam em muitas opiniões e pouca força.

Esse tipo de ação contraria qualquer prática moderna de planejamento, onde o importante é que as populações tomem consciência de sua realidade, perspectivas, possibilidades e, acima de tudo, a viabilidade de soluções.

O deslocamento de formulações de políticas sociais para as esferas subnacionais de governo não é um processo sem problemas. A tendência de considerar a população como um conjunto homogêneo faz com que também se considerem homogêneas suas necessidades, o que remete ao problema da aplicação de prática da igualdade. Como posto por Dowbor (1987), é no contexto das experiências cotidianas que se apontam injustiças e violências nas relações entre os sexos e na cidadania, tal como abordado no tópico anterior.

Na realidade, a vida de homens e mulheres se desenvolve em condições culturais muito diferentes. Segundo Arretche (2003, p.23), “[...] o grau de descentralização e a forma como esta se dá são afetados por uma dinâmica política e social interna de cada localidade [...]”, onde se entende que as pressões exercidas pela sociedade e por outras instâncias de governo têm lugar relevante. De todo modo, essa heterogeneidade das políticas aponta uma maior necessidade de se formularem políticas participativas mais abrangentes que minimizem as desigualdades.

Durante o processo de redefinição do Estado no Brasil e após a Constituição de 1988, identifica-se um movimento mais abrangente de reforma que envolve iniciativas em todas as esferas de governo. Por sua vez, estas são intensificadas, sobretudo nos governos municipais que, a partir daí, viram ampliadas as suas atuações no campo das políticas sociais, promovendo programas voltados ao desenvolvimento. Todavia, essa descentralização não se dá de forma homogênea, porquanto é sabido que há uma série de ambigüidades na definição de competências e no processo de transferência de recursos.

A transferência de importâncias – antes de atribuição federal ou estadual, com a descentralização dos governos – tem sido acompanhada, também, pela emergência de novas práticas políticas de administração pública, originando mais equidade e eficiência municipal (ARRETCHÉ, 2003). Ainda segundo a autora, isso se deve, em parte, pela “autonomia” municipal que ainda possibilita a formação de novos arranjos institucionais que rompam com as políticas sociais dos anos 1980. São diversos os municípios que adotam essa abordagem e

formulam políticas com foco nas minorias e nas mulheres, como, por exemplo, Porto Alegre, Brasília e Belém.

Ao retomar a linha central do que seja e representa o município para a população, daí resultando, também, suas políticas públicas referentes à mulher, é importante ressaltar que as raízes de situações de abandono e descaso, em que a grande maioria dos municípios se encontra – e conseqüentemente suas populações – é mais política do que econômica. Dowbor (1987, p. 23) salienta que: “[...] a metade do produto social é consumido por 10% das famílias mais ricas do país [...]. Apesar de sermos um dos países mais bem dotados para a agricultura do mundo, temos cerca de 80 milhões de subnutridos”. Como se vê, os mecanismos de proteção são válidos somente em respeito aos seus munícipes, não se aplicando aos seus colonizados.

Em outras palavras, para os brasileiros, vale o centralismo de decisões em detrimento das populações onde a comunidade, o bairro ou o município desempenham pouco o papel regulador nas decisões sobre os problemas locais que se constituem em controle dos municípios interessados. De acordo com Reis (1994, p. 51), “[...] o Brasil é, provavelmente, o país que mais cresceu em todo o planeta, neste último século. A crise se evidencia em uma estrutura social singularmente perversa e desigual”. E, nessa direção, as mulheres têm contribuído, conforme O’Donnell (1991, p.18) ressalta, na construção de:

[...] outras instituições não formalizadas, mas fortemente atuantes, [que possam vir a tomar] o lugar daquelas, juntamente com vários padrões de acesso e decisão no processo de tomada de decisões e implementação de políticas públicas.

Entende-se, então, que as instituições do país são, por vezes, fracas e com pouca densidade.

2.4.1 A mulher no município

A integração das mulheres da Amazônia brasileira na inserção do processo de geração de renda é uma questão que persiste ao longo dos tempos, questão essa que já foi conquistada por mulheres de outras sociedades. Os movimentos de mulheres contam, muitas vezes, apenas com experiências passadas e intuição como motivação. Por isso, agregar-se à “consciência de

gênero” contribuiria no processo de torná-las mulheres trabalhadoras sujeitas de suas próprias mudanças.

Ao verificar os dados do Instituto Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (1996) para os anos de 1990, conclui-se que essa década foi marcada pelo aprofundamento do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, fato esse já observado nas décadas passadas. Isso demonstra uma tendência ascendente da taxa de atividade feminina e da participação das mulheres nas populações economicamente ativas, ocupadas e empregadas. Diante desses dados, pode-se colocar o seguinte: como o município pode operar levando em consideração as expectativas e demandas próprias das mulheres? Como a mulher pode participar num sentido de ação e engajamento, no desempenho de papéis sociais e no cumprimento de determinadas funções para integrar-se como parte do todo? Para que se possa responder é necessário ressaltar o significado da administração pública no universo atual da mulher brasileira (sua atuação pública), e o seu papel na família, com dupla jornada de trabalho (sua atuação privada).

A participação mais ativa da mulher não só é possível como necessária no sentido de apressar determinadas mudanças, como na participação política do município com vistas a melhorar suas condições de vida para uma ação social mais intensa. Conforme Tabak e Toscano (1982), é conhecida a resistência que os homens demonstram – em alguns lugares mais do que em outros – em compartilhar com a mulher o desempenho de tarefas ou postos de trabalho que tradicionalmente lhes pertenceram. Segundo as autoras “[...] a tradição e o costume, concorrem para que se mantenha o mito da existência de trabalhos *naturalmente femininos* [...]” (TABAK; TOSCANO, 1982, p. 62). Nesse sentido, a luta das mulheres por uma participação mais ativa nos espaços políticos que vise a melhorar sua situação na sociedade, poderá se tornar exitosa por meio de formas coletivas com a associação de esforços e a firme atuação junto às instituições mais comprometidas com mudanças.

De acordo com a melhor tradição romântica, a mulher “*é um ser naturalmente puro e inocente*” não sendo, portanto, preparada o bastante para envolver-se com atividades participativas fora do lar, ainda devendo ser preservada de determinados tipos de *experiências negativas*. Essa não só é uma opinião repetida com tanta insistência que afasta as mulheres no interesse pelas ações sociais no município, assim com uma visão culturalista que resulta em diminuir seu envolvimento político. Desse modo, preferem permanecer no anonimato ou, ainda, nas práticas assistencialistas (BRASIL, 2007). A vista desse cenário, o modelo patriarcal vigente encontra terreno para a dominação.

Não obstante todas essas diferenças, que tornam a vida das mulheres mais ou menos difícil, a responsabilidade última pela casa e muitas vezes pela sobrevivência é imputada à mulher. Segundo SAFFIOTI, (1987), “[...] a sociedade investe muito na naturalização desse processo, isto é, tenta fazer crer que as atribuições do espaço doméstico decorrem de sua capacidade de ser mãe.” Nesse sentido, a identidade social é socialmente construída e aceita como processo *natural*. Ao se afirmar essa crença, contribui-se para a solidificação dessa ideologia, que é transferida para futuras gerações, mascarando a realidade. Essa prática afasta a mulher da possibilidade de participação nas políticas para o setor que representam melhores expectativas de vida para elas.

Outra face do preconceito contra o envolvimento da mulher nas questões políticas refere-se aquelas que enfatizam o caráter absorvente e exclusivo das mulheres para com as tarefas domésticas, as quais são impeditivas a quaisquer outras ocupações que não aquelas ligadas ao bom funcionamento do lar. Ao estudar a participação das mulheres nas questões políticas municipais, Tabak e Toscano (1982, p. 85) ressaltam que ao tratar-se de participação por exemplo; mas, também, a participação da mulher ligada à esfera da coisa pública, que no não se está tratando apenas de participação no campo das políticas partidárias, como eleitora, plano municipal desenvolvem funções de caráter coletivo.

Do exposto, pode-se concluir que o elemento culturalista é, de certa forma, responsável pela discriminação da mulher onde ela própria admite seu trabalho tão somente como “ajuda”. A cultura, nesse caso não acrescenta ganhos na trajetória feminina. Embora a realidade aponte essas práticas pode-se admitir ser possível uma abordagem oposta de cunho institucionalista que não considere a dominação masculina e as diferenças culturais, ou seja, políticas sociais diferenciadas que focalizem as necessidades da mulher no município, voltadas para o processo de geração de renda. Em Belém, pode ser citado o projeto FV Sol porque, de modo inovador e diferenciado, consegue formular e implementar políticas que contemplam as mulheres afastadas do financiamento devido às exigências da rede de crédito tradicional.

Essas mulheres têm a possibilidade de participar no campo político e econômico do município, assim como acessar uma linha de financiamento subsidiada, da ordem de 1,5% ao mês, para capital de fixo, e de 1% para capital de giro, para as iniciantes em risco social (BRASIL, 2004). O FV Sol empresta, ainda, até R\$ 600,00 reais, sem garantia de retorno, para mulheres analfabetas ou violentadas. Como observado por Brasil (2004), embora haja essa possibilidade, o índice de inadimplência é quase zero (4%), marca que é uma fonte importante de financiamento, pois o retorno é garantido pela elevada adimplência.

Nas competências e atribuições do governo municipal, que é o prestador de serviços e regulador das atividades do território sob sua jurisdição, se evidencia o papel que dele se espera, cujo resultado afeta o dia-a-dia dos cidadãos. Esse procedimento permite compreender, por exemplo, que a PMB pode realizar projetos destinados às mulheres, assim como estabelecer, de algum modo, orientações para que os programas que tenham caráter geral possam resultar em formas diferenciadas de atendimento a homens e mulheres. Todavia, considerou-se que não existe “receita” para os problemas municipais referentes às mulheres na formulação das políticas.

Coloca-se tal formulação porque se acredita que parte dos serviços prestados pela PMB atinge diretamente as mulheres alterando a qualidade de vida, como por exemplo, nos serviços relativos a saneamento básico ou creches. Ao levar em conta o seu dia-a-dia, elas sabem exatamente qual a diferença para desempenhar suas funções diárias se obtiverem esses serviços. E, buscou-se, por meio desse caminho metodológico de entendimento do município, não explicar, mas compreender de que maneira as políticas são formuladas e quais os interesses que estão em jogo.

Mas nessa questão em especial, propõe-se que o caminho para melhores prestações de serviços e formulação de políticas públicas de geração de renda para mulheres considere as comunidades que têm um papel eficaz no processo de desenvolvimento, bem como a sua presença e o seu debate, fortalecendo o município como instituição. Dowbor (1987, p. 35) afirma que “[...] não há computador ou modelo e avaliação de projetos capaz de substituir o conhecimento da realidade, ou a motivação da população local, e assegurar que as realizações correspondam aos seus interesses”. Nesta abordagem da mulher no município, reconhece-se a validade das ações desencadeadas pela PMB no que diz respeito ao PROGER do Projeto FV Sol, que contempla uma política diferenciada.

A criação dessa política possibilitou a valorização socioeconômica da mulher no mercado de trabalho. Pois, como se compartilha o pensamento de Hirata (2003, p. 23), “[...] no Brasil 20% das mulheres são empregadas domésticas ou diaristas. Na hora de entrar no mercado de trabalho, as mulheres acabam ficando com as atividades menos interessantes do ponto de vista econômico, marcadamente femininas e por isso recusadas pelos homens”. Em face desse desdobramento, a ação municipal que implementou a política de geração de renda do projeto FV Sol amplia o horizonte da mulher.

Conseqüentemente, a atuação da prefeitura local vem possibilitando às mulheres outras opções de trabalho. Muitas vezes a própria família “usa” a presença constante da mulher para que de modo velado a explore. Hirata (2003, p. 23) argumenta, ainda, que:

“[...] o fato de a mulher ter um trabalho doméstico não-remunerado, de ter em casa uma série de atribuições gratuitas, por amor aos filhos, ao marido, à família, faz com que ela não seja valorizada na profissão ou em qualquer tipo de atividade”.

Assim, não é de estranhar que a mulher da Amazônia tenha construído, no seu imaginário, um modelo feminino que privilegia a função materna e o trabalho doméstico não-remunerado como inerente a sua natureza. Como se observa, o próprio sistema de valores patriarcais regula a relação homem/mulher, definindo seus papéis.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDOS: BELÉM DO PARÁ E AS FEIRAS POPULARES

O desejo de realizar este estudo na cidade de Belém decorreu, principalmente, de ser esta uma região que carece de maiores pesquisas dentro da temática escolhida, e que vem passando por acentuadas transformações sociais nas últimas décadas. A opção por uma análise da população urbana também contempla outras razões: a mulher nas cidades recebe mais pressões do modelo familiar, enfrenta mais dificuldades em relação à moradia e tem, sobre sua responsabilidade, o trabalho não-doméstico como fonte de geração de renda, acumulado com os afazeres domésticos diários. Além disso, as entidades controladoras atuam mais nas áreas urbanas.

Belém apresentou, nas últimas décadas, uma intensa urbanização, considerando-se o processo de globalização e esvaziamento do campo, com rápido crescimento populacional que somado a um conjunto complexo de fatores econômicos e sociais, provocou graves conflitos, cujos reflexos estão em toda a cidade (JORNAL, 2004). Uma das questões agravadas por este crescimento urbano-populacional atinge diretamente a mulher, à medida que apresenta uma escassez de oportunidades de emprego e, portanto, de geração de renda, insuficientes na quantidade assim como na qualidade dos serviços ofertados.

O conhecimento destas questões permitiu cotejar as hipóteses de que a população feminina de baixa renda residente em Belém, também muito em razão das dificuldades que enfrenta em relação às questões fundamentais como saúde, trabalho e moradia, apresenta uma considerável necessidade de engajar-se no processo de geração de renda. Os dados levantados na parte empírica deste estudo apontam nessa direção, muito embora estas mulheres tenham historicamente ficado ao largo de políticas sociais que possibilitassem uma sobrevivência digna para si e seus dependentes.

Portanto, a fim de conhecer tanto do ponto de vista quantitativo quanto do ponto de vista qualitativo, a extensão da questão em estudo concentrou a pesquisa no processo de geração de renda em Belém, destacando-se a política de geração de renda do projeto Fundo Ver-o-Sol da PMB. A cidade de Belém é um retrato das mudanças ocorridas ao longo de 391 anos. Sua história pode ser contada através de suas ruas, bairros e feiras-livres, cujo marco inicial está na fortaleza criada por Francisco Caldeira Castelo Branco, no bairro da Cidade Velha, inicialmente denominada de Forte do Presépio, marco de sua fundação. No entender de

Cruz (1973), foi de lá que surgiram os primeiros caminhos que deram início a grande cidade hoje entrelaçada por longas avenidas, ruas e travessas.

Desde a fundação da cidade em 1616, a Coroa Portuguesa não teve tarefa fácil na conservação de seus territórios na região. Os habitantes iniciais eram os tupinambás, resistentes à ocupação comandada pelo Capitão-Mor Francisco Caldeira Castelo Branco. Além disso, de acordo com Cruz (1973), “Portugal ainda disputava com ingleses, espanhóis e franceses a primazia na região...”. O primeiro nome dado à cidade foi Feliz Luzitânia, que depois se chamou Santa Maria do Grão Pará, Santa Maria de Belém do Grão Pará e, posteriormente, Belém.

De acordo com Penteado (1968), Belém tem uma área de 1.070 quilômetros quadrados. Os índios Tupinambá, segundo exposto foram seus primeiros habitantes e se aliaram aos franceses para se confrontarem com os representantes da Coroa Portuguesa. Dois terços do seu território é formado por 39 ilhas já identificadas e habitadas. Sua altitude, conforme o IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007), é de 10 metros em relação ao nível do mar, e sua população atual é de 1.405.871 habitantes.

Os fundamentos políticos e econômicos que levaram os luso-brasileiros a alcançar a bacia amazônica e, conseqüentemente a cidade de Belém, foi, primeiramente, a posição geográfica estratégica que Belém ocupa. De acordo com Penteado (1968), está abrigada do oceano e, ao mesmo tempo, distante do estuário amazônico, onde é conhecida a violência das águas do maior rio em volume de água do mundo, que é o rio Amazonas. Belém, ainda segundo o autor, localiza-se em um ponto ideal, distante das intempéries daquele rio que ocasionou a fragmentação de várias ilhas ali existentes, como por exemplo, Caviana e Mexiana.

Em relação ao espaço amazônico que Belém está situada, essa cidade ocupa uma notável posição, onde sua marginalidade muito ao contrário de lhe servir como fator negativo de desenvolvimento, constitui exatamente o fator primeiro de seu progresso, porque ela domina a entrada do grande vale. De acordo com Penteado (1968), esta situação geograficamente privilegiada lhe assegura o controle de um vasto território, como talvez nenhuma outra cidade brasileira conheça. Nessas condições, segundo o autor, Belém tem seu sítio urbano em forma de península fluvial graças a esta parte de terra que se acha edificada, comprimida entre o rio Guamá e a baía de Guajará.

No século XVII predominava o comércio na cidade, com destaque para as especiarias locais e as que eram trazidas de fora, como a pimenta, que se adaptava muito bem ao clima da região. Uma população miscigenada constituiu a capital paraense ao longo de quase quatro

séculos, sendo fundadores, indígenas, ingleses, holandeses, franceses e negros, segundo informa Cruz (1973). Foi no final do século XVII que se deu o surgimento do maior núcleo urbano de então, o bairro da Cidade Velha.

É ainda no século XVII que se inicia a chamada era Pombalina, que dá início à expansão da cidade rumo ao bairro da Campina, com a participação intensa de Antônio Landi na construção de obras monumentais, que ainda hoje são referência na arquitetura local, como o Palácio do Governo e a catedral da Sé. Segundo Cruz (1973), a segunda metade do século XVIII foi dominada pela economia cacaueteira, que deteve a primazia das exportações na região. Por volta de 1750, segundo o autor, a borracha dá início a um novo ciclo de riqueza na região, à medida que toda a produção da goma elástica na Amazônia era feita por Belém.

A Belém que foi palco da Cabanagem, única revolução legítima no Brasil, desenrolada entre 1835 e 1840 já se encontrava no período da borracha, iniciado efetivamente, em 1870. De acordo com Cruz (1973), esse “boom” de mercado, favoreceu um novo processo de desenvolvimento para a cidade, principalmente na arquitetura, no urbanismo e paisagismo, que ganhavam a admiração dos visitantes. De 1910 a 1915, explode o comércio da borracha e aumenta entre seus habitantes o sonho da “Europa no norte do Brasil”.

Após o período da “Belle Epoque”, na segunda década do século XIX, os paraenses passam a viver a decadência do ciclo da borracha, que iria perdurar até meados de 1950 com o surgimento de outro ciclo que marcaria definitivamente a vida sócio-econômica dos nortistas: a era dos grandes projetos, como a criação da transamazônica, de Carajás e da SPEVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), que passaria depois a chamar-se SUDAM, (Superintendência da Amazônia).

3.1 AS FEIRAS DE BELÉM: O CENÁRIO DA PESQUISA.

As feiras da cidade de Belém tiveram seu processo de crescimento e expansão atrelado à ocupação desordenada de seu espaço, sobretudo a partir das décadas recentes. O crescimento demográfico, que ocorreu em função das migrações advindas das populações expulsas das zonas rurais, proporcionou a formação de contingentes populacionais desordenados na cidade e conseqüentemente, com reflexo no espaço geográfico das feiras. O processo de migração rural-urbana, motivado pela situação de pauperismo rural, em conseqüência de condições adversas da produção rural e baixa remuneração do trabalho, é anterior a criação das feiras, pelo menos das mais recentes, e deve ter se intensificado após suas implantações.

Conforme dados da SECON disponibilizados durante a pesquisa, pôde-se identificar com mais precisão a população de feirantes em Belém a partir dos dados desta secretaria. Neles estão contidas informações quantitativas e qualitativas referentes a nome, sexo, instrução, equipamentos utilizados, setor e local das feiras. A carência de infra-estrutura urbana acentua a situação precária por que passam algumas feiras notadamente àquelas mais distantes do centro da cidade como a feira do Benguí onde impera a desorganização dos espaços e a falta de fiscalização por parte do governo que permite aos “iniciantes”, ou seja, aqueles sem permissão para estabelecer-se no local, ocupem espaço daqueles cadastrados pela SECON o quem vêm a gerar conflitos e violência.

Pode-se dizer que as feiras visitadas pela pesquisa estão divididas de duas maneiras: aquelas dotadas de melhor infra-estrutura e equipamentos, como por exemplo, as feiras da 25 de Setembro e Ver-o-Peso, e aquelas que expõem sérios problemas relacionados principalmente a falta de saneamento básico e infra-estrutura, como as feiras do Guamá e Benguí. Esses aspectos acentuam os problemas sócio-ambientais da área bem como ameaça a saúde de todos que ali residem ou trabalham. Segundo algumas mulheres ouvidas no Benguí, a falta e saneamento é visível por quanto não existe a coleta diária de resíduos, o que contribui para a degradação espacial e ambiental.

Os demonstrativos da SECON disponibilizados para a pesquisa e recentemente atualizados apontam que se tem em Belém um total de 46 feiras em atividade nas quais trabalham diariamente 5.560 pessoas sendo, 3.312 homens e 2.248 mulheres. O perfil sócio econômico dessa população mostra que a maioria, ou seja, 2.083 feirantes possuem o ensino fundamental incompleto dado este que se apresenta semelhante ao nível de instrução quando se toma apenas as mulheres ouvidas pela pesquisa. Quanto à média de idade dos feirantes de Belém, tem-se, como maior faixa etária, aquela que compreende entre 35 e 55 anos tanto para as mulheres como para os homens.

Um outro aspecto original observado nas feiras livres de Belém diz respeito aos variados tipos de espaços (assim denominados pela SECON), que as compõe, e que podem ser: box, barraca, loja e talho. Esta variedade de espaços apresenta diferenças não só físicas como no acervo que os compõe e que decorre das necessidades das vendas de cada feirante e seus produtos. Existem espaços dotados de mais conforto porque podem ter em sua composição equipamentos como estrados, arreados⁶, tabuleiro, balcão e tanque. Outros contêm apenas tanque e talho como é o caso dos açougues. Em geral, cada feirante disponibiliza um só

⁶ Arreado é como os (as) feirantes designam os estrados de madeira sobre o qual depositam as mercadorias de maneira emparelhada.

equipamento principalmente aqueles trabalhadores de feiras mais distantes que apresentam mais precariedade funcional e econômica. Constatou-se, todavia que em feiras mais próximas ao centro da cidade e, portanto, com maior assistência do poder público, como é o caso do Ver-o-Peso, encontra-se espaços que possuem três ou mais equipamentos em cada barraca como naquelas que comercializam alimentos.

Para se alcançar os objetivos traçados pela pesquisa adotaram-se alguns procedimentos no tratamento das entrevistas que permitiram comparar dados coletados nos espaços públicos com as mulheres feirantes, assim como, dados fornecidos pela SECON. Registrou-se fragmentos de memória nos antigos espaços das feiras, como na feira do Ver-o-Peso, assim como, nas mais recentes como a feira da Rua 25 de Setembro que data da década de 1970. Essa prática permitiu avanços na observação dos dados institucionais a partir daqueles fornecidos pela SECON em relação ao setor, assim como, por parte da população de feirantes durante a verificação *in loco* da caracterização da área.

O Mapa 1 e Quadro 1, a seguir, mostram as feiras livres de Belém que foram visitadas durante a pesquisa. Numa tentativa de conhecer a origem e a trajetória das mesmas foi pesquisado o ano de sua criação, o local em que iniciaram e a transferência ao longo do tempo.



Mapa 1: As feiras livre de Belém que compõem o cenário da pesquisa.
Fonte: Google Maps, 2007.

Unidade	Ano de criação	Local de Criação	Transferência ao longo do Tempo
Ver-o-Peso	1625	Foz do Igarapé do Pirí	Doca do Ver-o-Peso
São Brás	1911	Bairro de São Braz	Bairro de São Braz
25 de Setembro	1970	Av. Jutai c/ Trav.das Mercês	Av. Jutai c/ Trav. Das Mercês
Cremação	1960	Pass. São Miguel c/ Vila Operária	Pass. São Miguel c/ Pass. São Silvestre
Pedreira	1940	Av. Pedro Miranda	Av. Pedro Miranda/Trav. Mauriti
Guamá *	1958	Av. José Bonifácio	Av. José Bonifácio
Benguí **	-	-	-
Ver-o-Rio	1999	Dom Romualdo de Seixas c/ Praça Ver-o-Rio	Dom R. De Seixas c/ Prç. Ver-o-Rio
Telégrafo	1926	Djalma Dutra c/ Senador Lemos	Djalma Dutra c/ Senador Lemos

Quadro 1: As feiras livres de Belém visitadas durante a pesquisa.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007. * Data aproximada. ** Informação não localizada.

3.1.1 A Feira do Ver-o-Peso

A Casa do Ver- o- Peso, criada em 1625, é o marco inicial das feiras livres de Belém; tinha como objetivo aferir o peso do açúcar e de outros produtos para cobrar sobre o que fosse pesado, o devido imposto à Coroa Real. No entendimento Cruz (1973), em Belém, não se sabe ao certo quando o fisco começou a funcionar, embora em 1625, a Casa do Ver-o-Peso já estivesse em pleno funcionamento. Esta criação deve-se ao fato de que, em 1614, no Rio de Janeiro, esta modalidade fiscal foi introduzida e, portanto, iniciada sua prática em Belém.

A Casa foi erguida na foz do igarapé do Pirí, onde posteriormente se tornou a Doca do Ver-o-Peso. Para se ter idéia da topografia da época, a Avenida Castilhos França e a Rua 15 de Novembro não existiam, e as águas da baía de Guajará banhavam toda aquela área posteriormente aterrada. Para integrar o bairro da Cidade Velha ao da Campina existiam estivas sobre o rio Pirí. A Rua dos Mercadores, atual Rua João Alfredo, iniciava-se defronte da embocadura daquele igarapé. Naquela época era às margens do igarapé do Pirí que as canoas se juntavam para comerciar os alimentos vindos do interior da Província. Segundo

Cruz (1973), a Câmara introduziu uma enorme balança e, como os tributos eram pagos pelo peso da mercadoria, ao lado dela ficava o senhor fiscal gritando: “Ver o peso! Ver o peso!”.

Segundo o Registro dos Ofícios da Presidência da Província de 1839 (PARÁ, 1839), após a posse de Bernardo de Sousa Franco na presidência da Província, este tratou de dar início ao grandioso trabalho de recuperação econômica da Província do Pará, abalado que foi pela guerra dos Cabanos. De acordo com o mesmo documento, entre as várias medidas inclui-se a extinção da repartição da Casa do Ver-o-Peso, a 30 de outubro daquele ano, pois, doravante, os impostos passariam a ser cobrados na Recebedoria Provincial, determinando que essa mesma Casa fosse destinada para a Ribeira do Peixe Fresco.

Com a ampliação da cobrança de impostos na Recebedoria Provincial em função do aumento do fluxo de mercadorias, fez-se necessário o aterramento do rio Pirí, a fim de que se permitisse o avanço da cidade sobre a baía de Guajará, com implicações na mudança da paisagem do lugar que sofreu radical transformação, segundo ainda, o Registro dos Ofícios da Presidência da Província, de 1839 (PARÁ, 1839). Uma doca foi construída para abrigar as embarcações vindas do interior, e na Rua 15 de Novembro ergueu-se o mercado Municipal.

De acordo com o mesmo registro de ofícios, na ponta do Ver-o-Peso ergueu-se o Mercado de Ferro. Em volta deste, irá se desenvolver a maior feira livre da cidade que subsiste até hoje, transformando-se em um dos pontos mais característicos de Belém e um dos maiores logradouros de atração turística da região. Mais de três séculos se passaram e a feira livre do Ver-o-Peso continua histórica e socialmente efervescente. Na verdade, a feira livre campeia em volta do cais e dos prédios onde, ainda hoje, funcionam o Mercado Municipal, ou Mercado de Carne, e o Mercado de Ferro, ou Mercado de Peixe.

De acordo com o relatório do Intendente Antônio José de Lemos apresentado ao Conselho Municipal de Belém, em 15 de Novembro de 1902, na última reunião do ano de 1899 foi aprovada a Lei n. 173, de 30 de dezembro, autorizando o intendente a chamar concorrência pública para a construção de dois mercados nesta cidade. Um destinar-se-ia à venda de carne verde e caças, e o outro serviria para o comércio do pescado, verdura, frutas e farinha de mandioca. Conforme o relatório foi aprovada a proposta dos engenheiros Bento Miranda e Raymundo Vianna para a construção dos referidos mercados.

Para dar cumprimento a esta aprovação lavrou-se o necessário contrato com os arrematantes, onde as obras seriam iniciadas no prazo de seis meses e deveriam ser concluídos no período de dois anos. De acordo com o relatório do Intendente Antônio José de Lemos ao Conselho Municipal de Belém, ele assim se pronuncia:

No propósito de acautelar os interesses do Município, cometi ao engenheiro João Antônio Luiz Coelho, secretário da Intendência, o encargo de fiscalizar aquela construção. Durante o andamento dos trabalhos tive o ensejo de visitar mais de uma vez o local, ficando sempre favoravelmente impressionado quanto à solidez e cuidado com que iam sendo executadas as obras.

Então, as obras iniciaram-se em setembro de 1901.

Independente das mudanças político-administrativas e econômicas por que passou a cidade de Belém ao logo destes séculos, a feira livre do Ver-o-Peso sustenta e incrementa algumas das principais características da cidade: sua cozinha destaca-se como única no mundo, podendo-se saborear um infindável leque de iguarias típicas da região em seus locais gastronômicos; é o maior espaço de medicina popular a céu aberto que se conhece, onde se comercializa plantas, cascas, raízes e ervas aromáticas, ali sendo tratados com igual desenvoltura, mediante breve e módica consulta, os males do corpo ou as perturbações da mente.

Muito se tem investigado e analisado sobre a história do Ver-o-Peso, sua origem, evolução e organização. No entanto, muito pouco foi levantado sobre as demais feiras de Belém, seus cotidianos e seus processos organizativos, como se a cidade prescindisse e desconhecesse seus serviços à medida que toda ênfase se encontra voltada para o complexo do Ver-o-Peso. As pesquisas bibliográficas, empíricas e iconográficas têm apontado essa falha.

Essa prática por certo dificulta o desenvolvimento da pesquisa e escamoteia outras realidades presentes nas demais feiras-livres da cidade, tornando-as isoladas historicamente. Na tentativa de superar essa dificuldade, que limita e menospreza as demais feiras de Belém, identificou-se em alguns órgãos públicos, escasso material referente a algumas feiras. Desse modo, o saber sobre elas se revela de maneira lenta e gradual, aprofundado por um caminho metodológico diverso, que pressupõe um entendimento teórico da questão diferente do colocado em relação à feira do Ver-o-Peso.

3.1.2 O Complexo de São Brás

Construído em harmoniosas linhas dos estilos Jônico, Romano, Corinto e Dórico, o antigo Mercado de S. Brás, inaugurado em 20 de Maio de 1911, na gestão do intendente municipal, Senador Antonio Lemos, surgiu como opção em termos de abastecimento de Belém no início do século XX. Hoje possui lojas, bares, auditório para realização de eventos e oficinas, possuindo, também, uma associação de comerciantes deste espaço que abrange a feira livre de São Braz. Durante o Governo do Povo do prefeito Edmilson de Brito Rodrigues, o espaço foi

totalmente reformado em toda a área do complexo, que está limitada pela Avenida José Bonifácio e Avenida Almirante Barroso.

3.1.3 A Feira da 25 de Setembro

A Feira da 25 de Setembro, situada na avenida do mesmo nome, limita-se pelas travessas Jutai e Antônio Baena, ocupando lugar de destaque como principal pólo de comercialização de farinha em Belém. A escolha do nome de Avenida 25 de Setembro, segundo levantamento da Secretaria Municipal de Economia de Belém – SECON foi em comemoração à vitória da Força Policial Paraense nesse dia do ano de 1897, em Canudos, que resultou da derrota definitiva de Antônio Conselheiro e seus comandados.

Inaugurada em 13 de julho de 1970, a Feira da 25 de Setembro foi uma opção encontrada para alocar os feirantes irregulares localizados na Praça do Operário e em frente ao colégio de freiras Berço de Belém. Nessa época, foi somente ocupado o canteiro central da Avenida entre Jutai e Mercês, fato este lembrado pelos feirantes remanescentes, Srs. José Wilson de Oliveira, João Vieira e João Lopes do Nascimento.

Na administração do Gestor Municipal Lorewal Rei de Magalhães, na década de 1970, houve a ocupação do outro canteiro central, situado entre a Tv. das Mercês e Antônio Baena, onde foram localizados os feirantes que trabalhavam em frente ao antigo mercado de peixe, atual setor de refeição do Complexo de S. Brás.

3.1.4 A Feira da Cremação

O Mercado Municipal da Cremação – que era instalado na Avenida Alcindo Cacela com a Passagem São Miguel, dando fundos para a ex Vila Operária – teve sua construção na administração do então Intendente Municipal de Belém, Antônio Lemos. O estilo de construção era semelhante ao Mercado do Ver-o-Peso. Do lado externo, existiam lojas, bares e restaurantes, internamente era dividido em talhos (boxes) com acabamento em mármore branco e com balanço de metal na mesma cor.

No final da década de 1960 foi demolido, e em seu lugar foi construída a Usina de reciclagem de lixo, também desativada em 1987. Com a demolição do Mercado da Cremação, a Prefeitura fez parceria com dois estabelecimentos comerciais, a Casa do Bife e o Supermercado Metralhadora, instalados nas proximidades. Todas essas mudanças autoritárias das administrações passadas fizeram que os açougueiros, verdureiros, peixeiros e etc., aos poucos fossem instalando-se na Rua S. Miguel com a Passagem São Silvestre, surgindo daí, a “Feira da Cremação”.

Com a nova proposta de governo para Belém, implantada na gestão anterior do prefeito Edmilson de Brito Rodrigues, do Governo do Povo, a população da Cremação pode participar do Orçamento Participativo e da Temática Revitalizar Belém, com a proposta da desapropriação das casas que estavam em frente à feira na Rua Alcindo Cacela, para abrigar carnes, peixes e frangos e revitalizar o espaço da Feira.

3.1.5 A Feira da S. Benedito

De acordo com a SECON, em meados da década de 1970, a cidade foi ocupada por várias práticas de vendas livres, em vários pontos da cidade, que foram chamadas de “feiras livres”, sempre denominadas pelo nome do bairro ou da rua onde estavam constituídas.

No final daquela década, na Passagem S. Benedito – no bairro da Sacramenta, com a transferência do “clipe” (final das linhas de ônibus), das linhas Sacramenta Nazaré, Sacramenta Humaitá, Djalma Dutra, Sacramenta Reduto e Telegrafo Sem Fio e com a transformação da ferrovia em Avenida Pedro Álvares Cabral – vários moradores iniciaram as vendas nas portas das suas casas. Em meados dos anos de 1980, a Passagem S. Benedito estava ocupada por vendas livres, se transformando em mais uma feira de Belém, como muitas, desordenada, sem infra-estrutura, saneamento básico, pavimentação, e apresentando problemas de alagamento na época do inverno.

A partir de 1997, os feirantes, comerciantes e moradores, passaram a se mobilizar indo às plenárias das reuniões do Orçamento Participativo da prefeitura de Belém, onde foi demandada a revitalização da passagem e da Feira da S. Benedito. Em 1998, após execução das obras da macro-drenagem do Projeto da Bacia do Una, em que a prefeitura, através da SESAN, em parceria com a Cosanpa, realizou obras que transformaram a Passagem S. Benedito em Rua, passou-se para a etapa de padronização dos equipamentos da feira, através

de financiamento do Banco do Povo. Agora a Feira da Passagem S. Benedito conta com um administrador, que passou a realizar o cadastramento dos feirantes e comerciantes, e junto com estes está debatendo as prioridades para a feira.

4 TENDÊNCIAS QUANTO AO UNIVERSO DA PESQUISA: MULHERES E GERAÇÃO DE RENDA NAS FEIRAS DE BELÉM

O processo de geração de renda das mulheres, no cenário da Amazônia, não vem sendo considerado satisfatoriamente pelos programas de desenvolvimento do ponto de vista dos seus interesses e especificidades, porque autoridades e planejadores pretendem beneficiar, conjuntamente, homens e mulheres (SIMONIAN, 2001). Desse modo, tanto as políticas públicas como muitos outros projetos não produzem os resultados esperados, apresentando-se permeados de contradições. Por conseguinte, uma preocupação do pesquisador é procurar

distanciar-se das limitações típicas da predominância do viés masculino, considerando-se que homens e mulheres são produtos de uma construção social, e o processo de geração de renda envolve, no seu foco central, essa característica.

A partir dessas preocupações, procurou-se construir o modelo de pesquisa da temática em estudo, que se ampara na complexidade da realidade das mulheres que aqui vivem e que fazem parte de culturas e situações sociais muito distintas. Os setores responsáveis seja o Estado, as ONG, as agências de financiamento, a igreja e a própria sociedade dificilmente integram as mulheres em suas decisões e planos de desenvolvimento (SIMONIAN, 2001). Entretanto, apesar da pouca inclusão da mulher no processo tem-se verificado avanços nas lutas sociais por elas iniciadas, que propiciam resultados de natureza econômica voltados para o desenvolvimento sustentável.

Nessa pesquisa, analisaram-se as políticas públicas de geração de renda para mulheres, dentro de um estudo de caso do Projeto FV Sol de Belém, que é o agente proponente e formulador das políticas de micro-crédito na prefeitura do município, que fomentam o desenvolvimento local como sendo a ferramenta de pesquisa para o referido estudo. Segundo Yin (2001), o estudo de caso é uma das várias maneiras de se fazer pesquisa em Ciências Sociais. Cada estratégia apresenta vantagens e desvantagens próprias e cabe ao pesquisador adequar-se a que se mostrar mais apropriada ao tipo de estudo que se pretende realizar. Na questão em discussão, o estudo de caso será uma possibilidade exemplar nas análises, à medida que a pesquisa em administração pública (YIN, 2001) está dentro das situações descritas pelo autor como possíveis de serem compreendidas através desse método.

No âmbito da pesquisa procurou-se analisar os diferentes aspectos dos sujeitos envolvidos na questão, enfatizando as percepções dos gestores públicos, dos técnicos de execução administrativa e das mulheres envolvidas no programa. Dessa maneira procurou-se construir uma análise de caráter investigativo sobre o discurso oficial, procurando compreender as determinações sociais e políticas, assim como o discurso das mulheres envolvidas no projeto, o que possibilita o confronto com os fatos. Assim, tentou-se averiguar as mudanças ocorridas na qualidade de vida das mulheres envolvidas no projeto da PMB.

Uma preocupação delineou-se em relação ao desempenho político da mulher durante o processo de geração de renda, que vem ocupando um espaço cada vez maior na sociedade. Parece ser um ponto de consenso compartilhado pela ampla maioria das mulheres envolvidas na pesquisa manifestarem-se acerca dos gestores municipais, seja na conscientização política ou como críticas aos programas da atual gestão. A intenção da pesquisa nesse campo era

conhecer, de modo objetivo, até que ponto elas percebiam o alcance político dos programas do qual participam.

Para a realização do estudo, partiu-se de fontes de informações diversas. Foram realizadas pesquisas documentais no Arquivo Público do Estado e na Biblioteca Pública Estadual Arthur Viana. Fizeram-se, ainda, entrevistas na SECON e nas dependências do Projeto FV Sol. Aplicaram-se questionários e procedam-se entrevistas com as mulheres incentivadas por esse projeto e que são trabalhadoras na várias feiras de Belém. Precisamente, 57 mulheres foram ouvidas, respondendo questões relativas a aspectos socioeconômicos, culturais, psicológicos e demográficos.

Além dos instrumentos acima referidos e dos procedimentos descritos, utilizou-se a observação direta e a história oral de vida das mulheres entrevistadas, feitas não só durante a realização da pesquisa de campo, mas também, ao logo de quase uma década de acompanhamento sistemático do processo de geração de renda da mulher dentro do município de Belém. Os critérios que levaram à escolha das feiras livres como *locus* central de observação deve-se ao fato de que grande parte das mulheres incentivadas pelo projeto FV Sol encontram-se nesses locais, muito por conta do processo associativista do qual fazem parte.

O trabalho de investigação considerou a participação e os atores sociais diversos pertinentes à temática, principalmente as mulheres de classes mais carentes, que estão entre os maiores beneficiados pelo projeto de micro-crédito institucional em estudo. Tem-se, ainda, que esta é uma das hipóteses formulada no projeto, porquanto, ficou evidente que os limites e o equilíbrio das políticas institucionais são obscuros, e que não sendo claramente definidas foram e são passíveis de procedimentos que deixam a desejar.

Assim sendo, um estudo de caso pode esclarecer como as mudanças se processaram, o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados assim como, se o FV Sol pode ser considerado como parâmetro de uma política solidária que vem mostrando bons resultados.

De acordo com o percurso metodológico traçado, os critérios utilizados na pesquisa para a delimitação da área de estudo pautaram-se nos seguintes quesitos:

a) localização – município de Belém, onde estão inseridas as feiras livres que concentram grande contingente de mulheres, o que além de satisfazer o critério da localização facilita a abordagem das entrevistadas em seus locais de trabalho;

- b) tomar um local que contivesse mulheres de diversas categorias civis (casadas, solteiras, viúvas, separadas etc.). Essa necessidade também foi atendida por se tratar de um espaço livre ao desempenho de atividades de geração de renda na cidade;
- c) a escolha do local veio atender a necessidade de facilitar a operacionalização da pesquisa, dada a diversificação de atividade desempenhadas pelas mulheres nas feiras livres;
- d) institucional - permitir a observação das propostas do governo para com o processo de modernização dos projetos de desenvolvimento que contemplam a mulher;
- e) representatividade - tomar as feiras livres como representativas da questão analisada funcionou como identificador da magnitude do processo de geração de renda das mulheres, fornecendo um quadro da participação feminina na mão-de-obra desses espaços.

Em razão do objeto da pesquisa envolver a mulher em um processo de geração de renda, onde entram em jogo não só a forma de expressão econômica como também o modo de senti-la e elaborá-la, percebeu-se que não só o questionário captaria essas dimensões. Optou-se pela entrevista direta, concomitantemente aplicada com base no questionário, o que permitia à entrevistada uma margem para revelar uma fala discursiva e muitas vezes emocional, maior em determinados pontos que àqueles respondidos ao questionário. Desse modo, pôde-se empregar a análise de discurso, dada a riqueza que esta oferece tanto na percepção da realidade como na percepção das contradições.

Para alcançar os objetivos traçados, adotaram-se alguns procedimentos nas entrevistas que permitiram perceber a maneira das entrevistas expressarem seu mundo, registrando fragmentos de memória com aquelas mais idosas e antigas nas feiras. Esses fragmentos refletem no coletivo, como se pode constatar nas falas transcritas. Foi, ainda, o conjunto dessas narrativas que mostrou como é o viver dessas mulheres, o seu ambiente, seu grupo social, suas práticas políticas/coletivas e modos de participação.

4.1 UMA ABORDAGEM COM O QUESTIONÁRIO ENTRE AS FEIRANTES DE BELÉM

A pesquisa utilizou-se de questionário respondido por 57 mulheres nas feiras do município de Belém durante o período de outubro/novembro de 2006. Em sua quase totalidade as entrevistas foram realizadas no período matutino, o qual concentra maior movimento nas feiras livres. O questionário inclui perguntas relativas à idade, estado civil, instrução, profissão, número de filhos e grau de satisfação com a atividade na feira, uma vez que se considera relevante a motivação de sua participação no projeto do FV Sol.

O objetivo do questionário era traçar o perfil das mulheres envolvidas no processo de microcrédito do projeto FV Sol, e para o entendimento de seus *habitus* e satisfação quanto ao projeto. O questionário foi estruturado em 28 perguntas relativas às questões demográficas, sócio-econômicas, culturais e acerca da inserção no processo produtivo por parte das mulheres. Concomitantemente utilizavam-se entrevistas quando da aplicação dos questionários, pois a mesma constitui-se num método agregador de informações para posterior análise de discurso.

Na tentativa de conhecer a avaliação das entrevistadas sobre o FV Sol, as expectativas geradas em torno do mesmo e da possibilidade de ações do gestor municipal no sentido de operar mudanças necessárias, perguntou-se como poderiam exigir essas mudanças e como a fariam. Pretendia-se, assim, obter informações sobre a percepção política das próprias entrevistadas sobre a atuação da prefeitura e sobre o papel que atribuíam ao FV Sol.

Tabela 1 - Localidades de aplicação dos questionários

Unidade	N. de mulheres	%
Ver-o-Peso	06	11
São Braz	07	12
Pedreira	09	15
25 de Setembro	08	14
Guamá	05	9
Benguí	06	11
Ver-o-Rio	07	12
Telégrafo	09	16
Total	57	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

O contato com as mulheres das feiras visitadas durante a pesquisa foi facilitado pelo fato de que nesses locais atuam mulheres ativistas do movimento cooperativo, que possibilitam uma percepção rica em detalhes do ponto de vista laboral. Não aconteceu nenhuma recusa, e a maioria das entrevistas, de modo geral, transcorreu em ambiente amistoso. Todas as entrevistas foram realizadas no local de trabalho, pela facilidade de acesso e por promover um ambiente no qual a pesquisadora pôde exercitar a observação participante no processo de trabalho.

4.2 O PERFIL DA POPULAÇÃO ENTREVISTADA.

Quem são essas mulheres de camadas menos favorecidas, cujo testemunho rico e singelo retratou a problemática da mulher no processo de geração de renda na cidade de Belém? Partindo desta preocupação estruturou-se e sistematizou-se a pesquisa, partindo da análise dos questionários. A pesquisa foi iniciada pelo lado menos neutro, isto é, a observação do processo de trabalho em si, realizado pelas mulheres incentivadas pelo FV Sol. Fez-se incursões em oito feiras, onde apenas uma delas, o Complexo Ver-o-Rio, funciona em horários diferenciados das demais por abranger elevado contingencial turístico.

Tabela 2: Naturalidade das entrevistadas

Localidade	Total	(%)
Estado do Pará*	51	89,60
Outros Estados	6	10,40
Total	57	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

No que concerne à naturalidade das entrevistadas, pode-se verificar, segundo a Tabela 2, que 51 mulheres são oriundas do Pará, num percentual de 89,60%, com predominância do município de Belém, Igarapé-Miri, Óbidos, Abaetetuba e Cametá. Aquelas que têm origem em outros estados são do Ceará, Amazonas e Maranhão, em sua maioria, perfazendo 10,40% das entrevistadas. Em relação às mulheres naturais da capital paraense tem-se 21 das entrevistadas, num total de 36,90%.

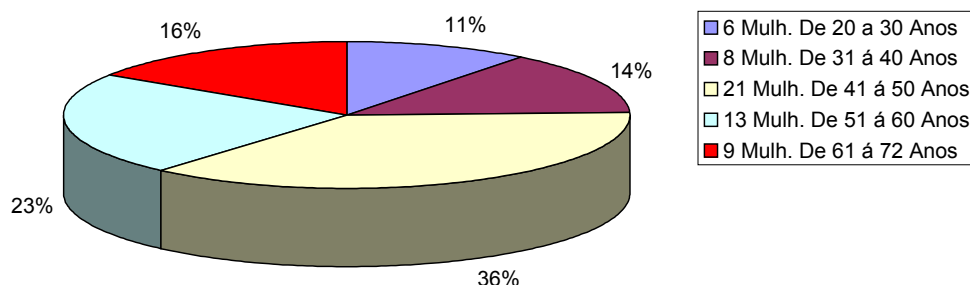


Gráfico 1: Perfil sócio-econômico das mulheres entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Dentre as 57 entrevistadas na pesquisa, a faixa etária está concentrada entre 41 e 50 anos de idade, num percentual de 36%, totalizando 21 mulheres. Essa informação mostra o grau de dificuldades por que passam as mulheres de idade mais elevada, e que apresentam dificuldade no acesso à cultura e à qualificação se comparadas às mais jovens. São elas, geralmente, mantenedoras de seus lares. Na seqüência, pode-se observar que 13 mulheres, ou seja, 23% do total das entrevistadas encontram-se na faixa etária de 51 a 60, anos o que corrobora com a análise acima. Somente 6 mulheres do total estão com idade entre 20 e 30 anos, num percentual de 11%. Esses dados permitem identificar quem são as mulheres trabalhadoras das feiras livres de Belém incentivadas pelo projeto, de acordo com o grupo etário.

Diversos autores como Saffioti (1987) e Rosaldo (1979) têm trabalhado a questão da identidade social e econômica da mulher do ponto de vista da supremacia masculina. Para Saffioti, essa identidade é socialmente construída o que veio a ser evidenciado na pesquisa por quanto, o maior percentual de mulheres ouvidas encontra-se na faixa etária de 41 a 50 anos o que demonstra a persistência da mulher em conquistar reconhecimento público e social principalmente em um setor originalmente masculino e com idade superior àquela considerada ideal pelo mercado de trabalho que privilegia grupos de menor faixa etária.

Segundo Rosaldo (1979), atualmente não é visível uma sociedade onde a supremacia masculina seja ultrapassada pela feminina. Precisamente, onde a mulher possa destacar-se social e economicamente de modo mais abrangente quantitativamente do que o homem. O que se vê são destaques pontuais de mulheres que lutam por oportunidades no campo da

economia embora essas atrizes venham organizando-se de modo associativista com vistas a um futuro reconhecimento profissional.

Em termos gerais, cada vez mais mulheres ingressam no mercado de trabalho mesmo que para isso tenham ultrapassado a faixa etária aceita pelo mercado. O que se viu na pesquisa são mulheres que já desempenham suas funções a muitas décadas e, portanto, apresentam-se com idade mais elevada que a maioria. É essa realidade que por muitas vezes impulsiona a entrada de outras mulheres mais velhas no trabalho das feiras.

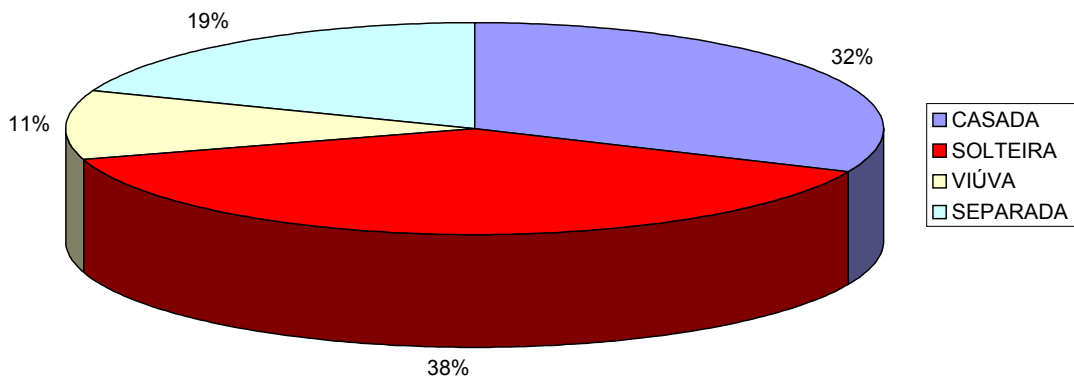


Gráfico 2: Estado civil da população pesquisada

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Em relação ao estado civil, a predominância é das mulheres solteiras, com 38%; seguidas pelas casadas, que apresentam 32%; das separadas, 19%; e das viúvas, que compõe o total de 11%. O Gráfico 2, em análise, evidencia que a grande maioria das entrevistadas vive sem companheiro (68%), embora aquelas que se declararam solteiras possam eventualmente tê-los. Esta é uma tendência nacional que mostra o perfil das mais de seiscentas mil mulheres no Pará, que chefiam as famílias sem companheiro, conforme demonstra reportagem do jornal O Liberal (2007). É, também, uma realidade na região amazônica, de acordo com Ramos (2003), que apresenta índices de 68% de mulheres solteiras, mantenedoras de seus lares, embora possam, por vezes, viver em sistema de concubinato.

Quando se trabalha a questão da dominação e submissão nas relações entre gêneros, percebe-se que qualquer mudança que venha alterar o *modus operandi* do sistema, ou seja, os papéis

socialmente aceitos, que são aqueles atribuídos a partir das diferenças biológicas que privilegiam o homem, exige segundo Ferreira (1999), uma profunda compreensão das instituições e da sociedade porque a dominação se reproduz em detrimento da mulher o que as conduz a problemas como a dependência de companheiros. Nesse ponto vale a pena observar os avanços evidenciados na pesquisa como aponta o gráfico acima, referente a mulheres que mantêm seus lares e que de algum modo, contribuem para o arrefecimento do patriarcalismo.

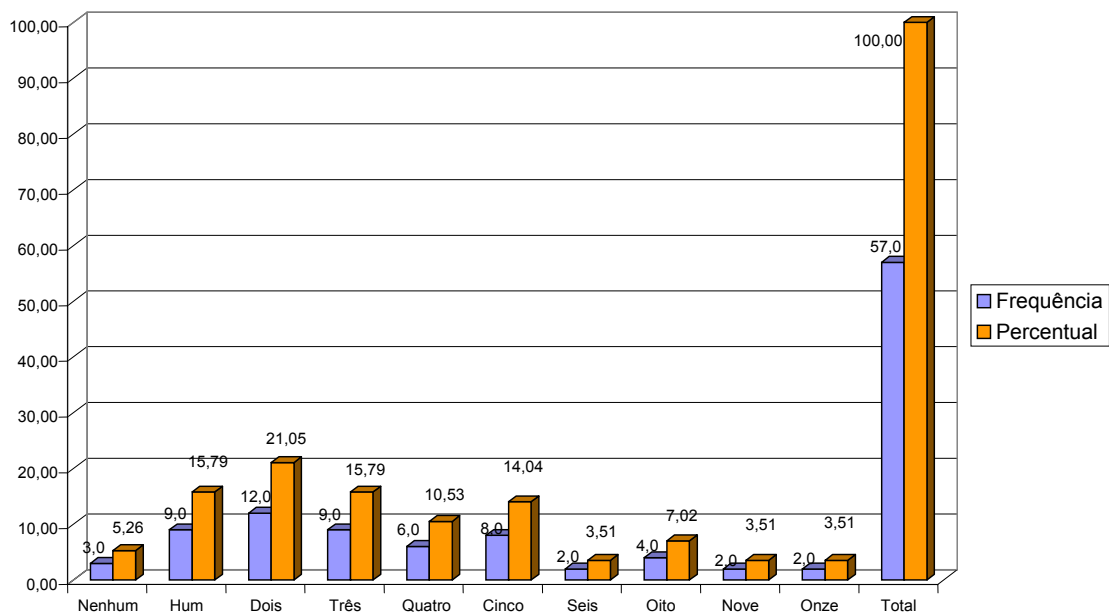


Gráfico 3: Número de filhos da população pesquisada.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

No que diz respeito ao número de filhos das entrevistadas, pode-se dizer que o maior subgrupo foi aquele correspondente as que possuem dois filhos (21,05%), seguidas daquelas com três filhos, 15,76% que, por sua vez, aproximam-se das que possuem cinco filhos, ou seja, 14,04%. Pode-se notar, no Gráfico 3, que mulheres com prole muito elevada representam um percentual bastante reduzido, o que vem a caracterizar mudanças na organização social das famílias outrora numerosas, principalmente se considerar-se que o maior número das mulheres entrevistadas está acima dos quarenta anos.

Essa realidade parece indicar uma mudança no comportamento reprodutivo que trouxe uma transformação no padrão familiar dessas mulheres, tal como observa Serruya (1993). Em países desenvolvidos, por exemplo, verifica-se a construção de um padrão familiar nuclear, com limitação do número de filhos, e que está inserido em todo um amplo contexto de

mudanças decisivas para as mulheres. Pode-se supor que a maternidade, já não se constitui hoje, um entrave à entrada ou permanência no mercado de trabalho para as mulheres principalmente, por conta da crescente diminuição do número de filhos e dos avanços legais conquistados em alguns países.

Todavia, e de acordo com Barroso (1991, p. 138), “[...] o planejamento familiar é totalmente inadequado para a solução de problemas sociais ligados a fatores diversos da ordem econômica”. O que há de considerar são as raízes do problema que se nutrem das escandalosas desigualdades econômicas e culturais nas sociedades que não asseguram a liberdade de opção quanto ao número de filhos. Nas últimas décadas, o panorama que apresenta prole numerosa vem mudando gradualmente e hoje se encontra uma mentalidade bem diferente embora persistam as diferenças regionais muito distintas como aquelas entre a zona rural e as cidades o que não vem a ser diferente na região amazônica.

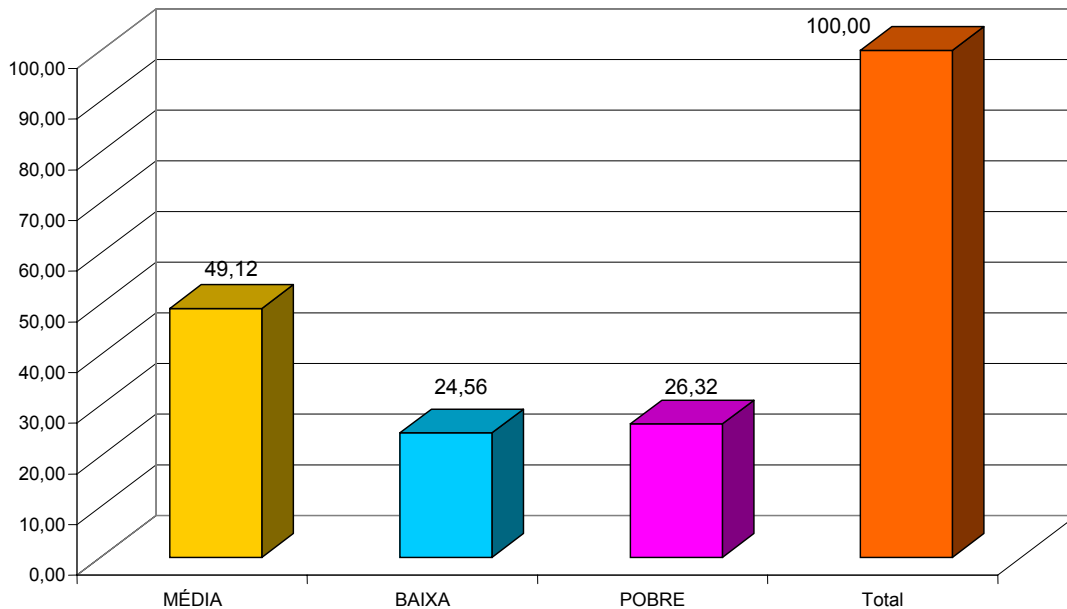


Gráfico 4: Classe social da população pesquisada.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

A informação acerca da classe social a que pertence a entrevistada foi auto-declarada num conjunto de três opções, conforme aponta o gráfico acima. Uma substancial maioria (49,12%) declarou pertencer à classe média, referindo-se de forma orgulhosa e atribuindo grande importância à resposta, alegando inclusive que, após muitos anos de trabalho duro na feira conseguiram, para gáudio seu e de seus familiares, pertencer a essa classe que lhe proporciona *status* e acesso a bens de consumo.

Nota-se que é pequena a diferença entre aquelas que se situaram na classe pobre (26,32%) e baixa (24,56%), sendo que esta informação sempre vinha acompanhada de uma justificativa que ora culpava a prefeitura por não lhes proporcionar melhores condições de trabalho, ora por conta da situação “assumida” de pobreza e abandono. De modo geral as entrevistadas encontram-se muito satisfeitas como feirantes, principalmente após o financiamento do FV Sol. Dessa maneira, percebe-se a questão da alteridade, permitindo dizer que o nível elevado de consciência política dessa população contribui para o discurso que valoriza a busca de igualdade social com os homens.

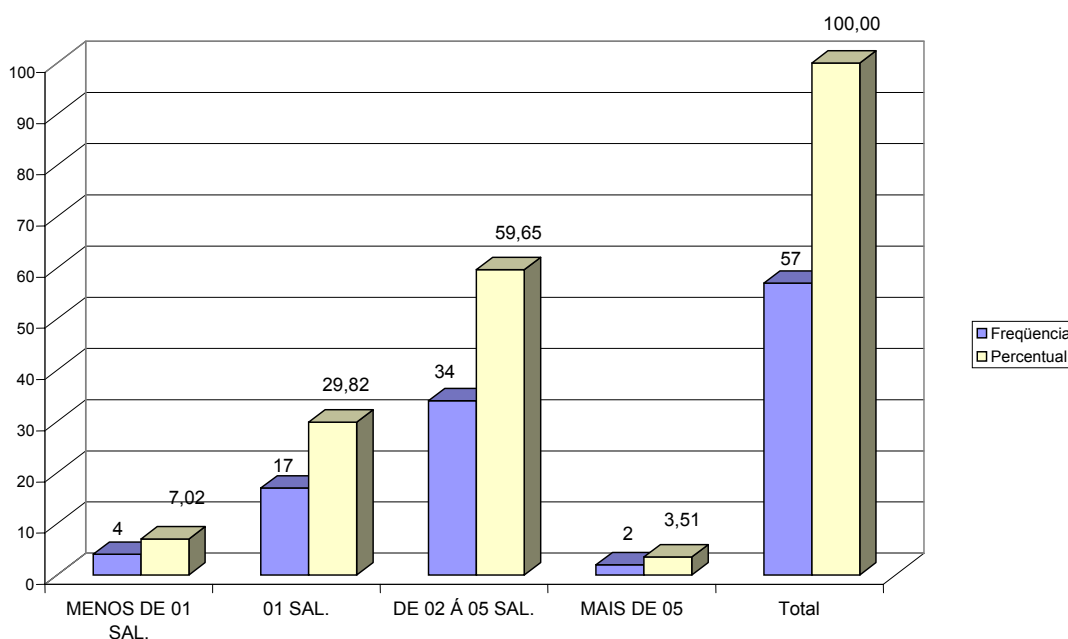


Gráfico 5: Renda pessoal da população pesquisada.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Quanto ao aspecto de renda pessoal, mais de 50% declarou que percebe de dois a cinco salários mínimos, e apenas uma pequena minoria (10,53%) fica com menos de um

salário ou mais de cinco salários. Note-se que este gráfico apresenta a renda pessoal das entrevistadas, não estando computado possíveis contribuições de outros familiares ou agregados. Trata-se de uma informação que demonstra o porquê da maioria das mulheres feirantes se auto-declararem pertencer à classe média, por quanto, a grande maioria de ativos e inativos dos trabalhadores da Região Norte percebem até um salário mínimo.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas – DIEESE do Pará, que tomou por base os indicadores sociais do IBGE, em 2005 houve um crescimento de 9,79% do percentual de mulheres chefes de domicílios no estado em relação a 2004. Segundo a mesma fonte, as desigualdades continuam, e prova disso é que 35,1% das mulheres possuem renda de até meio salário mínimo, ou seja, R\$ 175,00. Esse é um dado que pode ser relacionado com a realidade levantada das entrevistadas, as quais possuem uma renda muito superior à média estadual verificada pelas pesquisas oficiais.

Acerca da renda familiar, obtiveram-se informações sobre a própria percepção das entrevistadas sobre o papel que desempenham na família ou que atribuem ao companheiro, filhos e outros familiares. Muitas vezes, o que vem a ser constatado em outro gráfico posterior é que a mulher responde como a única ou a maior renda da família é da mulher.

Tabela 3: Participação de outras pessoas na contribuição familiar

Contribuintes	Sim	Não	Total	Contribuição (%)	.Não Contribuição (%)	Total (%)
Filhos	20	37	57	35,09	64,91	100,00
Netos	3	54	57	5,26	94,74	100,00
Outros	5	52	57	8,77	91,23	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Com a intenção de fundamentar melhor a avaliação da renda e conhecer um pouco mais o modo como se organizam as famílias das feirantes, foi pedido às entrevistadas que indicassem outras pessoas que contribuíssem com a renda familiar, excluindo-se o companheiro, caso houvesse, que será analisado separadamente no gráfico a seguir. Observa-se na Tabela 3, acima, que 35,09% dos filhos contribuem de alguma forma no orçamento familiar, contra 64,91% que não participam. A participação de netos e de outros é substancialmente inferior a dos filhos, embora não seja desprezível por quanto, há casos em que somente estes ajudam no orçamento da família. Um dado apreciável é o que se refere à categoria “contribuição de outros”, representada por pais, irmãos e até agregados que geralmente são aposentados e participam do orçamento doméstico.

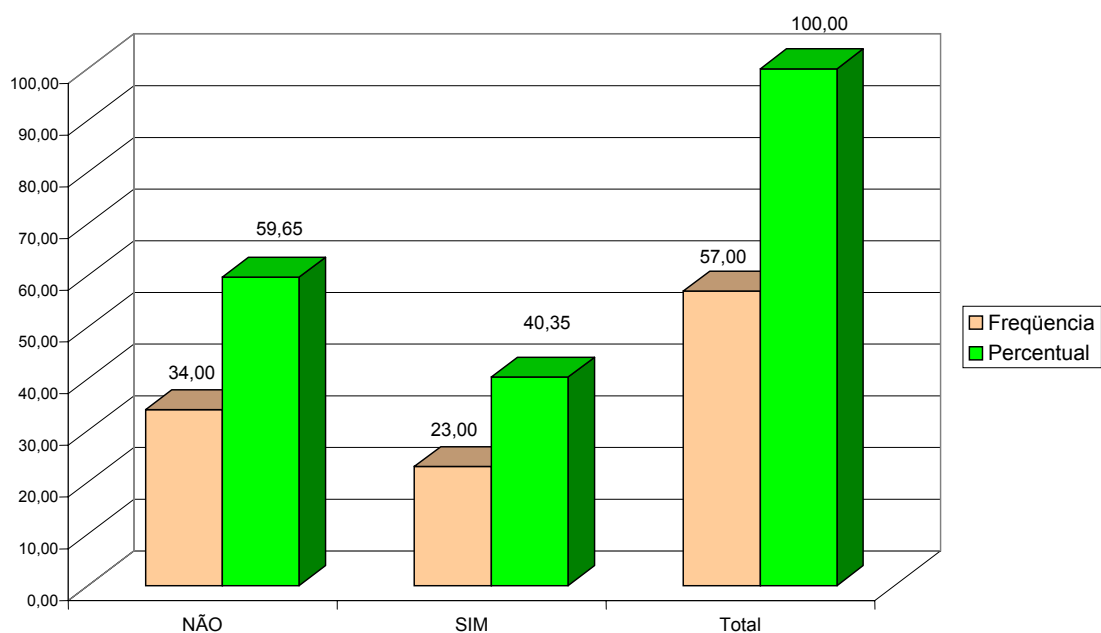


Gráfico 6: Companheiros que contribuem para o orçamento familiar.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Uma das informações a que se atribuiu grande importância refere-se à forma de participação do companheiro na renda familiar, segundo a perspectiva das respondentes. A importância atribuída à pergunta proporciona um entendimento mais acurado sobre aquelas que têm companheiro e qual o percentual de sua contribuição, uma vez que 68% das entrevistadas vivem de uma forma ou de outra sem eles. A intenção era ver até que ponto essa contribuição se apresenta minimamente importante. Segundo o gráfico acima, 50,65% dos companheiros das mulheres que declaram possuí-los não participam do orçamento doméstico, ou seja, 34 deles co-habitam com as entrevistadas e não contribuem na família. O restante dos companheiros (40,35%) contribui de algum modo para a renda familiar, geralmente na modalidade de “bico” ou com aposentadorias.

A participação das mulheres no processo de geração de renda no Brasil, segundo Bruschini e Lombardi (2003), apresenta um considerável aumento embora com predominâncias em atividades informais e precárias, ao lado de tendências inovadoras, que apontam que parte dessas trabalhadoras estejam mais escolarizadas. Segundo essas autoras, a expansão da escolaridade viabilizou melhores oportunidades de trabalho e conseqüentemente, alterou o perfil da dependência em relação às famílias.

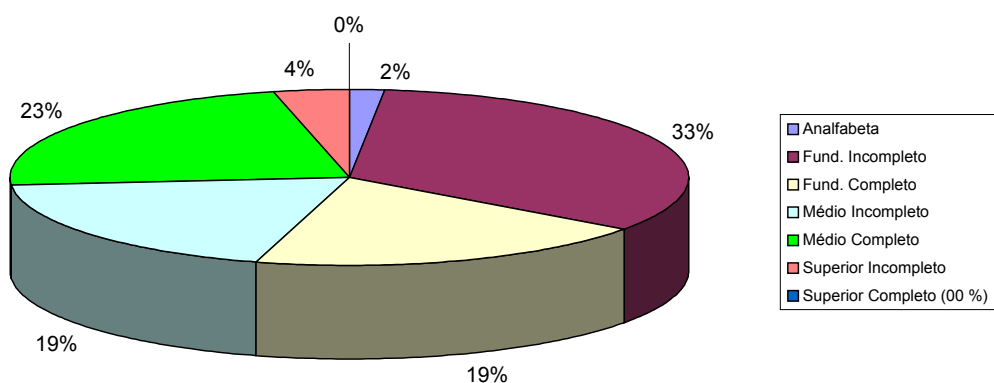


Gráfico 7: Nível de escolaridade da população pesquisada.

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Quanto à escolaridade das entrevistadas, 33% declararam ter o ensino fundamental incompleto, o que é compatível com a faixa etária média das mulheres, que fica entre 41 e 50 anos. Outras 23% possuem o ensino médio completo, ou seja, 14 mulheres. Um total de 19% declarou possuir ensino fundamental completo ou médio incompleto o que mostra pouca variação de anos estudados entre as duas categorias. Constata-se que um percentual reduzido de entrevistadas ingressou no ensino superior, ficando 4% delas sem concluí-lo. Apenas uma mulher (2%) contatada na pesquisa possui curso superior completo.

É importante mencionar uma forte associação com a questão da idade mostrada no Gráfico 1, uma vez que a maioria das entrevistadas está na faixa etária entre 41 e 50 anos, o que vem

mostrar o desenvolvimento cultural mais recente entre as mulheres que são forçadas a procurar modos de contribuição para a sobrevivência da família buscam maior escolaridade e portanto, aquelas de menor idade que conquistam melhores patamares no que diz respeito ao nível escolar.

Conforme demonstram Maruani e Hirata (2003, p. 331), “[...] as mulheres tem nível de instrução mais elevado do que os homens principalmente a partir do ensino médio onde a predominância é das mulheres (nove contra onze anos de estudos).” Não pairam dúvidas, portanto, que a maior escolaridade lhes propicia maiores credenciais para a permanência em ocupações dentro do processo de geração de renda.

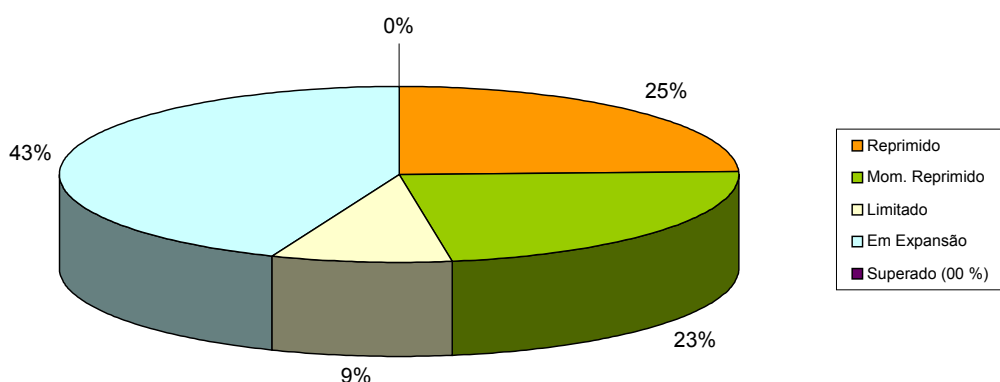


Gráfico 8: Situação no mercado de trabalho das entrevistadas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Como se verifica pelos dados acima, 43% das entrevistadas declara que o mercado encontra-se em expansão, mostrando um grau elevado de satisfação, o que se dá muito por conta da prática do exercício de feirante que, geralmente, vem de muitos anos. No entanto, de acordo com 25% delas, existem dificuldades para o desempenho laboral por conta da grande concorrência e da falta de fiscalização por parte do poder municipal, que permite que vendedores não cadastrados exponham seus produtos para venda. Desse modo, 23% das

vendedoras seguem a mesma opinião, declarando que o mercado está “momentaneamente reprimido”.

Apenas 9% indicaram que são grandes as limitações do trabalho na feira, atribuindo esse dado a fatores como: elevadas “taxas” recolhidas pela SECON; concorrência dos supermercados que abrem aos domingos, que era “o melhor dia para as vendas”; a prefeitura só incentiva o Ver-o-Peso por conta do turismo; proibição da comercialização de bebidas alcoólicas; falta de equipamentos que proporcionem melhores condições de trabalho; e elevados preços das mercadorias.

A relativa melhora na distribuição de renda no país verificada a partir do plano real, tornou-se responsável pelo grau de satisfação da população entrevistada a medida que esse efeito permitiu uma mudança na inserção feminina no processo de geração de renda. De acordo com Maruani e Hirata (2003) o mercado de trabalho para a mulher tem sido caracterizado pela marca da precariedade que atinge uma significativa parcela de trabalhadoras. Muito embora essa precariedade, a melhora na distribuição de renda contribuiu para a possibilidade de expansão e permanência das mulheres nas feiras no que tange aos rendimentos, conforme o percentual de satisfação do mercado segundo aquelas que declararam que está em expansão.

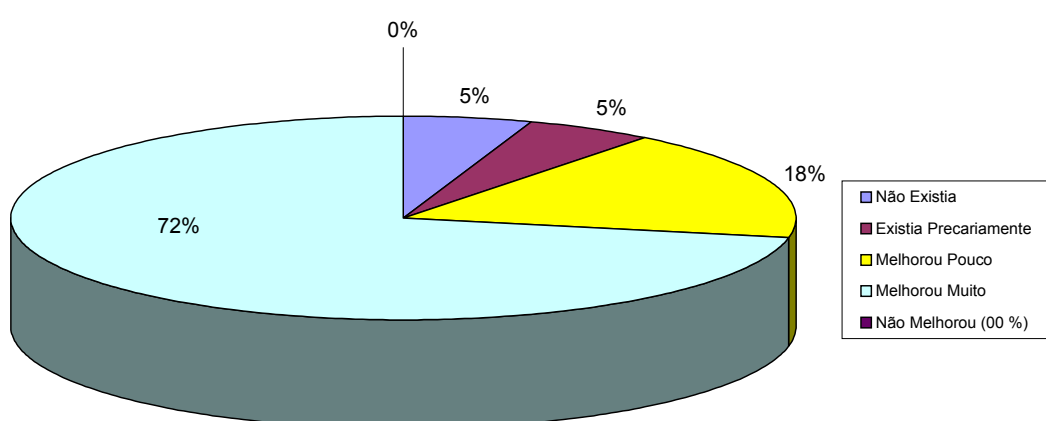


Gráfico 9: Atividade profissional das entrevistadas, anterior ao financiamento.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Pelo gráfico acima representado, não resta dúvidas que após o financiamento do projeto FV Sol a atividade profissional das feirantes melhorou substancialmente, segundo a declaração de 72% das entrevistadas. Os motivos alegados ativeram-se, principalmente, ao capital de giro proporcionado pelo financiamento, que viabilizou a compra de mercadorias antes inacessíveis às entrevistadas.

Outro ponto importante para algumas entrevistadas relaciona-se à entrada no mercado de trabalho, embora de modo informal, porque muitas são oriundas de “casas de famílias”, onde por vezes nada recebiam ou o faziam de forma precária. Este é um dado de importância subjetiva para as mulheres, por quanto, expressa grande alegria por tornarem-se independentes do jugo daquelas famílias ou até de seus companheiros, à medida que passam a auferir ganhos pecuniários para sua subsistência e dos seus.

Essa forma de ocupação precária, ou seja, o trabalho doméstico não remunerado mostra-se em termos relativos, em declínio no Brasil, conforme dados do IBGE/PNAD, citados por Maruani e Hirata (2003) para o período de 1993/1998. Segundo esses órgãos e as autoras o percentual de trabalhadoras domésticas sem carteira assinada e sem remuneração era de 83,9% naquele período, caindo para 76,4%. Essa ocupação ainda representa trabalho para 4 milhões de trabalhadoras no Brasil de acordo com a mesma fonte, muito embora venha apresentando queda e a concomitante elevação de trabalhadoras autônomas, como por exemplo as feirantes, que ganham mais por conta própria do que podem auferir no mercado formal de trabalho.

Outro motivo diz respeito ao mercado de trabalho formal, que é hermético a grande parte delas, mesmo aquelas com nível de escolaridade satisfatório. Com a possibilidade do financiamento, essas mulheres têm a oportunidade de agregar valor a sua ocupação, principalmente para aquelas que de uma forma ou de outra pertencem a algum movimento sindical ou associativo. A parcela restante com menor grau de satisfação (28%) está composta daquelas mulheres que estão “desde pequenas” nas feiras gozando de situação laboral mais estável, ou seja, a influência do aporte financeiro não produziu o mesmo impacto daquelas que se encontram em situação mais precária.

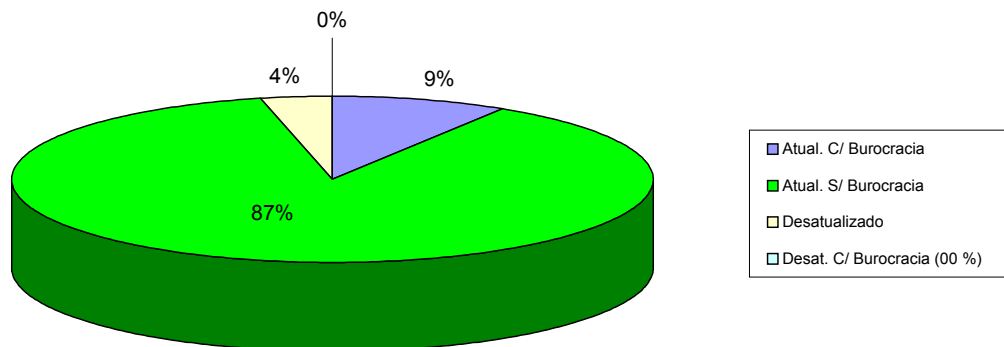


Gráfico 10: Avaliação do projeto FV Sol sob a ótica das entrevistadas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

A partir dos percentuais apresentados acima, pode-se verificar que o projeto FV Sol foi avaliado de forma excelente pelas entrevistadas do ponto de vista da eficiência. Entre as mulheres, 87% responderam que o banco é atual e sem maiores burocracias no atendimento das usuárias, principalmente se elas pertencem às associações das feiras, o que evidencia o caráter associativista que o projeto privilegia. Somente 13% responderam que o banco é exigente ou desatualizado. Essas são as mulheres que de modo individual recorreram ao financiamento.

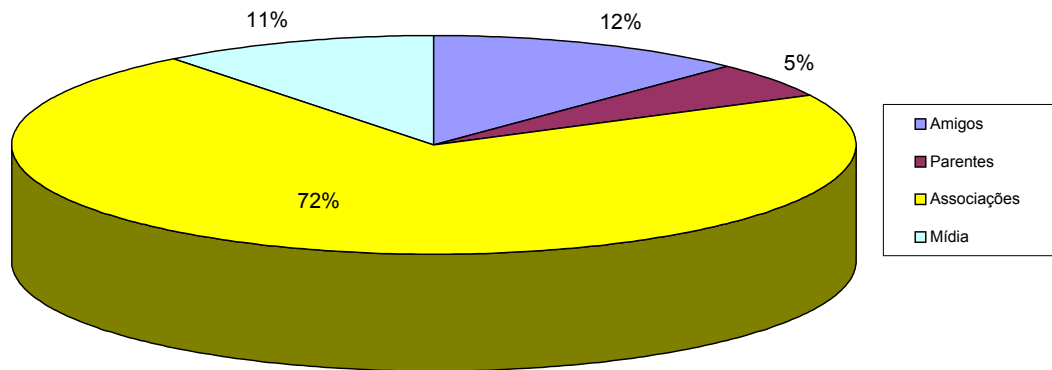


Gráfico 11: Como a população entrevistada conheceu o projeto FV Sol.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Os dados acima representados permitem analisar o modo como a mulher conheceu o projeto FV Sol. Entre as respondentes, 72% responderam mais uma vez que foi através das associações de feirantes que passaram a conhecê-lo. Outras 12% declararam que o conhecimento se fez por meio de amigos, seguido de perto por parentes. Somente 5% confirmaram participar do projeto através de informações na mídia.

A exemplo do que acontece nacionalmente, a organização dos movimentos por parte das mulheres é atravessada por diferentes concepções ideológicas, e por causa disso, vários grupos foram se formando preocupados com questões que variavam em conteúdo. Desse modo, aquelas que se preocupavam com o processo de geração de renda já se encontravam organizadas em cooperativas e/ou associações de feirantes quando da criação do FV Sol, o que veio a facilitar a inserção no projeto.

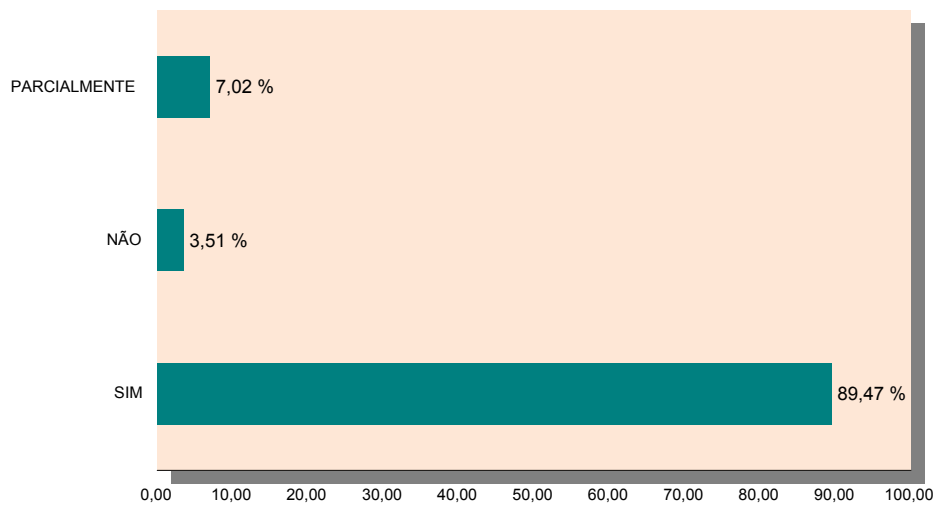


Gráfico 12: Treinamento e fiscalização.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Procurou-se, também, investigar um pouco mais a atuação administrativa do projeto FV Sol, do ponto de vista das mulheres; e sobre a liberação de recursos, procurou-se mensurar o número de mulheres que eram submetidas a treinamento e fiscalização por parte do banco, quando da liberação dos financiamentos. A grande maioria (89,47%) declarou passar pelos treinamentos e fiscalizações necessárias ao bom andamento dos empréstimos e somente 10,53% declararam que os treinamentos e fiscalizações foram falhos ou inexistentes. Esse é um dado que apresenta o mesmo percentual, tanto para a administração passada quanto para a presente.

Tabela 4: Atuação profissional das mulheres entrevistadas nas feiras.

Atuação Profissional		
Atividades	Nº Mulheres	(%)
Horti-fruti	15	26,32
Confecções	9	15,79
Alimentos/refeições	6	10,53
Ervas	6	10,53
Farinha	4	7,02
Venda de verduras	4	7,02
Umbanda	4	7,02
Industrializados	3	5,26
Comidas típicas	2	3,51
Venda de Camarão	1	1,75
Mercearia	1	1,75
Lanchonete/bar/restaurante	1	1,75
Cabeleireira	1	1,75
Total	57	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Com base nos dados da Tabela 4, visualiza-se aquelas atividades nas quais as mulheres se encontram em maior ou menor número. O percentual de 26,3% da venda de hortifrutigranjeiros aponta que esta é a atividade de preferência das entrevistadas. Em todas as feiras visitadas, com exceção do complexo Ver-o-Rio, encontram-se mulheres com vendas desse tipo de produto. Outra opção de atividade (15,8%) fica por conta das chamadas “confecções”, que dizem respeito a roupas industrializadas, tanto para adultos como para crianças.

O percentual de mulheres que trabalham com a venda de alimento e/ou refeições prontas, bem como as vendedoras de ervas é da ordem de 10,5%. Não foi surpresa verificar que se encontram entre as vendedoras de ervas do Ver-o-Peso, as mais velhas entrevistadas. Essa atividade, com algumas exceções, é exercida por mulheres de mais idade por quanto carregam uma herança familiar que vem de longa data, perpetuando a tradição nesse ofício. Desse modo, a proprietária do box de ervas muito cedo inicia suas filhas no ofício de erveiras não sendo incomum encontrá-las no local.

As afirmações de dona Iraci Barros, 70 anos, a mais idosa das erveiras do local, são um legado à história das ervas medicinais do Ver-o-Peso. Filha de Dona Cheirosa, talvez a mais notória das vendedoras de ervas em todos os tempos nesse logradouro, Iraci é o exemplo da simpatia contagiante, da qual tem plena consciência, o que lhe rende frutos no desempenho da

função. Veio ainda muito menina na companhia da mãe para “aprender a vender e agradar os fregueses”. Aos 19 anos já tinha montada a sua primeira barraca. Seu relato é original:

[...] Estou nesta feira desde menina com minha mãe, mas digo que trabalho aqui a 52 anos. Tenho 11 filhos e seis filhas já têm box de venda de ervas, até a menorzinha já criou todos os filhos aqui. Tenho 65 pessoas na família, são os meus filhos meus netos e já tenho bisnetos. Daqui só vou pro cemitério. Venho todo dia, de domingo a domingo. Sou independente, e criei as meninas assim. Nosso sustento a gente tem que ter. Veja! Todas estão bem! Aqui todo dia tem muito cliente, mas é preciso saber das coisas, se você enganar, como tem muitas aqui, você perde o cliente. Eu entendo de todos os males das pessoas. Nunca as venda deram pra traz, sempre melhoram, aqui não tem tempo ruim. Agora, o banco foi bom pra nós, eu e minhas filhas, porque todas tiramos empréstimo, mas atualmente ele não presta mais... é muita gente, muita fila e perde-se muito tempo. O dinheiro serviu para fazer o fechamento dos boxes e só. Já tenho a vida resolvida. (Entrevista realizada em 6 de Novembro de 2006).

Noutras entrevistas com as erveiras, encontram-se declarações acerca da indústria de cosméticos Natura, atualmente com expressiva atuação na região, no incentivo ao plantio da pripríoca e outras plantas medicinais. De acordo com Simonian, (2007) as mulheres envolvidas nesse projeto foram alvo, recentemente, de tentativa de usurpação de seu patrimônio imaterial. As informações prestadas por Eliana Alves de Carvalho, 45 anos, que a 28 anos trabalha na feira, e Silvana Serra, 42 anos, a 32 anos no local, ilustram essa situação:

A Natura está levando toda a produção de andiroba e copaíba daqui e os produtores não vêm mais vender pra nós porque ela compra tudo deles lá mesmo onde eles produzem. Se a Sr.^a perguntar se aqui tá bom de ganhar dinheiro, eu lhe digo que já esteve. Agora temos dificuldades nesses produtos que a Natura compra [...] (Entrevista realizada em 6 de Novembro de 2006).

E, de acordo com as declarações de Silvana Serra, 49 anos, a 32 anos na feira do Ver-o-Peso:

A Natura até agora não fez o que prometeu. Ela ia fazer um projeto com a gente daqui e o que se vê é só conversa. Eu vejo o que sai na televisão e parece que a justiça vai ficar do nosso lado. Vamos ver. Por enquanto estamos com dificuldades de comprar os produtos que ela compra muito e leva pra lá [...] (Entrevista realizada em 6 de Novembro de 2006).

Na tentativa de investigar um pouco mais sobre a venda de ervas medicinais com as mulheres erveiras, encontrou-se entre essas trabalhadoras as maiores manifestações de apreço à antiga administração municipal do prefeito Edmilson Brito Rodrigues. Isabel Barboza Sousa, 26 anos, neta de Dona Cheirosa, declara com entusiasmo que:

[...] O Edmilson promovia muitos cursos para nós, da feira. Ele deu curso de marketing para venda de ervas aos turistas, curso de dança folclórica como o Carimbó, de manipulação das ervas e outros tantos. Era sempre movimentado. O Ducimar não dá as caras aqui. Outro dia veio um agrônomo da prefeitura, seu Quinderé, para dizer que ia haver outro curso de manipulação das ervas, mas todas nós tínhamos que pagar as taxas do curso. Eu não fiz [...] (Entrevista realizada em 6 de Novembro de 2006).

Quanto ao restante das ocupações desenvolvidas pelas mulheres da pesquisa, pode-se observar que o material de umbanda e a venda de farinha de mandioca apresentam expressivo

percentual das atividades, sendo responsável por 7% delas. Os industrializados, como por exemplo, bolsas, sacolas e artefatos de couro em geral ficam em 5,3%, seguidos de comidas típicas, em sua totalidade comercializados no complexo Ver-o-Rio. As vendas de camarão salgado, em lanchonete e em mercearia ficaram em 1,8%, assim como o serviço de cabeleireira.

Os percentuais analisados acima se encontram em conformidade com a apresentação das planilhas fornecidas pelo FV Sol (vide gráfico do acumulado de 1998 até 2006), no que diz respeito à produção, comércio e serviços. As atividades mais financiadas estão no comércio, como também constata a pesquisa, seguidas dos serviços e da produção.

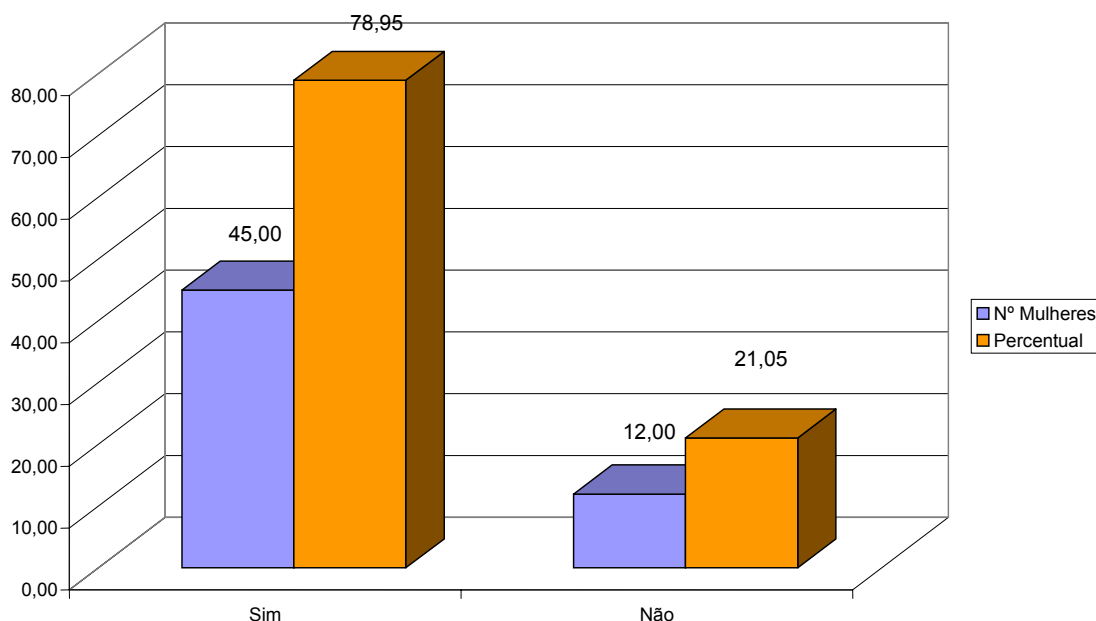


Gráfico 13: Busca de qualificação nas atividades.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

De acordo com os dados coletados, o gráfico acima se refere à verificação da busca de qualificação por parte das mulheres incentivadas pelo projeto FV Sol. Pretende-se, com essas informações, analisar o percentual de interesse das entrevistadas no que compete à qualificação anterior e posterior ao financiamento. A maioria (78,05%), ou seja, 45 mulheres declararam que possuem algum tipo de qualificação ou tem interesses em adquiri-la. O percentual de 21,05%, que se mostrou desinteressada, alega motivos como idade, satisfação com o atual desempenho ou falta de tempo para dedicar-se aos cursos.

Uma significativa parcela informou que fez cursos de atualização no Sebrae, para capacitação em RH; no Samu, para adquirir conhecimento sobre higienização, conservação e manipulação de alimentos; no Emaús, em que se aprendeu a fazer doces salgados; e, também, de enfermagem. Todos os cursos feitos nessas instituições se deram por meio de parceria com a prefeitura do município de Belém. Três mulheres entrevistadas haviam feito curso na incubadora de cooperativas da UFPA (Departamento de Economia), os quais eram diretamente relacionados ao cooperativismo, às relações humanas e à contabilidade.

O percentual elevado de participação em cursos oferecidos às feirantes demonstra o interesse das entrevistadas na constante capacitação profissional, o que contribui para o melhor desempenho de suas funções. Muitas delas protestaram contra a atual gestão municipal que

não tem oferecido oportunidades de novos aprendizados. Declaradamente, a maioria enalteceu o antigo gestor que freqüentava as feiras sistematicamente e proporcionava os já referidos, e quem participava frequentemente do regozijo dos (as) feirantes.

Olga de Miranda Enriques, 50 anos, é trabalhadora do complexo Ver-o-Rio desde o ano 2000 e faz parte do programa Bolsa Escola. Ela contribui com sua opinião quando diz que:

[...] Depois que o prefeito Duciomar entrou na prefeitura, tudo aqui ficou ruim. As taxas cobradas aumentaram muito. Hoje a Belém tur arrecada R\$ 960,00 reais por mês de todos nós daqui, e dizem que é para manutenção e segurança do lugar. Os turistas já não vêm como antes porque nós mesmas não estamos oferecendo muitas coisas como boa comida. Falta incentivo pra nós. O Edmilson vinha pra cá, e a Ana Júlia também. Conversava muito e até dançava conosco quando tinha apresentações. Os cursos sumiram, e eu e minhas companheiras da associação gostaríamos de fazer outros [...] (Entrevista realizada em 24 de Outubro de 2006).

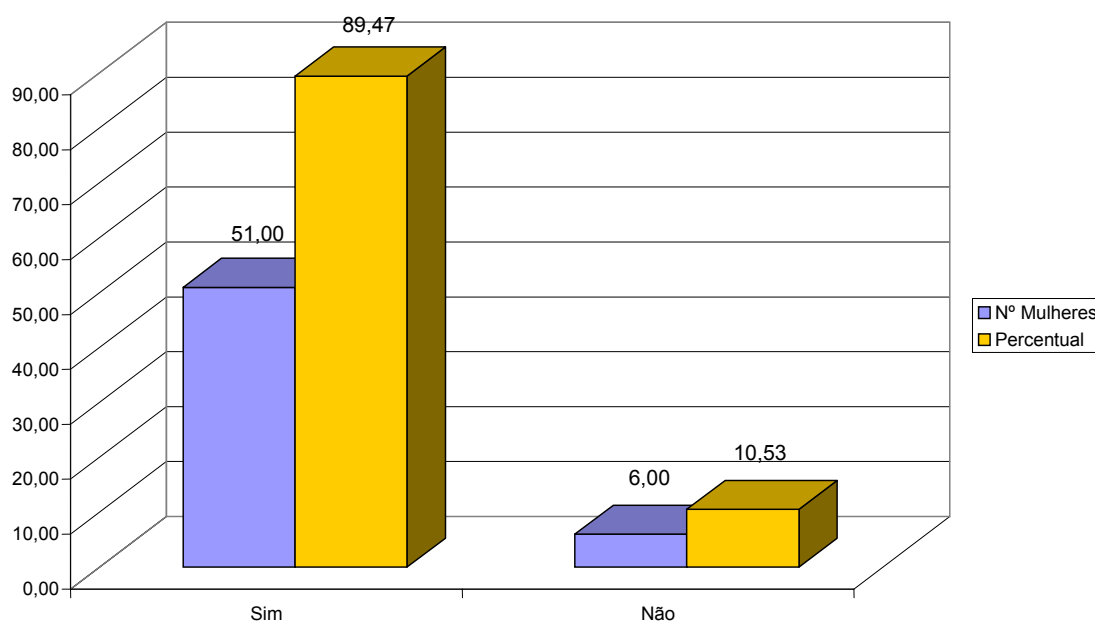


Gráfico 14: Influência do financiamento na renda da família.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Ao procurar investigar a influência do financiamento do FV Sol na renda das famílias das entrevistadas, ratificou-se a importância dos recursos financeiros para o desempenho profissional na vida dessas mulheres. Assim, de acordo com o Gráfico 14, 51 delas, ou seja, 89,47% declararam existir relações diretas no aumento da renda familiar com o empréstimo tomado ao FV Sol, enquanto que somente 10,53% não viram essas relações. É possível dizer que esse incremento de recursos propiciou o aumento do número de mulheres que têm casa

própria, porque como a grande maioria declarou, após o empréstimo para capital de giro, pôde-se desfrutar de melhores condições de trabalho e conseqüentemente de renda, benefício que se estendeu às suas famílias.

4.3 RESULTADOS DA PESQUISA: A MULHER FEIRANTE EM BELÉM, SUA CULTURA E CONDIÇÕES DE TRABALHO.

Quando se iniciou a pesquisa sobre o processo de geração de renda das mulheres do projeto FV Sol, em Belém, já se tinha uma série de informações objetivas da temática. Essas informações resultavam, em parte, de observações sistemáticas e empíricas feitas em pesquisas anteriores, em leituras e discussões com as mulheres, assim como com presidentes de ONGs, diretoras de órgãos municipais – como o Conselho Municipal da Condição Feminina – CMCF – e de outras organizações que tratam do tema.

Entretanto, a oportunidade de avançar em um novo trabalho de campo foi muito valiosa à medida que permitiu observar novos fatos, grande parte deles por conta da nova gestão municipal, relacionados com as atitudes e expectativas que as mulheres têm em relação à sociedade, ao seu papel na família, ao seu grupo comunitário e ao projeto FV Sol. Qualquer fato paralelo, observado em relação à pesquisa anterior desenvolvida em 2004, considerou-se relevante e digno de menção neste momento. De certa forma, tinha-se a necessidade de desenvolver uma observação comparativa ao período anterior como já citado, que mostrasse alguns aspectos diferenciados dessa nova gestão municipal e que fossem reveladores dessa realidade.

Muitas falas e práticas das entrevistadas foram registradas fora do questionário. O conteúdo dessas informações proporcionou a conclusão de alguns aspectos, antes descartados, mas que merecem ser divulgados e analisados. De certa forma foi importante reconhecer a existência de implicações políticas na conduta das entrevistadas e observar que cresce o número de mulheres de menor renda com essa consciência, que as conduz a participarem nas associações dos feirantes, assim como a forma pela qual alcançam sua independência financeira. A pergunta sobre o modo como as entrevistadas chegaram até o FV Sol era quase sempre respondida, o que se dava através dessas associações e/ou cooperativas e dos movimentos sociais o que, também, proporcionava-lhes uma participação política mais elevada.

Das 57 entrevistadas foi verificado que 32 delas (64%) possuem casa própria. Se entendermos essa afirmativa em seu sentido mais abrangente, já constitui, em si, uma forma de atuação

pró-ativa do desempenho profissional dessas mulheres. É, sem dúvida, um grande avanço verificar a independência mostrada por elas em relação ao contexto patriarcalista dominador a que estiveram impostas em passado recente. A história tem mostrado o quanto a mulher vem sofrendo por causa desse tipo de conduta, tanto no espaço público, onde é vítima de discriminação social, política e econômica, quanto no espaço privado, onde é menosprezada e violentada de formas variadas.

O perfil das entrevistadas como mostram os gráficos e tabelas acima revelam o trabalho duro no cotidiano das feiras de Belém, realidade também presente em seus lares conforme suas declarações. Aponta para mulheres que transpõem dificuldades impostas pelo ambiente de trabalho, mas que se destacam em diversos momentos, haja vista serem em maior número que os homens. A conexão das mulheres feirantes com a realidade simbólica mostra o quanto é do seu conhecimento as necessidades sociais, ambientais e políticas da sua cidade. Destaca-se, ainda, a pujança de sua fala quanto ao privilégio de ser uma feirante, ter casa própria ou não depender de companheiro, em sua maioria.

Do ponto de vista cultural, as mulheres feirante de Belém mostram que podem ser algo mais que mera força de trabalho. O conhecimento integrado do processo laboral e o engajamento político são amplos, as evidências encontradas na pesquisa apontam para o importante papel que essas mulheres têm desempenhado, muito embora sejam raras as experiências de mulheres da região amazônica que sejam valorizadas, especialmente se tratando de atividade econômica, (SIMONIAM, 2001). De fato a maioria das mulheres entrevistadas demonstrou crer em seu potencial de trabalho, organizando-se em cooperativas de onde vão surgir as líderes, com vistas à ampliação de políticas sustentáveis para o setor. Ficou evidenciado na pesquisa que a grande maioria das entrevistadas aprendeu na infância o que hoje comercializam. Os depoimentos demonstraram de forma contundente a importância das relações sociais de gênero nas experiências de geração de renda das entrevistadas.

Desse modo, são nítidos os nexos existentes entre o trabalho por elas desenvolvido e a política pública FV Sol da PMB, que proporcionou possibilidades de melhorias econômicas para a população pesquisada. É notável, porém, que, além da constatação essencial desses nexos, ficou clara a evolução por parte da prefeitura no que se refere à formulação de uma política social que atenda as necessidades da mulher. Ainda, importa ressaltar que em face de ausência de políticas sociais de gênero para as classes de menor renda, grande parte do êxito do FV Sol deve ser creditado ao nível local de governo que alterou diretamente, a qualidade de vida das mulheres ouvidas pela pesquisa.

5 O PROJETO FV SOL: CRIAÇÃO, DESDOBRAMENTOS E SITUAÇÃO NO PRESENTE

O FV Sol foi criado através da Lei Complementar n. 1, de 20 de outubro de 1997, e administra os recursos do Projeto FV Sol. Pelo que se depreende do relatório consolidado do projeto (ARROYO, 2004b), essa lei criou, também, o Conselho Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Econômico e Social, sendo regulamentada pelo Decreto 3.2516, de 30 de abril de 1998 (BELÉM, 1998). Tanto esse Banco quanto o Conselho são parte integrantes do PROGER, desenvolvido pela secretaria Municipal de Economia - SECON, que norteia suas diretrizes.

Um dos pilares de sustentabilidade do projeto FV Sol reside no modo diferenciado de promover uma nova compreensão no acesso ao micro-crédito dentro da economia solidária, que conduz à participação igualitária de homens e mulheres no processo de crédito. É compromisso programático do FV Sol combater a exclusão social de gênero através do crédito popular, tal estratégia busca solução para a angustiante situação de desemprego do cidadão por meio da inclusão social e política, na perspectiva de melhorar a qualidade de vida. De modo mais abrangente, cabe ao Conselho Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico e Social avaliar as iniciativas de geração de emprego e renda, assim como fiscalizar a utilização dos recursos do FV Sol.

O Projeto FV Sol na busca de contribuir para o desenvolvimento econômico e social no município de Belém empenha-se, também, no resgate da cidadania de populações excluídas da sociedade, não apenas nas dimensões social e econômica como nas dimensões culturais e de gênero. Sua construção demorou um ano, período em que foi debatida “[...] a situação angustiante de desemprego do cidadão” (PROPOSTA, 2001, p. 12), visando meios de inclusão social e política na perspectiva de melhores condições de vida para a população de baixa renda. O Conselho Municipal é constituído de forma tripartite e partidária por trabalhadores, empregadores e governo cabendo a esse último propor a política municipal de trabalho, avaliar as iniciativas de geração de emprego e renda e fiscalizar a utilização dos recursos do banco.

5.1. A POLÍTICA DE MICRO-CRÉDITO DO FV SOL

O FV Sol, ao propor um novo modelo de desenvolvimento para geração de emprego e renda, acena com mudanças na formulação de novas políticas públicas que promovam a igualdade de gênero no mundo no trabalho do município de Belém. Concomitante a este processo, a gestão administrativa desse Fundo estimulou a criação de formas de organização associativa entre os empreendedores. Para tanto acompanhou a criação do Fórum de Empreendedores Populares de Belém e do Centro de Apoio aos Empreendimentos Solidários, organizações que contam com a participação de lideranças dos movimentos sociais, assessores e técnicos do FV Sol.

O FV Sol é uma conquista da população de baixa renda de Belém, particularmente aqueles segmentos diferenciados como, no caso, as mulheres. Elas encontram no banco uma parceria para empreendimentos e desenvolvimento local, uma vez que o compromisso é com a melhoria da qualidade de vida da maioria e daquelas que mais sofrem com a exclusão social. De acordo com Belém (2006), os recursos do FV Sol são oriundos da própria população e da Prefeitura de Belém, através do Fundo de Participação dos Municípios, da ordem de 1%, e do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, de 0,64%, descontado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF (BELÉM, 2006).

Durante pesquisa anterior sobre o FV Sol, desenvolvida nos anos de 1998 a 2004, na gestão do prefeito Edmilson de Brito Rodrigues, observou-se que naquele período o índice de inadimplência era da ordem de 96% do universo de financiados, com índices de igualdade entre homens e mulheres (BRASIL, 2004). Hoje, ao observar o novo cenário do banco para os sete meses de atuação no ano de 2006, verificou-se que o patamar de inadimplência cresceu de 4% no período anterior para 11% no ano de 2006, ou seja, no universo de 1.196 novas operações efetuadas em 2006, 142 clientes tornaram-se inadimplentes, totalizando R\$ 39.943,42 de R\$ 1.396.071,63 emprestados, sendo 2,86% desse total como se pode verificar na Tabela 14.

O projeto FV Sol tem sido freqüentemente premiado pela forma de gestão pública que exerce. Em 2001 recebeu o prêmio Gestão Pública e Cidadania, promovido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e pela Ford Foundation, com apoio do BNDES. Outro motivo para a premiação é que no FV Sol crédito não é tudo; o mais importante é o sucesso do empreendedor. E para que isso aconteça é preciso que haja organização para que os empreendedores se fortaleçam a fim de conquistar melhores realizações nos empreendimentos.

O financiamento disponibilizado deve preencher requisitos, como sendo: morar em Belém a pelo menos um ano, apresentando comprovante de residência em nome do interessado; possuir avalista com renda comprovada; não possuir restrições cadastrais; apresentar orçamento de acordo com a finalidade do crédito; para aqueles com funções de feirantes e/ou ambulantes, deve-se apresentar licença emitida pela SECON, participar do programa de capacitação e das devidas fiscalizações necessárias à liberação do crédito.

Todavia, a instituição reconhece alguns grupos para crédito especial que caracteriza o diferencial em relação às demais instituições creditícias. Esse grupo está constituído de pessoas oriundas de programa assistencial de complementação de renda do governo municipal, estadual ou federal, sendo constituído de mulheres em situação de risco social; egressos ou dependentes de egresso do sistema penal, feirantes ou trabalhadores do setor informal regularmente cadastrados na SECON, jovens oriundos de programas de primeiro emprego e pessoas com mais de 45 anos em situação de risco social, assim como, os jovens até 25 anos em igual situação.

As linhas de crédito tratadas acima estão sujeitas à cobrança de juros. Estes se diferenciam para cada modalidade, sendo esse aspecto um dos diferenciais dos financiamentos praticados no FV Sol se comparados a outras instituições bancárias privadas do país. Os juros para o empreendedor – que não está inserido na categoria de crédito especial – são de 2,5% ao mês.

Para o crédito especial, onde se encontra inserida a mulher empreendedora e demais categorias expostas acima, os juros praticados são subsidiados para valores menores de 1,0% ao mês e 1,5% para a categoria iniciante. De acordo com as informações prestadas pelo gerente de crédito da instituição, Sr. Adilton Luiz Coutinho de Mesquita, e da legislação em vigor consultada durante a pesquisa, a categoria de crédito especial é regida pelo Art. 3º da Lei Complementar nº 1, de 20 de outubro de 1997, que regulamenta o crédito com dispensa de avalista e permite que as categorias acima mencionadas sejam contempladas com essa modalidade de financiamento.

O projeto FV Sol financia o capital de giro para a compra de matéria-prima ou mercadorias diversas em um prazo de seis meses, aí incluso o período de carência, assim como financia o capital fixo para aquisição de máquinas, equipamentos e pequenas reformas, com prazo de 24 meses, incluindo a carência. O banco implantou em sua segunda fase, após o período de paralisação, o Cartão Ver-o-Sol, que permite maior oferta de aquisição de mercadorias pelos clientes e crédito em toda a rede de compras do Banco do Estado do Pará – BANPARÁ (BELÉM, 2006).

Segundo o relatório parcial do ano de 2006 (BELÉM, 2006), o fundo mantém convênio com nove entidades sindicais e de trabalhadores, entre as quais SINDICARNE, o Sindicato do Comércio Varejista e todas as cooperativas de feirantes de Belém, para promover a capacitação de seus membros para financiamentos e cursos como, por exemplo, o de Inclusão Digital, que capacita em informática básica, já tendo ofertado 22 turmas neste período. O banco oferece, também, cursos de Gestão Empresarial e Noções de Contabilidade com vistas à qualificação profissional dessa demanda. O limite de financiamento oferecido pelo FV Sol para pessoa física é de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e para pessoa jurídica de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Outro aspecto inovador de financiamento praticado pelo banco após o período de paralisação foi a qualificação empreendedora, que abrange os cursos de associativismo/cooperativismo, gestão, atendimento ao cliente, responsabilidade social e noções de contabilidade, todos obedecendo aos critérios de seleção da demanda. Conforme Belém (2006), esses cursos já totalizam 3.050 beneficiados, segundo o relatório parcial do ano de 2006 (BELÉM, 2006).

Na continuidade das atividades desenvolvidas pela instituição após paralisação, e segundo o relatório parcial do ano de 2006 (BELÉM, 2006), tem-se a criação de alguns projetos inovadores como o já citado cartão de crédito Ver-o-Sol; o projeto de mielocultura, com 80 empreendedores financiados e que pretende atingir a região das ilhas no ano de 2007; a produção de urucum para 30 famílias em Mosqueiro; a Farmácia Nativa, em Belém, que atinge 150 famílias beneficiadas; e o projeto galinha caipira para 30 famílias na Ilha de Cotijuba.

Como se pôde constatar, a participação das mulheres no programa de desenvolvimento da prefeitura de Belém com o Projeto FV Sol, é grande. A mesma pode ser analisada considerando seu papel socialmente construído em relação à cultura e às famílias dessas mulheres, assim como a conjuntura estrutural em que vivem. Sua participação na luta pelo micro-crédito é muito presente como se pode verificar nos depoimentos levantados durante a pesquisa e apresentados a seguir.

A feira livre do bairro do Telégrafo abriga um expressivo número de mulheres que levantaram financiamento pelo FV Sol. A feira – que em vista parcial se pode ver na Figura 1 – situa-se à Rua Senador Lemos, no bairro do Telegrafo, logradouro esse que apresenta um tráfego intenso de veículos e de pessoas, sendo uma das mais movimentadas de Belém. Nessa feira são inúmeras as mulheres que participaram do programa de micro-crédito, sendo

algumas por conta própria e outras organizadas em grupos associados de cinco ou seis pessoas.



Figura 1: Vista parcial da feira do Telégrafo.
Foto: W. Brasil, 2006.

Essas áreas refletem uma situação bastante específica acerca das mulheres empreendedoras, que se delineou a partir da pesquisa realizada. De fato, tem-se um fluxo mais elevado dessas mulheres em áreas de feiras, inclusive, com atividades não relacionadas a tais empreendimentos, como é o caso de Carmita Amador Lima, 65 anos, cabeleireira, que está estabelecida com salão de beleza próximo à feira livre do Telégrafo, como se vê na Figura 2. Essa forma de implantar um pequeno negócio em pontos de feiras deve-se ao fato do intenso movimento nesses locais, mesmo sendo distante da residência, mas que apresenta vantagens e ganhos em seus rendimentos.



Figura 2: Carmita e o neto em frente ao salão de Beleza Carmem Realce. Foto: W. Brasil, 2006.

Em geral as mulheres entrevistadas trabalham desde a infância. Seja na produção familiar, participando do mercado através da venda de gêneros agrícolas ou da venda do

artesanato, suas trajetórias apontam essa característica. As lembranças das dificuldades desses tempos estão no depoimento de Raquel Campelo Rodrigues, 42 anos, tal como transcrito abaixo:

[...] Trabalho desde os oito anos de idade, sempre na feira, primeiro ajudava minha mãe que também era feirante dos mesmos gêneros e depois ela montou uma barraca para mim. Nesse tempo acordava às três horas da manhã para chegarmos à feira antes das seis. Tinha que arrumar [...], e aí começava a vender. Mas querida, vamos ao que interessa sobre o financiamento! [...] (Entrevista realizada em 16 de agosto de 2006).

Certamente essas lembranças às acompanharão por toda a vida, devido à dureza do cotidiano de trabalho nas feiras. Nas Figuras 3 e 4, tem-se Raquel em meio à atividade de feirante.



Figura 3: Raquel em atividade como vendedora na feira. Foto: W. Brasil, 2006.



Figura 4: Raquel dando o troco em dinheiro a um cliente na feira. Foto: W. Brasil, 2006.

Raquel Campelo Rodrigues é o exemplo emblemático de uma empreendedora bem sucedida que já se beneficiou três vezes do micro-crédito do FV Sol. Sua barraca é das mais movimentadas na feira, chegando a destacar-se das demais não só pelo como, principalmente,

pela velocidade nas vendas e na organização dos produtos. O objeto de armazenamento do dinheiro é simbolizado por um saco plástico amarrado a um esteio, que vai enchendo numa velocidade surpreendente, comprovada pelos vinte minutos de permanência na barraca durante a entrevista, onde não parava de chegar clientes.

A barraca tem variadas espécies de frutas e verduras, regionais ou não, e de todos os necessários condimentos para a cozinha paraense, como jambu (*Wulffia estenoglossa*), tucupi⁷ e pimentas (PIPERACEAS; SALONACEAS). O primeiro financiamento foi obtido no ano de 2001 para capital de giro, assim como os dois subseqüentes retirados em 2002/2003. Todos foram no valor de R\$ 600,00, pagos integralmente no prazo estabelecido pelo agente financiador. Raquel foi uma das financiadas que se associou a outras cinco feirantes, retirando o dinheiro em conjunto. O pagamento foi sempre realizado em prestações de seis vezes e todas cumpriram o acordo porque, caso o contrário, não poderiam retirar uma segunda vez.

Ao ser perguntado se sabia que o banco havia ficado fechado por um ano e meio, Raquel mostrou-se pesarosa, pois os financiamentos foram o meio pelo qual aumentou a quantidade e a diversidade de mercadorias na barraca, tendo hoje a amplitude com que se apresenta. Raquel ainda tem vontade de fazer novo financiamento, mas não é vital no momento, haja vista que seu negócio tem prosperado. Declarou, por isso, que o financiamento foi de fundamental importância para o êxito do seu estabelecimento.

Um ponto comum aos relatos diz respeito à escolha das áreas de feira livre, conforme mencionado, onde as mulheres instalam seus negócios. Zenaide Gomes do Nascimento, 42 anos, é outra entrevistada que se beneficiou do micro-crédito. Tal como no depoimento anterior, sempre trabalhou em feiras, embora nesta esteja a 18 anos. Em 2002 soube do micro-crédito através das companheiras, tendo conseguido retirar um financiamento de R\$ 600,00 reais para capital de giro. Após a quitação integral deste financiamento, retirou, imediatamente, mais dois empréstimos nos mesmos valores, sendo que estes, para terceiros, mas informa que todos foram quitados da mesma forma.

Diferente de Raquel Campelo Rodrigues, Zenaide Nascimento ficou “sabedora” da paralisação do FV Sol declarando que “[...] agora tem outro banco que não é mais o Banco do Povo” (Entrevista realizada em 17 de agosto de 2006). Ela lamentou a paralisação, pois diz que foi por meio do incentivo que conseguiu abastecer melhor sua barraca, de modo que o fechamento foi prejudicial a todas as mulheres que pretendiam retirar financiamentos.

⁷ Tucupi: sumo extraído da folha da mandioca, utilizado no preparo de alimentos (*Manihot utilissima* – ESCULENTA).

Futuramente Raquel pretende recorrer a novos empréstimos. Tal como a entrevistada anterior, esta passou pelos treinamentos necessários que a instituição exigia e teve sua barraca fiscalizada quanto à aplicação dos recursos.

Original do próprio bairro do Telégrafo, Carmita Amador Lima, 65 anos, proprietária do salão de beleza “Carmem Realce”, fornece o depoimento, a seguir:

[...] Eu já trabalhei muito na vida. Mas sempre, a muitos anos, gosto de ser cabeleireira. O pessoal sempre gosta do meu trabalho, mas nunca pude aumentar meu salão por falta de recursos. Quando pude fazer o financiamento, preferi usá-lo para comprar uns materiais de beleza diferentes para revendê-los, do que aumentar o salão. Ele sempre funcionou onde resido porque não preciso pagar pelo ponto. Hoje estou satisfeita com meu salão e as vendas dos produtos adquiridos com o financiamento é outro ganho. Aqui vive cheio, tem muito movimento por causa da feira [...] (Entrevista realizada em 16 de agosto de 2006).

Como se verifica, este depoimento é ilustrativo para oportunidades de mudanças por meio do micro-crédito.

A partir das declarações de Raquel Rodrigues reafirma-se a importância que a política de micro-crédito do Projeto FV Sol representava para as mulheres de baixa renda. Carmita Amador de Lima beneficiou-se do empréstimo em duas oportunidades. A primeira no ano de 2000, onde retirou R\$ 600,00 e quitou-o de seis vezes. A segunda em 2001, retirando R\$ 800,00 que também foi quitada em iguais parcelas, e sempre os usou como mencionou, para aquisição de produtos do seu ramo.

A entrevistada tomou conhecimento acerca da paralisação do banco e já esteve no FV Sol, após sua reabertura para solicitar outro empréstimo. Declarou, no entanto, que “[...] tá muito burocrático lá, disseram que eu tenho que aguardar até chegar minha vez, e que não podem nem me dizer quando será” (Entrevista realizada em 16 de agosto de 2006). Atualmente é necessário que os interessados no empréstimo aguardem o andamento da instituição no sentido de atender a uma demanda que ficou reprimida durante dezoito meses, tempo da paralisação do banco. Com os financiamentos que a entrevistada retirou pode, ainda, fazer cursos de atualização de cabeleireira e financiar a iniciação da filha na mesma atividade.

Márcia Cristina da Silva Ferreira, 36 anos, e feirante do bairro do Telégrafo diferencia-se das entrevistadas anteriores porque se tornou inadimplente perante o banco. Seu financiamento data de 2002, no valor de R\$ 600,00, e foi retirado para atender a solicitação de sua genitora, que pretendia possuir um capital de giro para adquirir confecções para revenda. Márcia Cristina sempre apresentou dificuldades para conseguir o empréstimo porque sua

condição econômica é muito precária, e por conta desse fato o empréstimo demorou a ser aprovado.

O depoimento de Márcia é ilustrativo de uma prática que vem se configurando neste estudo, a qual mostra que as mulheres honram de modo exemplar seu compromisso mutuário e por conta disso ficam abaladas ao se tornarem inadimplentes. A declarante tomada de tristeza mostra seu boleto de pagamento, onde faltam serem pagas duas prestações no valor de R\$ 92,48. Ela o guarda desde o ano de 2002, na esperança de poder quitá-lo. Atualmente, Márcia tem uma barraca na feira que, segundo ela, “não passa disso” porque não tem como adquirir mercadoria, embora sua prática solidária de atender ao pedido da mãe não a entristeça mais do que o fato de ser “devedora do banco”.

Outra entrevistada da pesquisa é Maria Auxiliadora Socorro Guimarães Barroso, que retirou dois empréstimos. Esta entrevistada goza de melhores condições de vida por que já foi funcionária da prefeitura de Belém no governo de Edmilson Brito Rodrigues, sendo despedida por motivos políticos. Hoje mantém uma escola comunitária em sua residência, onde atende dez crianças carentes. É irmã da presidente do Centro Comunitário São Benedito, Sra. Maria Antonia Guimarães, 43 anos, pessoa esta que tem militância petista no bairro e comanda o processo organizativo do partido no local.

O primeiro empréstimo retirado por Maria Auxiliadora foi em 2001, por meio de uma associação de cinco pessoas que quitaram seus débitos. Esse empréstimo foi para capital de giro para uma pequena loja de confecções de bonés, no valor declarado de R\$ 600,00 reais. O segundo em 2002, feito para montar uma barraca na feira do bairro, mas não teve êxito porque a feira foi praticamente desativada por motivos políticos, após a saída de Edmilson Brito Rodrigues da prefeitura de Belém, no final do ano de 2003.

A entrevistada tem uma compreensão mais apurada dos fatos e declara que o encerramento temporário das atividades do Projeto FV Sol só tem prejudicado as pessoas mais carentes na seqüência de seus projetos. Sempre que esteve participando dos financiamentos do antigo Banco do Povo, submeteu-se a treinamentos e visitas dos funcionários do banco para o bom andamento das suas atividades. Assim como outras entrevistadas, Auxiliadora declarou que o empréstimo retirado mudou sua vida para melhor, permitindo a sobrevivência da família quando foi demitida da prefeitura.

As entrevistas realizadas garantiram uma rica observação sobre a realidade dessas pessoas que tiveram, de alguma forma, suas atividades empreendedoras de geração de renda

financiadas pelo projeto de micro-crédito FV Sol. Esses depoimentos, que deslocam o eixo de análise porque considera apenas mulheres se torna, inclusive, uma questão metodológica. Precisamente, isso ocorre à medida que cria a possibilidade de uma nova argumentação sobre a problemática mulher e geração de renda. Nestes termos, parte-se da interpretação de que as mulheres desatrelam-se da dependência masculina para iniciar seus empreendimentos, prática essa que era tradicionalmente exercida pelos homens, não importando se tem ou não anuência masculina.

Um fenômeno considerável que se acelerou nas últimas décadas foi o da ascensão profissional das mulheres. Num mundo que reservava aos homens as funções dominantes, as mulheres passaram a desconstruir as fronteiras das desigualdades com o aumento da escolaridade e a conseqüente inserção no mercado de trabalho. Na Amazônia brasileira, pode-se destacar o lugar da mulher no processo de desenvolvimento da região embora, o descaso por parte das políticas públicas pouco privilegie seus interesses. Esta realidade é parte do retrato das “novas fronteiras” conquistadas pelas mulheres de baixa renda de Belém, como tenta mostrar esta pesquisa.

Do ponto de vista dos levantamentos feitos nos espaços do projeto FV Sol pôde-se analisar o “outro lado” da questão, ou seja, o lado institucional dessa política pública com vistas à apreensão e explicação do projeto, numa tentativa de compreender os diversos ângulos do processo. Partindo destas preocupações, procurou-se construir um modelo de análise da política de geração de renda das mulheres incentivadas pelo FV Sol, que dimensionassem os variados aspectos do projeto em sua complexidade. Desse modo, discute-se na Tabela 5 todos os indicativos do FV Sol desde o ano de 1998 até 2005, na gestão de Edmilson Brito Rodrigues.

TABELA 5

Tabela 5: Demonstrativo sobre o Projeto FV Sol (1998-2004) na gestão de Edmilson Brito Rodrigues

Fonte: Belém, PMB, 2006

Ano Operações	Por sexo		Por tipo de empreendimento		Por ramo de atividades			Finalidade de crédito			Montante emprestado R\$
	MAS	FEM	FORMAL	INFORMAL	PROD.	COMERC.	SERVIÇO	CAPITAL FIXO	CAPITAL DE GIRO	CAPITAL MISTO	
1998	46	58	–	104	–	95	9	41	63	–	76.660,49
1999	738	667	8	1.397	–	1.193	212	494	911	–	1.941.018,00
2000	1.326	1.285	10	2.601	–	2.313	298	831	1.780	–	3.162.405,25
2001	1.609	1.517	3	3.123	–	2.693	433	909	2.201	–	3.729.517,79
2002	1.681	1.566	9	3.238	468	2.381	398	547	2.532	168	4.113.002,10
2003	1.990	2.447	11	4.426	836	2.713	888	1.062	3.077	298	6.452.210,98
2004	2.481	2.585	–	5.066	925	3.693	448	955	4.091	20	5.407.084,46
Acumulado 1998/2004	9.871	10.125	41	19.955	2.229	15.081	2.686	4.879	14.655	486	24.881.899,19

No ano de 1998 não houve renovação de crédito. Foram criados 27 novos empregos; mantidos 291 e formados 954 indiretos, num total de 1.272 empregos. No exercício de 1999 constata-se uma grande expansão nas operações de crédito em termos quantitativos, conforme demonstra a Tabela 5. Foram realizadas 114 renovações de crédito, 379 novos empregos gerados, 2.180, mantidos e 7.667 indiretos, totalizando 10.236 empregos.

Em comparação ao exercício anterior, no ano de 2000, têm-se nova expansão de crédito onde foram realizadas 2.611 operações. Têm-se, ainda, 765 renovações de crédito para geração de 1.016 novos empregos, mantendo-se 4.423 deles e conservando-se 16.317 indiretos, num total de 21.756 empregos. Para o exercício de 2001 foram gerados 1.044 novos empregos e mantidos 2.941 e 11.955 indiretos, num total de 15.940 empregos.

No exercício de 2002 realizou-se 1.446 renovações de crédito e foram gerados mais 1.862 novos empregos e mantidos 4.943. Foram, então, criados 20.415 empregos indiretos, num total de 27.220 novos postos de trabalho. Para o exercício de 2003 foram realizadas 2.828 renovações de crédito, gerados 2.597 novos empregos, 3.933 mantiveram-se e 19.594 são os indiretos, totalizando 26.124 empregos criados pelo projeto FV Sol.

O exercício de 2004 mostra que foram realizadas 1.620 renovações de crédito, gerados 6.778 novos empregos, com 3.317 indiretos, mantidos 5.031, perfazendo um total de 15.126 empregos. No período acumulado de 1998 a 2004, tem-se 4.876 operações para renovação de crédito, num percentual de 38,34%. O total de empregos gerados foi de 4.328, e mantidos 17.325. O período proporcionou 68.844 empregos indiretos, perfazendo um total geral de 90.497.

Observou-se que há um eixo importante de luta evidenciado na grande acolhida por parte das mulheres ao projeto, à medida que o percentual de empréstimos do banco vem sendo superado por elas. Pode-se observar, nos quadros abaixo, os projetos das principais atividades laborais e os indicadores de resultados dos financiamentos desenvolvidos pelo projeto FV Sol, segundo o relatório parcial do ano de 2006 (junho a dezembro).

Empreendedores c/ Cartão de Crédito (Parceria Banpará)	336 Empreendedores
Inclusão digital (Parceria Faculdade Ideal)	5.396 Empreendedores
Meliponicultura (mel)	80 Empreendedores
Produção de urucum	30 Famílias Mosqueiro
Farmácia nativa	150 Beneficiados
Galinha caipira	30 Fam. Cotijuba/ Mosq
Crédito	1.196 Empreendedores
Total: 7.218 Beneficiados	

Quadro 3: Projetos financiados. Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

No demonstrativo acima, verifica-se um conjunto de novas atividades implantadas pelo banco, com destaque para o Cartão de Crédito Ver-o-Sol, que possui razoável abrangência nos estabelecimentos da Praça de Belém, segundo listagem fornecida pelo FV Sol. O cartão é retirado pelo empreendedor na instituição após a liberação do valor emprestado. Nota-se, também, o projeto chegando a Mosqueiro e Cotijuba de um modo mais efetivo, com incentivos para a plantação, de Urucum e criação de galinha caipira. Todavia, o total de novos beneficiados não contém o percentual por sexo dificultando esse dado para a pesquisa.

Reunião para o Micro-crédito	1.848 Empreendedores
Curso de Gestão Empreendedora	300 Empreendedores
Curso de Atendimento ao Cliente	254 Empreendedores
Curso Associativismo/Cooperativismo	203 Empreendedores
Noções de Contabilidade	250 Empreendedores
Responsabilidade Social	195 Empreendedores
Total: 3.050 Beneficiados	

Quadro 4: Qualificação empreendedora. Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

O Quadro 4 apresenta o processo para a qualificação empreendedora que a instituição oferece aos seus clientes. A reunião de micro-crédito é datada da criação do banco e tem por finalidade o treinamento e posterior fiscalização da aplicação dos recursos. Outros cursos, como por exemplo, noções de contabilidade e responsabilidade social, fazem parte das novas estratégias implantadas pela atual gestão municipal.

Tabela 6: Principais atividades dos participantes do micro-crédito

Atividades	Quantidade	%
Confecções	192	13,49
Mercearia	122	8,57
Hortifrutigranjeiro	117	8,22
Venda de Refeição	108	7,59
Industrializados	67	4,71
Total	606	42,59

Fonte: Belém, PMB, 2006.

A Tabela 6, acima, diz respeito ao período de junho a dezembro de 2006, e a mesmo aponta somente as principais atividades financiadas pelo banco, não constando da análise outras modalidades de financiamento, haja vista, que o total de empreendedores tomadores de crédito no período foi de 1.196 pessoas, e a tabela enfatiza somente 42,59% desse total, ou seja, 606 pessoas.

Por todo o ano de 2005 e até maio de 2006, o banco sofreu um processo de paralisação determinado pela nova administração do prefeito Duciomar Costa. Segundo informação prestada pelo diretor de crédito da instituição, Sr. Adilton Luiz Coutinho de Mesquita, durante entrevista realizada em 15 de fevereiro de 2007, nas dependências do projeto FV Sol, situado a Avenida Cipriano Santos 40, São Brás, Belém, a paralisação se fez necessária por conta “das péssimas condições com que receberam a instituição”. De acordo com suas declarações, o sistema de informática do banco estava “apagado”, inviabilizando o desempenho administrativo dos funcionários. Seria necessário que todos passassem por cursos de capacitação de análises financeiras e de crédito, com vistas a maiores resultados nas operações.

O número de funcionários na carteira de crédito do banco na administração do anterior prefeito, Edmilson de Brito Rodrigues, era de 22 funcionários e, segundo o Sr.

Adilton, esse número ficou reduzido para seis agentes de crédito que tem apresentado melhores resultados após os cursos de capacitação. Seria necessário, ainda, que fosse efetuado o resgate da inadimplência, que era da ordem de 6 milhões de reais deixado pela gestão passada e recuperar todo o sistema de informática do banco. Informou, na seqüência, que naquela data, já haviam recuperado cerca de três milhões de reais dos inadimplentes. Outro ponto destacado pelo diretor de crédito referiu-se à aquisição de novo e moderno sistema de informática, porquanto o anterior encontrava-se obsoleto. Também se fez a compra de móveis que iriam garantir maior conforto aos usuários.

5.2 O ANO DE 2006 NO PROJETO FV SOL

A análise dos dados levantados no projeto FV Sol durante as visitas ao estabelecimento permite a construção dos indicadores que se seguem, concentrando-se no período de maio a dezembro de 2006, à medida que o ano de 2007 ainda não permite resultados parciais do período e os demonstrativos anteriores encontram-se expostos neste trabalho. Isso demonstra que, na trajetória total da instituição, a atual administração municipal teve somente o período de maio a dezembro de 2006 para apresentar seus resultados, a partir das mudanças promovidas no projeto que justificaram sua paralisação por um período de dezessete meses. Convém ressaltar que a administração municipal em vigor abrange o quadriênio 2004/2008.

Tabela 7: Número de operações por sexo dos empreendedores

Nº Operações	Masculino	%	Feminino	%
1.196	562	46,99	634	53,01

Fonte: Belém, PMB, 2006.

Tabela 8: Número de operações por tipo de empreendimento

Nº Operações	Formal	%	Informal	%
1.196	02	0,17	1.194	99,83

Fonte: Belém, PMB, 2006.

Tabela 9: Número de operações por ramo de atividade

Nº Operações	Produção	%	Comércio	%	Serviços	%
1.196	60	5,02	1.040	86,96	96	8,03

Fonte: Belém, PMB, 2006.

Tabela 10: Número de operações por finalidade de crédito

Nº Operações	Capital Fixo	%	Capital Giro	%	Capital Misto	%
1.196	126	10,54	1.048	87,63	22	1,84

Fonte: Belém, PMB, 2006.

Tabela 11: Número de operações por valor financiado

Nº Operações	Valor Financiado
1.196	1.396.071,63

Fonte: Belém, PMB, 2006.

Tabela 12: Número de operações por geração de emprego

Nº Operações	Gerados	Mantidos	Indiretos	Total
1.196	718	478	3.588	4.784

Fonte: Belém, PMB, 2006.

Tabela 13: Tipos de crédito.

Crédito	Nº Empreendedores	Valor	%
Fundo de Aval	48	84.722,00	6,07
Convênio	786	623.500,00	44,66
Empreendedores	362	687.849,63	49,27
Total	1.196	1.396.071,63	100

Fonte: Belém, PMB, 2006.

Tabela 14: Inadimplência acumulado até dezembro de 2006

Nº Empreendedores	142	(11,87%)
Valor	39.943,00	(2,86%)

Fonte: Belém, PMB, 2006.

Como se pode verificar, conforme exposto nas tabelas acima, dois aspectos apresentam relevância nas análises: o primeiro diz respeito ao crescimento da inadimplência em 2006, que saiu de patamares em torno de 4% ao mês para 11% no número de financiamentos e de 2,86% referentes ao montante emprestado. O segundo aspecto refere-se ao aumento da tendência de cooperativados e conveniados a buscarem esse modo de empréstimo, conforme demonstra a tabela 13. Essa prática aponta para a formação de possíveis elos de confiança entre os tomadores de financiamento, podendo-se dizer que essa prática vem contribuir para o fortalecimento do capital humano e social dos agentes locais.

Todavia, em relação ao Fórum de Empreendedores Populares e aos Fóruns de Desenvolvimento Local e Solidário que existiam na gestão passada, e que funcionavam no sentido de estimular a organização sócio-econômica e política dos empreendedores para incentivar rodadas de negócios em feiras livres, constata-se que desapareceram das metas do projeto FV Sol, pelo menos nesses primeiros momentos de re-início das funções do órgão. É de lamentar-se, pois era um exemplo da força do empreendedorismo popular-solidário na capital paraense.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do processo de geração de renda para mulheres em Belém mostra-se amplo e complexo. Quando se iniciou a pesquisa, já se tinha uma série de informações objetivas, resultado de observações sistematizadas em pesquisas anteriormente desenvolvidas e de leituras e discussões com outras fontes, sempre sob a ótica de gênero. Contudo, a oportunidade de uma pesquisa de campo que proporcionasse um contato direto com as mulheres mostrou-se pertinente à medida que permitiu observar uma série de fatos expressivos relacionados às atitudes e às expectativas que a mulher tem em relação ao processo de geração de renda, à sociedade em que vive e ao seu papel político comunitário e a sua família.

Reconhecendo a necessidade de trazer novos elementos que aprofundassem a questão do processo de geração de renda para mulheres em Belém, escolheu-se, dentro de um estudo de caso, entrevistar mulheres feirantes financiadas pelo Projeto Fundo Ver-o-Sol, da prefeitura municipal de Belém. A partir dos discursos reveladores de suas trajetórias foi possível ampliar a compreensão de determinados aspectos da problemática em que estavam invisíveis até então. Na verdade possibilitou formular uma discussão acerca da qualidade das políticas sociais municipais, assim como, se foram dessas políticas as responsabilidades sobre o modo exitoso dos benefícios auferidos pelas mulheres do projeto.

Após uma revisão bibliográfica pertinente, conseguiu-se caracterizar as áreas pesquisadas, assim como um conjunto de dados sobre as feiras livres de Belém, desde o surgimento até a evolução nos dias atuais, conforme material coletado, embora tenha ficado a desejar no que diz respeito a algumas das feiras por estrita carência de informações sistematizadas. Tais levantamentos contribuíram para a formação de parâmetros espaciais dos locais das feiras livres, principalmente daquelas que ocupam esses espaços a muitas décadas e até séculos, como é o caso da feira livre do Ver-o-Peso, ou da feira de São Brás e, também, por se tratar de informações pouco acessíveis ou que sofreram importantes transformações nas últimas décadas.

Iniciou-se a pesquisa com a aplicação dos questionários onde, além das perguntas abertas, registraram-se fatos paralelos que foram considerados dignos de análises como, por exemplo, a trajetória de vida pessoal das entrevistadas e alguns outros aspectos menos explícitos, porém importantes da realidade que as envolve. Registros esses que permitiram formar um perfil familiar de cada mulher. Tais informações podem, posteriormente, servir como ponto de referência para diferentes segmentos com projetos voltados para a mulher, que

orientem a ação para medidas mais realistas e que correspondam às expectativas concretas dessa população.

De certa forma foi surpresa verificar que, na população pesquisada, poucas foram as mulheres descontentes com sua situação econômica no mercado em que atuam, ou mesmo que pretendessem mudar de ramo. Por outro lado, pareceram muito seguras quanto a posição que ocupam na família, seja como mantenedoras do lar ou como dependentes de companheiro. É de ser ressaltado seu engajamento político nas lutas por melhores condições de trabalho por meio de acentuada participação cooperativa. Muitas são aquelas, ao invés de aqueles, “presidentas” das associações de feirantes de Belém.

Na contextualização das variáveis sócio-econômicas, poucas foram as mulheres que não possuem casa própria, que tenham mais do que três filhos, ou que não se declarem pertencer a classe média, conforme discutido. A metade das entrevistadas recebe entre dois e cinco salários mínimos, o que lhes facultaria usufruir de bens de consumo pouco observado em outras categorias. Quando se analisou o nível de escolaridade, percebe-se que este avançou, mas não é a mola propulsora de sua trajetória, porquanto o desempenho profissional é que ocupa o lugar de destaque, embora declarem a importância do ensino/aprendizagem. É notável, ainda, a determinação por atividades que lhes proporcione renda para alcançarem o patamar desejado.

A mulher feirante incentivada pelo projeto FV Sol é representada por um grande contingente de trabalhadoras nas feiras livres. Esse aspecto provocou a revisão de conceitos e até a mudança de modelos anteriores de desenvolvimento que beneficiavam os homens, os quais eram em número expressivo nesses locais. A prefeitura tem um papel importante de articuladora e gestora desse processo à medida que proporciona linhas de crédito especiais para a mulher feirante, conforme discutido. Desse modo, ela abre espaço para o crescimento do número de mulheres em processo de geração de renda, formula e acompanha as políticas públicas mais abrangentes na contemporaneidade, que passam não somente pelo reconhecimento do direito dessa população pelo acesso a essas políticas, mas, também, pela melhoria da sua qualidade de vida.

Encontrou-se nas mulheres da pesquisa discursos enfáticos quanto ao papel que desempenham na atividade laboral. Entretanto, de uma maneira muito especial, percebeu-se uma re-elaboração de seus conceitos familiares e maternos. A mudança fundamental nesse repensar está centrada no que diz respeito a pouca submissão ao companheiro e ao número de filhos. Esse quadro pode indicar que os discursos patriarcais começam a ser, senão ignorados, pelo menos repensados por uma população que tem forte relação com outros

modelos de organização que visam direitos e alternativas, porque organizados em contexto de gênero buscam a produção de renda que a mova rumo ao futuro.

Esta mudança está ocorrendo, inclusive, nas políticas propostas para trabalhar a questão da sustentabilidade. Os levantamentos mencionados na pesquisa mostraram que o projeto FV Sol pode atribuir parte de seu êxito ao desempenho das mulheres em geral, e especificamente às mulheres feirantes organizadas politicamente e com efetiva participação cooperativa. São elas sabedoras de práticas sustentáveis dentro do ofício que cada uma desempenha, e que são fundamentais quando se discute e considera o futuro. O que mais sobressai é a capacidade de organização de tarefas que conciliam atividades laborais, que podem se alongar por longas horas, atividades maternas, familiares e de lazer.

Paralelamente a essa prática cultural, que certamente move as mulheres rumo ao futuro, constata-se segundo Simonian (2001, pg. 62), que “[...] nem na Amazônia, nem em diferentes partes do mundo elas sozinhas poderão fazer a revolução cultural que o século atual exige”. Desse modo, a pesquisa identificou como relevante e fundamental a política institucional social do FV Sol que promoveu e ampliou as relações de gênero permitindo a eficácia social do programa de geração de renda para mulheres e que nitidamente contribuiu para que houvesse mudanças em vários aspectos no *modus vivendi* das entrevistadas pela pesquisa e atendidas por essa política municipal. É claro que a participação associativista e organizativa das mulheres proporcionam maior eficácia no êxito do projeto, do ponto de vista de facilitar uma grande diversidade de soluções que agilizam a liberação dos financiamentos.

Apesar das limitações do projeto, a pesquisa percebeu que as mulheres beneficiadas passaram a desfrutar de melhores condições de vida, com o aumento da auto-estima que ampliou a perspectiva de crescimento profissional com a valorização da atividade econômica uma vez que passaram a se sentirem incluídas pela política municipal e assim, expandir sua base de consumo e bem estar conforme demonstrado. A estabilidade da mulher feirante passa, a partir do incremento dos recursos do FV Sol, a se realizar de modo mais concreto visto a dificuldade da economia local e o desemprego, que não pode se reverter em curto prazo.

É importante destacar que o projeto FV Sol é relativamente recente muito embora esse fato não dificulte a análise de sua eficiência porque com as observações continuadas da pesquisa, elas foram capazes de formular um perfil da instituição. O que se tem de disponível já permite retratar os avanços e limitações que o projeto apresenta. A necessidade de adequar a gestão técnica e administrativa às novas realidades com a manutenção dos fóruns de discussões e de outros canais que aperfeiçoem uma capacitação contínua, parece ser uma

necessidade no processo de execução do projeto, visto que poderão contribuir para expandir o acesso diferenciado ao micro-crédito ou reduzir possíveis limitações que o projeto apresente.

A ampliação do FV Sol implica envolvimento nos processos de planejamento, participação e gestão. Isso pode ser possível com a existência de gestão do projeto que garanta maior participação de movimentos sociais e associações ou mesmo de setores da sociedade civil que atuem nesse segmento e das próprias beneficiadas. Em particular deve-se ressaltar que o projeto absteve-se da idéia paternalista que permeia a cultura brasileira quando incluiu em sua atuação o crédito diferenciado à mulher de baixa renda fato este que veio a contribuir no êxito do projeto. Assim, provavelmente, o aperfeiçoamento da gestão do projeto pode reforçar a inclusão social de setores invisíveis da sociedade que, a partir desse incentivo possam se desenvolver por si mesmos.

Pode-se dizer como conclusão que o projeto FV Sol, permite constatar a importância do acesso ao micro-crédito para a criação ou continuidade de pequenos negócios e apoio a projetos produtivos para o seguimento feminino da população. Embora o constante modo aguerrido e permanente com que as mulheres buscam a sobrevivência, a ação da política municipal em formular projetos a partir da perspectiva de gênero veio contribuir para modificar o padrão de desigualdades entre homens e mulheres, o qual tem permanecido profundamente arraigado na sociedade brasileira. Tal experiência permitiu constatar a importância do papel institucional desempenhado pela PMB na construção dessas políticas em particular quando se tem como objetivo ordenar o acesso ao micro-crédito, aspecto fundamental na construção da cidadania da mulher.

Do ponto de vista qualitativo, a situação das mulheres inseridas no projeto FV Sol é bastante favorável, à medida que uma significativa parcela desse segmento mostra desempenho muito proveitoso e grau de satisfação elevado. Assim é que, para todos os anos analisados, o percentual de aceitação do projeto para as políticas diferenciadas que beneficiam a as mulheres alcança 87% do total das entrevistadas. A precariedade por que passam algumas mulheres do projeto deixou claro que no decorrer da necessidade da mulher em conciliar tarefas socialmente a ela atribuída, e não por implicações decorrentes do mau gerenciamento dos recursos do financiamento, o que atesta a baixa inadimplência do projeto.

Diante de um cenário de visíveis desigualdades por que passam as mulheres da Amazônia, chega a ser contraditório deparar-se com uma categoria de trabalhadoras em que o grau de satisfação com a realidade é elevado. Nesse sentido, coloca-se como da maior importância a incorporação dos aspectos sociais e econômicos praticados dentro da política do projeto FV Sol, no sentido de contribuir na formulação de estratégias de gênero e

desenvolvimento. Por conseguinte, a relação mulher, gênero e desenvolvimento pode contribuir para a superação de problemas locais como aqueles aqui discutidos que, no entanto, pedem ações integradas nos diversos níveis dessa relação e com todos os agente envolvidos.

O estímulo para trabalhar a temática aqui exposta está relacionado com a constatação, após análises, de que as intervenções públicas locais e as atitudes isoladas dos agentes sociais produzem impactos limitados. Os avanços do conhecimento nas questões do desenvolvimento e das políticas públicas exigem a participação não somente das entidades públicas como, também, da sociedade civil e demais agentes sociais na busca de caminhos para se encontrar o que vem sendo denominado de desenvolvimento sustentável. Assim sendo, esse desenvolvimento, se torna uma construção conjunta de esforços de promoção do crescimento econômico com a distribuição equitativa dos benefícios desse crescimento.

REFERÊNCIAS

- ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- ÁLVARES, Maria Lúcia M. As Mulheres da Baía do Sol/Mosqueiro: de donas de casa a pescadoras. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisas*. Belém: UFPA, 2001. p.197-215.
- ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 8-20, fev. 2003.
- ARROYO, João Cláudio. *Porque o Banco do Povo da Prefeitura de Belém é uma das 20 melhores políticas públicas do Brasil* - Documento de referência sobre o Banco do Povo. 1998. Disponível em: <www.bancodopovodebelem.com.br>. Acesso em: 18. ago. 2004a.
- _____. Solidariedade e Sucesso: a experiência do Banco do Povo de Belém. In: BANCO do Povo: Relatório Operacional Consolidado. 2. ed. Belém: Prefeitura Municipal de Belém. 2004b.
- BARROSO, Carmem. A mulher, o planejamento familiar e a administração municipal. In: MULHER e Políticas públicas. Rio de Janeiro: Instituto brasileiro de administração municipal; Núcleo de Estudos sobre a mulher 1991.
- BELÉM. Câmara Municipal. Lei Orgânica do Município de Belém, de 30 de março de 1990. Disponível em:<<http://www.segundooficio.com.br/organicabel.htm>>. Acesso em: 23 set. 2006.
- BELÉM. Prefeitura Municipal. Decreto-lei n. 32.516, de 30 de Abril de 1998. Regulamenta o Fundo Municipal para Geração de Emprego e Renda – Ver-o-Sol e da outras providências. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém, n. 8.635, caderno 2, de 11 de maio de 1998.
- BELÉM. Prefeitura Municipal. *Relatório operacional consolidado do Projeto Fundo Ver-o-Sol*, 2006.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In. BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 42-62.
- BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução n. 196/96*. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/res19696.htm>>. Acesso em: 23 set. 2006.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. *Políticas para a Mulher*. Brasília, DF: Centro Gráfico Federal, 2002.

- BRASIL, Walena. *Políticas públicas para as mulheres em Belém do Pará: produção de renda, avanços e limites*. 2004. 64 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Sustentável de Áreas Amazônicas) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.
- BRASIL, Walena. Políticas Públicas de geração de renda em Belém do Pará. In: CASTRO, Edna *et all* (Org.). *Atores sociais, trabalho e dinâmicas territoriais*. Belém: NAEA/UFGPA, 2007.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro. In: MARUANI, Margareth; HIRATA, Helena (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.
- CARDOSO, M. L. A. *Ideologia do Desenvolvimento: Brasil, JK-JQ*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- CARDOSO, Denise Machado. O processo decisório de políticas públicas para o desenvolvimento local: rio Arraiolos - Almeirim/Pará. Tese (Doutorado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- CARDOSO, Ruth C. L. A Aventura de Antropólogos em campo ou como escapar das Armadilhas do Método. In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). *A Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-104.
- CARVALHO, José Murilo de. *Interesses Contra a Cidadania*. São Paulo: Cultura Editores Associados. 1992.
- CASTEL, Robert. A escolha do Estado social. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 2, n. 3 jan./jun. 2000
- CASTRO, Edna Ramos de; COELHO, Maria Célia Nunes. Política e gestão pública como campo de pesquisa, à guisa de posfácio. In: CASTRO Edna Ramos de *et all* (Org.). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: Cejup; UFGPA; NAEA, 2001. p. 25-31.
- COELHO, M. F. P. O Gosto pela política. In: ARAÚJO, Caetano Ernesto Pereira *et all* (Org.). *Política e Valores*. Brasília, DF: UnB, 2000 p. 61-86.
- COSTA, Maria José Jackson (Org.) *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: UFGPA, 2001.
- CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: UFGPA, 1973. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo; 1)
- DOWBOR, Ladislau. *Introdução ao Planejamento Municipal*. Brasiliense: São Paulo, 1987. p. 27-28.
- _____. *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes 1998, p. 54-60.

DOUROGEANNI, M. J. Antigos e novos efeitos do desenvolvimento na Amazônia: existem mudanças? Há esperanças para o Desenvolvimento Sustentável? In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMAZÔNIA 21: UMA AGENDA PARA UM MUNDO SUSTENTÁVEL, 1993. *Anais...* Belém: Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Coordenação da Amazônia, 1993. p. 95-123.

DRAIBES, Sônia Mirian. O Walfere States no Brasil: características e perspectivas. In: DRAIBES, Sônia Mirian. *Ciências Sociais hoje*. São Paulo: Vertical; Ampocs, 1989.

DURHAN, Eunice R. A Pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth. (Org.). *A Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-112.

FENZL, Norbert. *Desenvolvimento Sustentável e a Amazônia 21: um desafio para os municípios da Amazônia*. Belém, 2001. Disponível em: <<http://www.agenda21.org.htm>>. Acesso em: 20 out. 2004.

FERREIRA, Leila Costa. Sustentabilidade e democracia no poder local. *Revista Ambiente e Sociedade*, v.1, n. 12, p. 15, 1998.

FERREIRA, Mary. Mulher, gênero e políticas públicas. (Org.). São Luís: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas da Mulher, Cidadania e Relações de Gênero; UFMA; Redor, 1999.

FRANCO, Augusto de. *Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável*. Brasília, DF: Instituto de Política Millenium, 2000.

FICHER, Tânia. (Org). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos de avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade; PDGS, 2002. p.12 – 32.

GOETZ, Anne Marie; MILLER, Carol; RAZAVI, Shakra. Mainstreaming Gender Issues: The Capacity of Development Institutions. *Gender, technology and development*, v. 3, n. 2, p. 279-286, May. 1999.

GUIMARÃES, Roberto. Modernidade meio Ambiente e Ética. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMAZÔNIA 21: UMA AGENDA PARA UM MUNDO SUSTENTÁVEL, 1993. *Anais...* Belém: Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Coordenação da Amazônia, 1993. p. 23-54.

IANNI, Otávio. *Sociologia da sociologia latino-americana*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção Perspectivas do Homem; 83).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2000*. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. 2006.

_____. *IBGE Cidades*. Brasília, DF. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidades>. Acesso em 13 mar. 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil*. Brasília, DF, 1996.

JORNAL O Liberal, Belém, 08 mar. 2007. Caderno especial Dia da Mulher.

JORNAL O Liberal, Belém, 14 mar. 2004. Caderno Atualidades. p. 3.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEFEBVRE, H. Os Movimentos do Pensamento. In: LEFEBVRE, H. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1975. p. 90-130.

MANESCHY, Maria Cristina. Múltiplas atividades femininas nas estratégias de reprodução social na Amazônia. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: UFPA, 2001, p.165-194.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARUANI, Margareth; HIRATA, Helena. (Org.) *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.

MARX, Karl. *El capital*. México: Fondo de Cultura Económica, 1946. v. 1.

MATHIS, Armin. Reflexões sobre a reforma do Estado na Amazônia. In: COELHO, Maria Célia Nunes *et all* (Org.). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: Cejup; UFPA; NAEA, 2001. p. 104-129.

MATTA, Roberto da. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 58-72.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec; Abrasco, 1994.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Um novo modelo de desenvolvimento é possível (I) (II). *Jornal Diário do Pará*, Belém, 10 abr. 2007. Caderno atualidades.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia Delegativa? *Novos estudos*, v.1, n. 23, p. 27-31, 1991.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1. p. 27-45, 1996.

PARÁ. *Registro dos ofícios da presidência da província de 1839*. Belém. (Arquivo Público do Pará).

PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém do Pará: estudo de geografia urbana*. Belém: UFPA, 1968. (Coleção Amazônica José Veríssimo; 2).

PINHO, José Antônio Gomes de. Gestão pública em busca da cidadania. *Caderno gestão pública e cidadania*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 22-33, 2003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília, DF, 1996.

PROPOSTA: revista trimestral de debates da Fase, São Paulo, n. 84, p. 12, mar./ago. 2001.

PUTNAN, Robert. *Comunidade e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 85-153.

RAMOS, Jucelim G. Belchior. *A reprodução social da mulher no contexto da relação conjugal violenta na cidade de Manaus*. Recife: Bagaço. 2003.

RELATÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE BELÉM, apresentado pelo Intendente Senador Antonio Lemos. Sessão de 15 de Novembro de 1902. Belém. (Arquivo Público do Pará).

REIS, Fábio Wanderley. Notas Sobre a Reforma do Estado. *Revista do Serviço Público*, São Paulo. v. 118, p. 14, 1994.

RESTON, Jamil. O município: uma instituição de todos nós. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro, 1991.

ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (Org.). *O mundo hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. v. 31.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos Santos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

SANTOS, Alexandre C. de A. Descentralização acelerada e caminhos para a autonomia municipal. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos, Naturais e da Amazônia Legal. *Agenda 21*. Rio de Janeiro, 1997. p. 55-75. Disponível em: <<http://www.agenda.21.org.htm>>. Acesso em: 20 set. 2004.

SENGE, P. M. *A quinta disciplina*. 9. ed. São Paulo: Best Seller, 1990.

SERRUYA, Suzanne. *Mulheres esterilizadas: submissão e desejo*. Belém. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1993.

SIMONIAN, Ligia T. L. *Mulheres enquanto políticas: desafios, possibilidades e experiências entre as indígenas*. Belém, 2007a. *Unpublished paper*.

_____. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. *Bol. do Mus. Par. Emílio Goeldi: Sér. Ciências Humanas*, Belém, v. 1., n. 2, p. 119-134, maio/ago. 2005.

_____. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: UFPA; NAEA, 2001.

SIMONIAN, Ligia T. L.; PANTOJA, Ana Lidia N. Economia familiar intergeracional a partir das mulheres negras do Ver-o-Peso de Belém do Pará. In: SIMONIAN, Ligia T. L. (Org). *Belém do Pará: história, cultura e sociedade*. Belém: NAEA, 2007b. No prelo.

SOLA, L. Reformas do estado para qual democracia? O lugar da política. In: PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 23-65.

SORJ, B. *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 11-35. (As Sete Faces da Sociedade Brasileira).

TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. *Mulher e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TILLY, Louise A. Paths of proletarianization: organization of production, sexual division of labor, and women's collective action. In: LEACOCK, Eleanor; SAFA, Elen I. (Ed.). *Womens' Work: development and the division of labor by gender*. New York: Begin & Garvey Publishers, 1986. p. 25-40.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. Comissão de Ética. Disponível em: <<http://www.agenda.org.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2006.

VIEZZER, Moema. *O problema não está na mulher*. São Paulo: Cortez, 1989. (Série 3 Mulher Tempo; 2).

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO – Instrumento de coleta de dados**QUESTIONÁRIO****I – IDENTIFICAÇÃO:**

1.1 NOME _____

1.2 IDADE: _____

1.3 ESTADO CIVIL: _____

1.4 NÚMERO DE FILHOS _____

1.5 NATURALIDADE _____

1.6 ENDEREÇO _____

II – CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS:

2.1 Classe social na qual você se enquadra:

- a) Média (.....)
- b) Baixa (.....)
- c) Pobre (.....)

2.2 Renda Pessoal:

- a) Menos de 01 salário mínimo (....)
- b) 01 salário mínimo (.....)
- c) Mais de 02 e até 05 salários mínimos (.....)
- d) Mais de 05 salários mínimos (.....)

2.3 Quantas pessoas residem em sua casa?

- a) Companheiro (....)
- b) Filhos (....)
- c) Netos (....)
- d) Outros (....)

2.4 Estas pessoas contribuem para formar a renda familiar?

Pensão () Quanto? _____

Aposentadoria (....) Quanto? _____

Outras pessoas _____

III – QUANTO À ESCOLARIDADE

3.1

- a) Analfabeta (.....)
- b) Fundamental incompleto (.....)
- c) Fundamental completo (.....)
- d) Médio incompleto (.....)
- e) Médio completo (.....)
- f) Superior incompleto (.....)
- g) Superior completo (.....)
- h) Outros (....)

IV – QUANTO À SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

4.1 Como você avalia o mercado de trabalho para a sua atividade?

- a) Está reprimido (....) (Dificuldades)
- b) Está momentaneamente reprimido (....)
- c) É limitado (....)
- d) Está em expansão (....)
- e) Está superado (.....)

4.2 Como era sua atividade profissional antes do financiamento?

- a) Não existia (.....)
- b) Existia precariamente (.....)
- c) Melhorou pouco após o financiamento (.....)
- d) Melhorou muito após o financiamento (.....)
- e) Não melhorou (.....)

4.3 Conhece os princípios da economia popular - solidária?

Como foi informada?

4.4 Como você avalia o Banco do Povo (Projeto Fundo Ver-o-Sol)?

- a) Atualizado e burocrático (.....)
- b) Atualizado e pouco burocrático (.....)
- c) Desatualizado (.....)
- d) Desatualizado e burocrático (.....)
- e) Bom (....), Muito Bom (....), Ótimo (....)

4.5 Como você conheceu o Banco do Povo?

- a) Amigos (....)
- b) Parentes (.....)
- c) Associações do bairro (.....)
- d) Propaganda na mídia (.....)

4.6 Você foi bem informada e treinada acerca do financiamento pelos funcionários do banco?

- a) Sim. (.....)
- b) Não. (.....)
- c) Parcialmente (.....)

4.7 Em sua opinião, você acha que o Banco do Povo foi bem sucedido?

- a) Sim (.....)
- b) Não (.....)
- c) Parcialmente (....)

4.8 Você acha que o Banco do Povo possui um modelo de economia popular - solidária?

- a) Sim (.....)
- b) Não (.....)
- c) Parcialmente (.....)

4.9 Em sua opinião, existem diferenças entre a economia solidária do Banco do Povo e a economia praticada pelas demais instituições bancárias?

- a) Sim (.....)
- b) Não (.....)
- C) Por quê?

V. QUANTO À SUA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

5.1 Área de Atuação:

5.2 Como você vê o futuro da sua atividade?

- a) Sem melhorias (....)
- b) Com melhorias (....)
- c) Estacionado (....)

5.3 O que você espera em relação ao projeto do atual governo para o banco?

5.4 O financiamento influenciou na renda da família?

5.5 Quanto à educação dos filhos após o financiamento:

a) Piorou (....)

b) Melhorou (....)

c) Permaneceu igual (....)

5.6 Você pretende buscar mais qualificação para o seu trabalho? Por quê?

5.7 Você tem algum parente estimulado para fazer um crédito solidário?

5.8 Antes da atividade atual, procurou outras atividades ou emprego?
